



Rascunhos CULTURAIS

Revista do Curso de Letras • Câmpus de Coxim/UFMS

Volume 9 • Número 18 • 2018

Rascunhos CULTURAIS



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

CURSO DE LETRAS - CÂMPUS DE COXIM

REITOR

Marcelo Augusto Santos Turine

VICE-REITORA

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

DIRETORA DO CÂMPUS DE COXIM

Eliene Dias de Oliveira

COORDENADORA - CURSO DE LETRAS

Elisângela Rozendo de São José

EDITORAS RESPONSÁVEIS

Geovana Quinalha de Oliveira

Marta Francisco de Oliveira

IMAGEM DE CAPA

Foto de Tânia Rêgo da Agência Brasil

REVISÃO

*A revisão linguística e ortográfica é de
responsabilidade dos autores*

CÂMARA EDITORIAL

Eliene Dias de Oliveira Santana

Flávio Adriano Nantes Nunes

Geovana Quinalha de Oliveira

Marta Francisco Oliveira

Marcos Amorim

CONSELHO CIENTÍFICO

Ana Paula Squinelo (UFMS)

Agnaldo Rodrigues da Silva (UNEMAT)

Alberto Pinto (ULHT)

Amarino Oliveira de Queiroz (UFRN)

Clelia Maria Lima de Mello e Campigotto (UFSC)

Edgar César Nolasco dos Santos (UFMS)

Francisco Pereira Smith Júnior (UFPA)

Fulvia Zega (AREIA-Itália)

Glaucia Muniz Proença (UFMG)

Heloisa Helena Pacheco Cardoso (UFU)

José Batista de Sales (UFMS)

Luis Abel dos Santos Cezerilo (UEM)

Maria Adélia Menegazzo (UFMS)

Marcio Markendorf (UFSC)

Marcos Menezes (UFG)

Sheila Dias Maciel (UFMT)

Rosana Carla Gonçalves Gomes Cintra (UFMS)

Rosângela Patriota (UFU)

Vera Lúcia Puga (UFU)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Revista rascunhos culturais / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. – v.
1, n. 1 (2010)- . Coxim, MS : A Universidade, 2010- .
v. ; 22 cm.

Semestral

ISSN 2177- 3424

1. Cultura - Periódicos. 2. Línguas e linguagem – Periódicos. I.
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 050

Sumário

5 Apresentação

Dossiê: Desde as margens, o plural do feminismo

9 Feminismos em versos: mulher-negra-periférica
Lissandra Ramos
Ivia Alves

27 A senhora dos ossos e os ossos da literatura:
questões de gênero em *Garotas mortas*
Pilar Lago e Lousa

51 Agenda de pesquisa em gênero e em raça na
Linguística Aplicada: inquietações
Denilson Lima Santos

63 Entre sonhos e rompimentos:
as mulheres e a guerrilha do Araguaia
Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

82 O Projovem urbano e as mulheres:
uma discussão sobre gênero
Samira de Moraes Maia Vígano
Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

97 O protagonismo feminino na literatura:
vozes da poesia brasileira
Andressa da Costa Farias

- 112 Invisibilidade do feminino nos deslocamentos migratórios:
relatos sobre a vida de Dona Luiza
Elisandra Tomascheski
- 127 Dora: uma guerreira nas ruas de Salvador
Rafaela Elaine Barbosa
- 154 A representação da mulata no conto “Um Especialista”
(1904), de Lima Barreto
André Rocha Haudenschild
Cristiano Mello de Oliveira
- 178 **Normas da Revista** 178

Apresentação

Desvelar silenciamentos e invisibilidades e demais formas de violências de gênero é uma potência feminista. As produções reunidas neste dossiê elucidam os silêncios sobre ações de mulheres negras e brancas no contexto das periferias, da migração e da guerrilha, e o funcionamento da invisibilidade como estratégia da ordem patriarcal e racial seja no contexto da produção literária, seja no âmbito dos estudos históricos.

Na arte produzida na periferia, na produção de si enquanto mulher nas ruas de uma cidade, na escritura do ser mulher não-branca, nos conflitos da Guerrilha do Araguaia, na migração do Brasil para o Paraguai e no enfrentamento da violência de gênero, nos deparamos com histórias de vidas que lutam por existência e reconhecimento em espaços patriarcais, racistas e heteronormativos que lhes negam direito de existir em plenitude.

Face a um cenário de luta contra a opressão racial, de gênero, de classe e de orientação sexual estes sujeitos literários e históricos, em versos e narrativas, criaram para si e sua comunidade formas de (re)existência que abrigam formas outras de ser e sentir.

Por meio dos estudos deste dossiê conhecemos mulheres que protagonizam conhecimentos críticos, como o pensamento feminista

negro e o feminismo latino-americano, desde seus corpos, suas experiências e suas lutas. Sujeitos que traçaram com arte seus caminhos, enfrentando a violência de gênero, como a personagem Dora nas ruas de Salvador, a migrante Dona Luzia nos caminhos para o Paraguai e as poetisas Andreia Cairo, Carol Xavier, Gleise Sousa nos palcos na periferia de Salvador, problematizando os lugares e as representações sociais da mulher caucados na raça e no racismo. Ainda pelo viés das questões de preconceito e estereótipo, a “mulata” brasileira está em cena para denunciar as representações arquetípicas e pejorativas em relação a essa denominação linguística e cultural no que se refere à miscigenação das mulheres no país. Outras inscreveram-se em espaços tidos como predominantemente masculino, como a guerra e fizeram das palavras ato de denúncia da lógica falocêntrica, a exemplo da escritora Selva Almada.

Portanto, neste dossiê, autoras e autores leem, a contrapelo, silenciamentos e estigmatizações que estruturam e enquadram as mulheres em categorias hierárquicas em relação à raça, classe, gênero, lugar e sexualidade, fazendo do feminismo feminismos.

Agradecemos aos autores e autoras que prontamente atenderam ao chamado do periódico. Obrigada por escreverem páginas de luta e resistência!

Desejamos uma ótima leitura!

Geovana Quinalha de Oliveira
Paula Faustino Sampaio

Rascunhos CULTURAIS

**Dossiê: Desde as margens,
o plural do feminismo**

Feminismos em versos: mulher-negra-periférica

Lissandra Ramos*

Ivia Alves**

Resumo: Há vários feminismos e inúmeras maneiras de praticá-los; a arte é uma vertente possível para a prática feminista. Neste artigo, tratamos sobre como os *saraus* e *slams* das periferias de Salvador funcionam como palco para que poetisas negras moradoras de periferias, através da performance, tornem pública e divulguem sua produção poética e, através dela, revelem discursos que reivindicam transformação social; as análises das poesias “Aqui Jaz”, “Meu Black agrade” e “Transição de pensamento” exemplificam essa tendência.

Palavras-chave: Mulher negra, Feminismo negro, Periferia, Identidade

Abstract: There are various feminisms and innumerable ways of practicing them; art is a possible strand for feminist practice. In this article, we discuss how the *saraus* and *slams* of Salvador’s peripheries function as stage for black poets living in peripheries, through their performance, to publish and disseminate their poetic production that, in turn, reveal discourses that claim social transformation; the analyzes of the poems “Here lies” “My Black Mugs” and “Transition of thought” exemplify this tendency.

Keywords: Black woman, Black feminism, Periphery, Identity.

Os feminismos no Brasil

O feminismo, em sua origem no século XIX, desenvolveu-se na Europa, propagando-se para os Estados Unidos da América. Já a

* Mestre em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, pelo PPGNEIM/UFBA.

** Orientadora. Professora Doutora do PPGNEIM, integrante do grupo de pesquisadoras do Neim/ UFBA.

segunda onda, iniciada na década de 1960/70, estendeu-se gradativamente por todo o mundo ocidental. Os feminismos estão no bojo das manifestações das minorias – o termo minoria não tem relação com quantitativo, mas sim com o fato de certos grupos enfrentarem dificuldade de representação no espaço público - tais como mulheres e negros, inicialmente.

Nessas décadas de 60/70, o movimento negro e o movimento feminista eram as duas grandes tendências às quais outras foram se juntando promovendo uma grande virada social através da quebra de hierarquias, ainda que de forma tímida. O feminismo nessa época agrupou as mulheres brancas, de camadas médias e altas que tinham como agenda: a violência contra a mulher, o aborto, a visibilidade do ambiente privado (público X privado) onde permaneciam as mulheres, demonstrando que o patriarcalismo atravessava todas as relações entre homens e mulheres, dentre outros. Ao mesmo tempo que cada um desses movimentos construía seus sistemas de análises, a existência de sujeitos que estão inscritos nas demandas de ambos movimentos, ou seja, tanto do feminismo quanto o movimento negro, possibilitou aproximações e separações entre eles.

Tais aproximações/intersecções evidenciam mais fortemente a complexidade das relações de poder na sociedade; é nesse contexto que as demandas das mulheres negras passam a ser encaradas de maneira específica, uma vez que, além de sofrerem por ser mulher numa sociedade machista, sofrem também pelo pertencimento racial numa sociedade racista.

Daí, por volta dos anos de 1980, há registros no movimento feminista em diversas partes do mundo, inclusive no Brasil, da organização de grupos de mulheres negras mobilizadas em prol do combate à manutenção de desigualdades e privilégios decorrentes de variáveis de raça e classe no interior o movimento feminista e na sociedade como um todo. Trabalhar com tais variáveis de forma ar-

ticulada resulta em conferir visibilidade e atenção para as demandas específicas de mulheres não brancas, reconfigurando o feminismo.

Dentre os apontamentos de Sueli Carneiro sobre o caminho para enegrecer o movimento feminista brasileiro está a necessidade de demarcar e instituir o peso da questão racial na agenda do movimento (CARNEIRO, 2014). Essa tendência orientou vários campos de conhecimento e várias práticas sociais, incentivou a utilização de contradiscursos que desconstruam discursos¹ dominantes, embasados em ideologias racistas e sexistas; a literatura é um deles. Todavia, se por muito tempo, a literatura de autoria feminina foi silenciada nos compêndios de História da Literatura, a literatura produzida por mulheres negras nunca fora citada quanto mais analisada.

Atualmente, é forte o movimento de tornar visível a literatura das mulheres negras. E sobre isto, Ana Rita Santiago ensina que a literatura afro-feminina pretende “elaborar discursos em que se possam fiar e ficcionalizar mazelas advindas de práticas racistas e sexistas” (SANTIAGO, 2010, p.98). Afinal, falar sobre as práticas opressoras e exercer críticas sobre elas é uma maneira de desestabilizar discursos hegemônicos dando origem a outros.

Não há uma unidade no movimento feminista. Há vários feminismos, inclusive no mesmo país, tudo isto em razão da existência de uma diversidade de mulheres produzindo diferentes discursos e gerando uma multiplicidade de vozes; todas, porém adotam como mote principal a opressão feminina e a busca pela emancipação como questão central. O feminismo negro está pautado em conhecimentos acerca da historicidade e das forças que convergem para a formulação dos sistemas de dominação que afetam as mulheres negras. Além de

¹ Segundo Ramalho e Resende, “o discurso é tanto um elemento da prática social que constitui outros elementos sociais como também é influenciado por eles, em uma relação dialética de articulação e internalização”. (RAMALHO, RESENDE, 2016, p.39)

romper com a perspectiva reducionista da biologia e lançar olhares para as dimensões no âmbito cultural e social, tendência já adotada pelas correntes feministas anteriores, promove a interlocução de distintos sistemas de opressão, quais sejam raça e gênero e, em alguma medida, classe.

Tanto a produção teórica do feminismo quanto sua prática política - ação enquanto movimento social - tem desempenhado, ao longo desses anos, um importante papel no interior de inúmeras sociedades; teoria e prática feministas motivaram lutas e garantiram conquistas. Lélia Gonzalez, ao referir-se ao feminismo de forma ampla, defende que ele estimulou a formação de grupos e redes de mulheres; desenvolveu uma nova forma de ser mulher; evidenciou as bases materiais e simbólicas da opressão sobre as mulheres; demonstrou o caráter político do mundo privado; contribuiu na discussão sobre sexualidade e busca de um modelo alternativo de sociedade. Todavia, é dentro desse contexto de luta que a autora sinaliza uma contradição interna do feminismo latino-americano, na época, resultante da exclusão das mulheres negras e indígenas no interior do movimento. Fato percebido na negligência para com a discussão sobre a discriminação racial sofrida por mulheres não-brancas, bem como, pela negação do direito ao discurso dessas mulheres, ambos decorrentes do exercício de uma ideologia patriarcal racista (GONZALEZ, 1998).

No caso do Brasil, as demandas das mulheres negras e de classes populares têm origem na própria formação do país e, por isso, mantém estreita relação com a ação do colonialismo e do escravagismo, que por sua vez, “traduz um período histórico caracterizado pelo domínio direto, a partir de um modelo administrativo, político e econômico, de algumas nações sobre outras, iniciado no século XV e consolidado no século XIX” (CARDOSO, 2012, p.91). A diáspora negra forçada, decorrente do tráfico criminoso de africanos para Brasil e sua consequente exploração,

subalternização e escravização, instituiu para as mulheres negras trazidas de África o destino de serem exploradas, inclusive sexualmente, pelos colonizadores.

Esse passado fundamentou a formação de discursos acerca da identidade nacional, composto pela classe dominante e a formação de vários estereótipos sobre indígenas e as mulheres negras dentre eles o das “mulheres quentes” ou “boas cozinheiras”, dentre outros. No entanto, conforme pontua Sueli Carneiro, o que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece vivo, até hoje, no imaginário social e adquire novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática, que mantém intactas as relações de gênero segundo a cor ou a raça instituídas no período da escravidão. As mulheres negras tiveram uma experiência histórica diferenciada que o discurso dominante [ou europeu] sobre a opressão da mulher não tem reconhecido, assim como não tem dado conta da diferença qualitativa que o efeito da opressão sofrida teve e ainda tem na identidade feminina das mulheres negras (CARNEIRO, 2014).

Ainda levando em conta a questão da dimensão racial no interior do movimento feminista, Sueli Carneiro destaca que no Brasil e na América Latina a luta das mulheres não está ligada somente ao esforço por romper com os processos de estabelecimento de desigualdades que se baseiam na hegemonia masculina; há outras ideologias que incidem sobre o sistema de opressão de gênero, como é o caso do racismo. Nesse sentido, a existência de um feminismo negro tem relação com a proposta do feminismo de libertar todas as mulheres de todas as formas de opressão, dentre elas o racismo.

A partir desse ponto de vista, é possível afirmar que um feminismo negro, construído no contexto de sociedades multirraciais, pluriculturais e racistas – como são as sociedades latino-americanas – tem como principal eixo articulador o racismo e seu impacto sobre

as relações de gênero, uma vez que ele determina a própria hierarquia de gênero em nossas sociedades (CARNEIRO, 2014).

Lélia Gonzalez, em 1988, ao redigir o texto “Por um feminismo afrolatinoamericano” já faz de seu título um convite ou um alerta para a necessidade de mobilização que articule o combate à opressão racial dentro do movimento feminista. Do mesmo modo, Sueli Carneiro denominou tal prática de “enegrecer o feminismo”. Para Carneiro,

(...) desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil, que estão intimamente articulados com a visão segundo a qual há seres humanos menos humanos do que outros e portanto aceita-se, complacientemente, que não sejam tratados como detentores de direitos (CARNEIRO, 2002).

A partir da década de 80, o movimento de mulheres negras no Brasil adotou propostas de articulação entre as variáveis de raça e gênero para compor discussões empreendidas por um feminismo que integra as lutas do movimento negro e do movimento de mulheres, constituindo uma identidade política que se origina da condição de mulher negra e passou a se organizar politicamente para fins de combater estereótipos estigmatizantes, através de um modelo de militância que contemplasse os processos de exclusão resultantes das dinâmicas de classe, raça e gênero, uma vez que as vertentes feministas mais tradicionais não conseguiam atender à complexidade de elementos que constituem o que é ser mulher negra na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2002).

As questões pontuadas pelo feminismo negro evidenciam que não há homogeneidade nas propostas e demandas originadas entre mulheres brancas e não-brancas. Nesse caso, nos anos 60/70, quando a experiência de mulheres brancas foi assumida como

universal, incorreu-se num processo de alienação e promoção da invisibilidade de demandas que afetam, especificamente, as mulheres negras.

O movimento de mulheres negras brasileiras segue em busca de conhecimentos teóricos e práticas que não somente visibilizem suas demandas, mas as compreenda dentro de uma perspectiva histórica fazendo as necessárias reconfigurações contemporâneas. Esse movimento, por sua vez, inspira e alcança diversos campos do saber, inclusive a literatura.

A literatura das moradoras da periferia de Salvador

Mas, neste artigo trataremos de produções poéticas formuladas por mulheres negras moradoras de periferias, cuja textualidade não está inserida na literatura dominante. Trata-se de textos apresentados, principalmente, nos subúrbios, na periferia, bairros dominados por uma população negra e pobre da capital baiana. Nesses espaços, a exemplo do que acontece em grandes cidades brasileiras como São Paulo há manifestações culturais dessas mesmas populações que passaram a ser chamadas de saraus.

Os saraus apresentaram-se, inicialmente, em bares, em determinadas tardes, quando jovens instigados pelas produções musicais, resolveram, também, expressar-se pela palavra em versos. A designação de saraus é uma retomada de eventos culturais que aconteciam no Brasil nos séculos XVIII a XX, nas casas de pessoas mais abastadas, que promoviam esses eventos, por onde circulavam poetas, escritores, pintores que ao mesmo tempo que se conheciam divulgavam suas produções para a camada da sociedade que iria prestigiá-los. Mas, os saraus da periferia tomaram o formato de maneira ressignificada inaugurando, promovendo e estimulando novas e diferentes expressões culturais existentes nas periferias.

Os saraus são para as comunidades periféricas espaços de lazer e difusão da chamada literatura (ainda) marginal e contribuem, principalmente, para a conscientização política e formação de novos apreciadores de arte, bem como, são incentivo para formação de novos autores.

Para Érica Peçanha Nascimento, os saraus literários realizados nas periferias de São Paulo (origem desse movimento) “operam encontros comunitários e oportunizam novas opções de lazer, produção e participação político-cultural” (NASCIMENTO, 2011, p.1). Para Lúcia Tenina, os saraus atuais constituem uma “apropriação livre que mantém apenas o rótulo sarau e a arte como palavra de ordem central” (TENINA, 2013, p. 2), além disso, são práticas importantes para a discussão em torno da literatura marginal, sua criação e geografia.

Na maioria dos saraus é adotada a dinâmica do “microfone aberto”, o que quer dizer que qualquer pessoa que deseje pode recitar ou declamar uma poesia autoral ou não. Os saraus em Salvador ocupam diversos espaços, desde praças a espaços culturais ou mesmo em universidades. Inúmeros bairros das periferias de Salvador, especialmente, Cajazeiras, Sussuarana, Cosme de Farias, Mussurunga e Bairro da Paz têm seus saraus, mas não somente esses, são espaços para sua realização.

Em pesquisa² realizada durante o ano de 2016, foram identificados aproximadamente trinta e sete saraus³. Os mais conhecidos são Sarau Arte Livre, Sarau da Mata, Sarau de São Lázaro, Sarau do Cosme, Sarau Enelescência, Sarau da Sereia, Sarau Fala Escritor, Sarau do Beco, Sarau da Praça, Sarau JACA de Poesia, Sarau A Cara

² Pesquisa realizada para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “As negras estão chegando pra incomodar”: poesias de mulheres negras que recitam em saraus da periferia soteropolitana”.

³ Esse número é apenas uma estimativa, com base em buscas feitas para a realização desta pesquisa. Todavia, vale destacar que constantemente surgem novos saraus em diversos pontos da cidade e da mesma forma, com certa frequência, alguns deles deixam de ser realizados. Há também registros da realização dessas atividades em

do Ethos, Sarau do Guetto, Sarau da Onça, Sarau Arte Marginal e Sarau da Paz. Uma enorme diversidade de poetas transitam por esses espaços e divulgam suas poesias, alguns deles participam de vários saraus e também apresentam suas produções em outros espaços (eventos, coletivos, escolas, *slams*, etc...).

Em Salvador os primeiros registros de saraus estão ligados ao sarau BemBlack, organizado pelo poeta e professor de literatura Nelson Maca, situado no Pelourinho (região central da cidade, bairro eminentemente negro e pobre). Com o passar dos tempos, a quantidade de saraus cresceu e essa tendência se estabeleceu em diversos pontos da cidade.

Nesses eventos, abertos ao público, também possíveis participantes, foram se formando poetas que tratavam de temas relativos à sua condição de periféricos (pessoas, geralmente, sem direitos à representação no espaço público, porém com diversas reivindicações). Como me referi acima há uma enorme diversidade de poetas que transitam por esses espaços e divulgam suas poesias.

Há outra modalidade de evento que ganhou grandes proporções nos últimos tempos, são os *Slams*, um tipo de disputa entre poetas que expressam seus temas em torno de 3 a 5 minutos e são avaliados por um júri previamente selecionado. As avaliações obedecem a alguns critérios que são, geralmente, texto, performance e tempo; os melhores poetas são selecionados a cada rodada até que só reste um/uma poeta.

Alguns saraus promovem *slams*, com isso as batalhas de poesias apresentam forte adesão do público que além de prestigiar as apresentações pode torcer pelo/a poeta preferido/a a cada etapa; mas, há também *slams* independentes de saraus.

Há no Brasil um circuito de *slams* que acontecem em vários estados brasileiros e uma competição no âmbito nacional denominada Slam

idades do Recôncavo.

BR. Os melhores poetas selecionados nas finais regionais competem entre si e o ganhador passa a representar o Brasil em campeonatos internacionais representando o país. Cabe destacar também a realização de batalhas só para mulheres, como é o caso do *Slam das Minas/BA*, seguindo a disputa as mesmas regras das demais batalhas, porém somente mulheres podem participar como concorrentes; a ganhadora do *Slam da Minas/Ba* em cada edição participa do *slam* para mulheres em âmbito nacional. O mesmo acontece com os demais *slams*, o vencedor de cada região participa do *slam* nacional; há ainda os *slams* que é formado por duplas. Em todo caso, a lógica da batalha de poesia e das várias rodadas entre poetas se repetem em todos eles.

Atualmente identificamos a participação de mulheres negras⁴ nos vários Saraus e *Slams*. Seja nos saraus, nos *slams* ou em outros espaços a participação de poetas negras com textos que estão na zona de contato entre a literatura negra de autoria feminina e a literatura marginal tem contribuído para a validação de contradiscursos, de discursos de ruptura, que por sua vez, subvertem os discursos hegemônicos. Os versos engajados auxiliam na desestabilização de silenciamentos e alienações que resultam em condições propícias para combater variadas formas de opressão e preconceitos. Sendo assim, é a expressão artística e literária que alcança o *status* de instrumento de luta por transformação social.

As vozes das poetas e suas vivências

Essas poetas trazem em suas poesias uma diversidade de temas que estão sempre relacionados ao complexo mulher-negra-periférica. Os poemas dialogam com suas vivências e expressam uma luta constante que se reflete ora por um movimento de afirmação identitária,

⁴ Observamos que a maioria das poetas possuem idade inferior a 35 anos; quanto a escolaridade não há homogeneidade, embora algumas ainda estejam cursando o ensino médio, enquanto outras já ingressaram no ensino superior e também na pós-graduação.

ora por uma série de denúncias e reivindicações. Diversos são os temas por elas abordados com maior destaque para cabelo e identidade negra, religiosidade, preconceito, violência policial, dentre outros; Também são temas o extermínio da juventude negra, a exclusão social e ausência de políticas públicas. Os poemas a seguir são uma amostra de algumas das abordagens temáticas:

“Aqui jaz...”

Andreia Cairo⁵

Uma mulher negra, que viveu sem ser inteira
Pensando que nada podia.
Já que lhe ensinaram a grande maioria, que ela não podia...
5 Não podia usar batom vermelho;
Não podia ficar de perfil;
Não podia usar roupas de cores fortes, porque ali era uma
má sorte;
Não podia pintar seu cabelo, porque aquilo era um apelo,
principalmente de vermelho...
Que apelo que nada,
10 Isso era uma maldade que deveria ser podada, pelos pais
dessa criada,
Que o tempo moldou e a vivência influenciou,
e hoje sabe que pode tudo, que se exploda o resto mundo,
aqui jaz essa mulher velada...

CAIRO, Andreia. Aqui jaz. In: Sarau da Onça (Org.). *O diferencial da favela: poesias e contos de quebrada*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2017. p. 37.

⁵ Andreia Silva Cairo de Matos, ou somente Andreia Cairo, como costuma utilizar; tem 36 anos; se autodeclara negra, é solteira. Graduada em Serviço Social, formada em 2016, pela Universidade Federal da Bahia. Até 2017 a única forma de veiculação de suas poesias era pela internet em sua página no Facebook e nos saraus que participava quando recitava de forma tímida, tentando esconder o nervosismo denunciado no aparente tremor das mãos. Teve sua primeira publicação em livro na antologia “O Diferencial da Favela: poesias e contos de quebrada”. Andreia Cairo mora no bairro de Castelo Branco, é frequentadora assídua do Sarau do JACA e gosta de escrever sobre temas relacionados à questão racial, capitalismo e exclusão social.

Em “Aqui Jaz”, Andreia Cairo fala sobre o final de um ciclo de limitações ensinadas que se estabelece através de um processo educacional pautado em valores machistas e racistas; sinaliza proibições impostas às mulheres negras dentre as quais estão a impossibilidade de usar batom vermelho, ficar de perfil, pintar o cabelo ou usar roupa colorida. Esses códigos de conduta denunciam a tentativa de formulação de um padrão de comportamento que elege características do fenótipo negro como elementos que devem ser negados, escondidos, ocultados, são exemplos: lábios, nariz e cabelo, símbolos extremamente ridicularizados no seio de uma cultura que adota padrões europeus como referência para designar o que é belo. No entanto, essa tentativa de estabelecer um controle, através de proibições ou recomendações limitadoras é negada. Há no poema referência a uma da tomada de consciência que aparece com o tempo, ou seja, a maturidade e a vivência. Nesse sentido, temos a morte de uma mulher que atendia aos padrões de comportamento estabelecidos visando o controle e a submissão dando lugar a uma mulher liberta, capaz de deixar que “se exploda o resto do mundo” para fazer tudo o que quiser. O uso da inscrição “Aqui Jaz”, comumente utilizada em lápides, indica o próprio poema como o local onde morre a “mulher que viveu sem ser inteira”, com uma série de limitações, e dá vida a uma mulher consciente e liberta das condicionantes impostas pelo preconceito presente na sociedade.

Meu Black agride

Carol Xavier⁶

⁶ Caroline Xavier de Almeida, ou somente Carol Xavier como se apresenta, tem 18 anos, se autodeclara negra; é solteira, mora no bairro de Sussurana, possui ensino médio completo e participa do CRIA - Centro de Referência Integral do Adolescente. A autora integra o Grupo Ágape e teve poemas autorais publicados em dois livros, “A poesia cria asas”, antologia poética do grupo Ágape, e ganhou o “Premio Literário Galinha Pulando 2014”. Como veículo mais comum para divulgação de suas poesias, ela adota os encontros culturais dos quais participa, especialmente os saraus. Para ela, a poesia é usada como forma de protesto e desabafo, ama escrever sobre negritude, empoderamento, mulher, intolerância religiosa, educação, violência, amor. Ela declara ter como inspiração Elisa Lucinda,

- Chega, chega, chega.
Chega de novelas americanizadas,
De padrões de beleza televisivo,
5 De negras só atuando nas favelas e na cozinha
Sendo escravizadas por brancos nojentos e estúpidos racistas
CHEGA! Porque eu também não posso atuar nos melhores
papéis?
Porquê? Negro também pensa, negro também é capaz
E negro não se cala, negro fala, na poesia, na capoeira
10 Na música, na dança afro, no rap e em tudo que engloba arte,
Porque negro é cultura! Morena? Morena? EU sou negra!
NEGRA do cabelo duro, crespo, pixaim
Cabelo da desgraça, ninho de rato. De passarinho
E do que quiser mais chamar, vai continua, COITADO!
15 Tão frágil e inocente tudo o que você fala
Já não vem mais para o coração
E sim para minha mente
Que transforma todos esses insultos em sabedoria,
Sabedoria que usei para lhe fazer essa poesia, meu querido
racista.
20 Não cortei meu cabelo por moda,
Cortei o que não me pertencia,
Eu era apenas mais uma contribuinte para essa sua ideologia,
E não me sentia bem com o alisante me fazendo de refém
Sem perceber que estava sendo mais uma vítima desta ilusão
25 Sonhando com os cabelos lisos e sedosos da propaganda
da televisão
Que destrói a nossa resistência e nossa autoafirmação
Não cortei só por cortar, cortei do mesmo jeito que estou
cortando o seu preconceito como o meu turbante que lhe
dá agonia,
Desfazendo essa sua ideia fazia

Sergio Vaz, Gleice Souza e Joyce Melo. Carol Xavier foi vencedora do Slam da Onça 2014.

30 De que o Black foi a maneira mais fácil de pentear
E de cuidar, engano seu, meu Black é lindo e agride,
Eu sei que agride, mas é melhor você aceitar
Porque as negras estão chegando pra incomodar...

XAVIER, Carol. Meu Black agride. In: GRUPO ÁGAPE (Org.). *A poesia cria asas*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2014. p. 07.

O título já traz uma reflexão sobre o estilo de cabelo “Black” em uma sociedade racista na qual assumir o cabelo afro é uma agressão ao sistema opressor. A poesia tem início criticando a TV, especialmente as novelas, denunciando a imposição de um padrão racista que relega os negros a papéis que reproduzem o estereótipo da subordinação como escravizados ou serviçais, raramente em papéis de destaque. Outro fato importante a considerar é a utilização de expressões culturais específicas (capoeira, poesia) como via de manifestação da voz e discursividade negra; tais expressões aparecem como uma forma de não silenciar (1.9). A poesia também evidencia as denominações pejorativas atribuídas ao cabelo crespo e pontua que tais ofensas que um dia já afetaram a emoção, atualmente, através da reflexão, são resignificadas e convertidas em sabedoria para combater a ideologia racista propagada pela TV (veículo de comunicação criticado no início do poema); é dessa sabedoria que surge também a poesia, uma escrita que pretende combater o racismo. Em seu final, a poesia revela o processo de assunção do cabelo crespo como ato político, de resistência e auto-afirmação. Além disso, desconstrói pensamentos equivocados sobre tal escolha decorrer de uma suposta facilidade em pentear, pois, segundo a poesia, o cabelo é recurso adotado pelas negras para agredir e incomodar a ideologia racista.

Transição de Pensamento

Gleise Sousa⁷

- Não me conformo e não
compactuo com o racismo e o
Preconceito, me dizendo a todo tempo,
5 Que preciso me enquadrar para ser aceita.
Na TV, na Internet, na revista e no jornal:
Alise! Afine! Compre! Seja igual!
Mas o que há de errado em ser
Diferente? Nós, mulheres negras,
10 Além de lindas, somos resistentes
E se vié pensa que é “só”
Estética, eu lhe digo, é muito mais!
Cada fio representa a força
Dos meus ancestrais.
15 Insisto e persisto na mudança por dentro.
Porque pra se libertar do cárcere
Mental é necessária a transição de
Pensamento. A luta não termina,
É intensa e diária. Pra que um dia toda preta descubra,

⁷ Gleise Sousa, 23 anos, se autodeclara negra, é solteira. Concluiu o ensino médio, mora em Sussuarana. É feminista negra e produtora do Sarau da Onça como poetisa do Grupo Ágape. A autora, no passado, raramente recitava nos saraus, mas isso mudou, e atualmente participa recitando seus poemas; Gleise Sousa tem poemas publicados nas antologias do Sarau da Onça: “Poesias Quebradas De Quebrada” e “O Diferencial da Favela: poesias e contos de quebrada” e também no Livro do Grupo Recital Ágape, cujo nome, inclusive, é o mesmo de uma poesia da autora intitulada a “A Poesia Cria Asas”. A maioria dos escritos da poeta não são divulgados, somente algumas são publicadas em redes sociais e outros ganharam vida através das vozes de outros poetas do Grupo Ágape. Ela costuma trazer para os seus textos o que vive e sente, tem como inspiração/incentivo sua vivência de mulher, negra e periférica. Para a autora, escrever é uma forma de encontrar consigo; é bater de frente com suas inquietações internas e depois com o mundo exterior. Ela cita Nina Simone: “Como ser artista e não refletir a sua época?” e afirma que se sente refletindo sobre o lugar de onde vem/está, mas antes disso, sobre como é ser ela nesse lugar e acredita que é daí, dessa relação que se origina a identificação das pessoas. A poeta costuma escrever sobre racismo, machismo, violência policial, entre outros temas que são constantemente visíveis “do lado de cá”.

20 Que dá pra ser linda,
Sem ser alisada.

SOUSA, Gleise. Transição de Pensamento. In: GRUPO ÁGAPE (Org.). *A poesia cria asas*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2014. p. 23.

O poema critica padrões racistas e preconceituosos disseminados através dos meios de comunicação (TV, internet, revista, jornal). Esses padrões constroem um ideal de mulher que nada tem a ver com a apresentação das mulheres negras (cor da pele, textura de cabelo, contorno e expressão do rosto). Nas linhas 9 e 10, o eu-poético se insere no grupo de mulheres negras e as classifica como lindas e resistentes, assim assume e declara sua identidade negra. Nos versos que seguem (l.10 e 11) o poema estabelece uma ligação entre a estética negra e uma força originada da ancestralidade, representada em cada fio de cabelo. O título transição de pensamento faz alusão ao termo “transição” que é bastante utilizado por mulheres negras para denominar o processo de deixar de usar os cabelos alisados e passar a usá-los naturais. Esse período de transição envolve cortes penteados, e o aprendizado de maneiras de como lidar com a nova forma de apresentação. Muitas mulheres utilizam a internet para narrar suas experiências de transição, dar conselhos e apoiar outras mulheres que também desejem viver tal experiência. O título, porém, desloca esse processo de transição da aparência física para a percepção do sujeito negro. A poesia é finalizada com ênfase numa necessária mudança por dentro, a esse processo ela chama de “transição de pensamento”, ou seja, abandonar um pensamento branqueado, imposto ou ensinado para, enfim, adotar um pensamento afirmativo que aparece em paralelo a uma transformação da aparência física, ou seja, fica evidenciado que não basta mudar o cabelo é importante entender a lógica que torna esta mudança em uma ação de luta intensa e diária.

Os poemas anteriores fazem parte de uma tendência atual, trata-se de textos que são produzidos a margem do mercado editorial e refletem as vivências de suas autoras – mulheres, negras e periféricas – e de suas comunidades de maioria negra e pobre. Tendo em vista todo esse contexto, os saraus e *slams* juntamente com alguns outros espaços são os meios alternativos de difusão e popularização desses poemas e, portanto, são, também meios de visibilização e popularização dessas demandas e seus desdobramentos.

As autoras são mulheres autodeclaradas negras e moradoras da periferia que usam as poesias para buscar o fim da opressão seja na dimensão de gênero, raça ou classe (dentre dimensões possíveis que não foram levadas em consideração nesse estudo).

Os discursos propagados nesses e em outros poemas contribuem para o fortalecimento do complexo identitário – mulher/negra/periférica – por meio de desestabilização de estereótipos, denúncia, dentre outras estratégias que funcionam como instrumento de luta política por uma transformação social, uma vez que apontam falhas da estrutura social e sugerem novos significados para as lacunas que surgem na desestabilização dos discursos hegemônicos.

Essa análise dos poemas conduz para a dimensão política em questão, apontam para uma prática artístico-literária que se quer emancipatória, fato que nos permite compreender essa tendência como um fazer feminista, ou seja, uma forma de fazer feminismo por meio da poesia.

Referências

CAIRO, Andreia. Aqui jaz. In: Sarau da Onça (Org.). *O diferencial da favela: poesias e contos de quebrada*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2017.

CARDOSO, Claudia Pons. *Outras falas: feminismos na perspectiva de mulheres negras brasileiras*. 2012. Tese (Doutorado em Estudos de Gênero, Mulher e Feminismo) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2012. p. 37.

CARNEIRO, Sueli. Raça e Gênero. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Org.) *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34, 2002.

CARNEIRO, Sueli. *Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero*. [S.l.], 2014. Disponível em: http://www.unicap.br/neabi/?page_id=137. Acesso em: 05 fev. 2014.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. *Revista Isis Internacional*, Santiago, v. 9, p. 133-141, 1988.

NASCIMENTO, Érica Peçanha do. *É tudo nosso! Produção Cultural na Periferia paulistana*. 2011. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RAMALHO, Viviane; RESENDE, Viviane de Melo. *Análise De Discurso Crítica*. São Paulo: Contexto, 2016.

SANTIAGO, Ana Rita. Da literatura negra à literatura afro-feminina. *Revista Via Atlântica*, São Paulo, n. 18, p. 91-102, 2010.

SOUSA, Gleise. Transição de pensamento. In: GRUPO ÁGAPE (Org.) *A poesia cria asas*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2014. p. 23.

TENINA, Lúcia. Saraus das periferias de São Paulo: poesia entre tragos, silêncios e aplausos. *Revista Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea*. Brasília, n. 42, p. 11-28, jul./dez. 2013.

XAVIER, Carol. Meu black agride. In: GRUPO ÁGAPE (Org.). *A poesia cria asas*. Vitória da Conquista: Galinha Pulando, 2014. p. 07.

A senhora dos ossos e os ossos da literatura: questões de gênero em *Garotas mortas*

Pilar Lago e Lousa*

Resumo: No interior da Argentina da década de 80, a morte de uma jovem de 19 anos marca a adolescência de Selva Almada e a coloca em contato pela primeira vez com a violência de gênero. Partindo das histórias de Andrea, María Luisa e Sarita, a autora procura descortinar, em *Garotas Mortas* (2017), a invisibilidade de mulheres vítimas de feminicídio e cujos os casos permanecem sem solução até os dias atuais. Na obra de Selva Almada, o que se opera é um processo de escavação e anarquivamento que se alia à investigação, ao testemunho e à ficção para dar corpo e voz à essas histórias silenciadas. Neste artigo, o que se pretende também é verificar como as ferramentas literárias dão conta dessas questões postas em tensão para deflagrar as questões de gênero na obra. As análises serão feitas a partir de três chaves interpretativas principais: os estudos da memória, as teorias do romance, e os estudos de gênero.

Palavras-chave: Literatura latino-americana; Estudos de gênero; Estudos da memória; Testemunho; Selva Almada.

Abstract: In the countryside of Argentina during the 80's, the death of a 19-year old young lady marks the adolescence of Selva Almada, thus being the very first time she had to deal with gender violence. From stories such as Andrea's, María Luisa's and Sarita's, the author aims to unveil, in *Dead Girls* (2017), the invisibility of women victim of femicide and whose cases remain unsolved up to the current days. In the work of Selva Almada, a process of excavation and unarchive can be seen aligned with investigation, testimony and fiction, giving body and voice to those silenced stories. In the article herein, the objective is to verify how literary tools handle such issues immersed in tension, as to reveal gender issues in the author's work. The analyses shall be conducted from three major interpretative keys: memory studies, novel theories and gender studies.

* Doutoranda em Teoria e História Literária pela Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Orientanda da Professora Dra. Suzi Frankl Sperber. pilarbu@gmail.com.

Keywords: Latin american literature; Gender studies; Memory studies; Testimony; Selva Almada.

Segundo Jacques Rancière, em *A Partilha do sensível*, “a separação da ideia de ficção da ideia de mentira define a especificidade do regime representativo das artes. Este autonomiza as formas das artes no que diz respeito à economia das ocupações comuns e contraeconomia dos simulacros” (2005, p. 53). As narrativas contemporâneas questionam a autonomia literária como uma expressividade artística afastada da realidade e problematizam o próprio campo da literatura ao passo que o expandem ao deixá-lo ser “contaminado” por elementos extraliterários.

A contemporaneidade possibilitou a construção de textos híbridos, de difícil classificação, em que encontramos a multiplicidade de vozes e o entrecruzamento de suportes, revelando suas (in)especificidades. No livro de Almada, tal hibridismo se dá no “interior do que poderíamos considerar uma mesma linguagem, desnudando-a em sua radicalidade mais extrema” (GARRAMUÑO: 2014, p. 15), revelando-o como um “objeto verbal não identificado” que possui certa coralidade e tensiona “repertório e categorias basilares à inclusão textual em terreno reconhecidamente literário” (SÜSSEKIND, 2013, p. 1). É um fruto estranho, tendo em vista a inespecificidade de sua estética contemporânea (GARRAMUÑO, 2014). Ao incluir elementos como o testemunho, a investigação, a autobiografia e até mesmo as adivinhações de tarólogas, a autora constrói uma narrativa que habita num entre lugar, revelando certa opacidade: é ao mesmo tempo ficção e realidade. Uma obra que transborda os limites e faz constar que a ficção reside nesta reapresentação dos fatos e é a sua forma de inteligibilidade que impossibilita a definição das fronteiras entre a matéria vivida e a criação.

A guinada subjetiva tornou possível a inscrição das estratégias do cotidiano, dos vestígios e rastros do real na ficção, tornando possível o advento das escritas de si (SARLO, 2007). A inscrição do eu e

a revalorização da primeira pessoa privilegiam as narrativas de “sujeitos marginais, que teriam sido relativamente ignorados em outros modos de narração do passado” (SARLO, p. 2007, 17). A narrativa de histórias de mulheres se alinha à essa tentativa de descortinar a invisibilidade histórica a elas imputada.

Se pensarmos que a possibilidade de contar histórias está intimamente ligada ao acesso ao poder e à voz e, no caso das mulheres, ao silêncio e à necessidade de uma escuta sensível que as ampare (SARLO, 2007, p. 30), podemos dizer que *Garotas Mortas* procura romper com essa lógica de silenciamentos que envolve as mulheres vítimas de violência de gênero. Isso se dá pela tentativa de reconstrução das histórias de Andrea, María Luisa e Sarita; pela recuperação dos arquivos; ao evidenciar as reinscrições da verdade. Selva Almada denuncia a crueldade das estruturas patriarcais e a fragilidade da condição feminina nas sociedades falocêntricas.

Na impossibilidade de recuperar a fisicalidade e a autodeterminação de Andrea, María Luisa e Sarita, visto que foram assassinadas, Selva Almada toma a postura de ser aquela que narra as trajetórias das três moças não a fim de esgotá-las, mas de não deixar que elas morram também nas esteiras de casos insolúveis e sejam esquecidas, obliteradas no tempo. A autora retira o véu do silenciamento ao mesmo tempo em que propõe a ruptura de um paradigma excludente, que vê mulheres no lugar subalterno de objeto. Pretendemos abordar *Garotas Mortas* como um fruto estranho e inespecífico, em que Selva Almada opera um processo de escavação e anarquivamento para dar corpo e voz à uma coletividade tradicionalmente silenciada e subalternizada: a de mulheres vítimas de feminicídio e violência de gênero.

Borrando fronteiras

É manhã de 16 de novembro de 1986 e Selva Almada percebeu de madrugada a cama molhada: a gata havia parido mais uma

ninhada. A narrativa bucólica do dia comum de uma adolescente, moradora do interior da Argentina, é dilacerada por uma notícia no rádio: Andrea Danne fora assassinada em sua cama, com uma punhalada no coração: “Eu tinha treze anos e, naquela manhã, a notícia da garota morta me chegou como uma revelação. Minha casa, a casa de qualquer adolescente, não era o lugar mais seguro do mundo” (ALMADA, 2018, p. 12).

A história parte da morte não solucionada de três jovens pobres, assassinadas no interior da Argentina na década de oitenta: Andrea, 19 anos, apunhalada no coração dentro de sua própria casa sem sinais de arrombamento e luta; María Luisa, 15 anos, estuprada e enforcada, cujo corpo foi deixado num terreno baldio; e Sarita, uma moça de 20 anos que desapareceu no dia em que foi encontrar seu amante e depois teve seus restos mortais descobertos. Vítimas de feminicídio, é às três garotas pobres que Selva Almada dedica o livro e pauta sua narrativa a fim de denunciar a violência de gênero.

Tendo em vista que “a narração da experiência está unida ao corpo e à voz, a uma presença real do sujeito na cena do passado”, é possível concluir que “não há testemunho sem experiência, mas tampouco há experiência sem narração” (SARLO, 2007, p. 24). Selva Almada resgata os corpos dessas mulheres, se coloca na cena do passado e o recompõe no presente, ao mesmo tempo em que narra as suas próprias experiências. Ela opera um processo de escavação, muito semelhante ao de uma arqueologia, em que arquivos, relatórios, entrevistas e ficção compõem um dossiê da vida das três garotas para que a memória delas seja resgatada.

O primeiro capítulo, que mescla a narrativa em primeira pessoa com a narrativa em terceira, entrecorta a vida da autora com a história de Andrea, María Luisa e Sarita, e aquilo que poderia torná-las tão semelhantes e diferentes. A elas também são somadas uma legião de outras mulheres, vítimas da violência de gênero e do feminicídio:

María Soledad Morales, Adriana e Cecilia Barreda, Liliana Tallarico, entre outras. Selva Almada faz questão de pontuar a cada uma delas o nome e o sobrenome, a fim de tirá-las da sombra e do esquecimento e devolver-lhes a corporeidade. Essas narrativas, misturadas a histórias de mulheres anônimas, compõem um mapa onde a violência de gênero no interior da Argentina está sempre à espreita. Esse mapa evidencia a urgência de colocar no centro do debate questões como a misoginia, o preconceito, a opressão e a brutalidade com que a sociedade impõe o lugar do feminino.

A literatura, como ferramenta e processo criativo, permite que a experiência se una ao corpo e à voz, posto que a “linguagem liberta o aspecto mudo da experiência, redime-a de seu imediatismo ou de seu esquecimento e a transforma no comunicável” (SARLO, 2007 p. 24). E uma vez no papel, a experiência ganha o mundo, rompe as fronteiras do esquecimento, e transformada em narrativa ela pode ser constantemente acessada.

Se a obra começa no verão de 1986, seu epílogo também traz a data, como num ciclo, que não se fecha posto que o feminicídio não deixa de existir no país, mas evoca uma travessia realizada, uma continuidade da vida apesar da morte. Selva Almada faz questão de pontuar:

Estamos no verão e faz calor, quase tanto quanto naquela manhã de 16 de novembro de 1986, quando, de certo modo, este livro começou a ser escrito, quando a garota morta atravessou o meu caminho. Agora estou com quarenta anos e, diferentemente dela e dos milhares e milhares de mulheres assassinadas em nosso país de lá pra cá, continuo viva. Apenas uma questão de sorte (ALMADA, 2018, p. 121).

Como se verifica nessa passagem, a travessia atravessada por essas mulheres compõe a individualidade de Selva Almada. Sua história e a permanência no mundo por estar viva é o que, de certa

forma, dá ainda mais legitimidade à sua investigação, inscrevendo a autora na história por meio de uma certa autobiografia, como personagem e como cúmplice.

No decorrer do livro ela denuncia as corrupções, impunidades e procura dar conta de um questionamento que fica latente: “como chegamos até aqui?”. Na narrativa é importante compreender o presente e, para isso, recompor o passado se torna fundamental. A memória das mulheres, no livro, está no lugar de contraponto aos registros oficiais, posto que é a que Pollak nomeia como memória subterrânea e requer um certo empenho investigativo, uma vez que foi comumente obliterada (POLLAK, 1989, p. 5). É por baixo desses véus, nesses escombros e ruínas que se verifica a importância de dizer, de trazer à tona essas histórias.

Ao se colocar do lado dessas mulheres, a autora se alinha ao *testimonio* latino-americano, que está ligado à uma política identitária que “marca a irrupção (midiática, comercial, política, acadêmica) de sujeitos de enunciação tradicionalmente silenciados e subjogados, diretamente ligados aos grupos que representam, falando e escrevendo por si próprios” (PENNA, 2003, p. 300). Selva Almada, oriunda do interior da Argentina, procura representar essa comunidade subalterna de mulheres vítimas da violência e visibilizá-las. É uma sobrevivente. *Garotas Mortas* se liga ao *testimonio* também pelo fato de o livro tratar de acontecimentos ocorridos em uma Argentina estilhaçada pelos regimes autoritários. Esse *corpus* testemunhal está evidente no livro principalmente na presença de estruturas estatais repressivas, no silêncio dos arquivos e nos vícios de uma polícia muito ligada às práticas ditatoriais (CABRAL, 2016, p. 4).

O teor testemunhal revela os restos e vestígios dessa realidade que procura se reestabelecer, apesar da repressão, e detalha as particularidades silenciadas, os espaços interditados, as reminiscências de existências constantemente violentadas: “Eu acho que o que nós

precisamos é reconstruir o jeito como o mundo olhava para elas. Se conseguirmos saber como elas eram vistas, como eram olhadas, vamos saber qual era o olhar que elas tinham sobre o mundo, entende?" (ALMADA, 2018, p. 73). O processo de reconstrução, desloca e desconstrói o olhar que é posto como naturalizado e evidencia as garotas não como objetos, mas sujeitos de suas vidas. A narrativa alerta para o padrão reiterado de violência, revelando uma misoginia estrutural que brutalmente ceifa sonhos femininos: "Você podia ser morta dentro da sua própria casa. O horror podia viver sob o mesmo teto" (ALMADA, 2018, p. 12). Estar viva no interior da Argentina da década de 80 é ser uma sobrevivente, não uma exceção.

No livro, o real é inacessível em sua totalidade, posto que é a matéria de meninas mortas e precisa ser pensado pela perspectiva daquilo que o assombra, que está excluído de seu interior (DERRIDA, 2004, p. 25). Assim, as lacunas deixadas pelos testemunhos a respeito das três garotas vão sendo preenchidas e intercaladas pelas histórias da própria autora; pela ficção; e pela narrativa das violências sofridas por outras mulheres. O que se revela é uma tentativa de re-apresentação dos fatos, que é possível pela reconstrução dos rastros, dos vestígios de memória, pela releitura dos acontecimentos. O testemunho aparece ligado "à possibilidade, pelo menos da ficção, do perjúrio e da mentira" (DERRIDA, 2004, p. 22).

Quando a realidade parece não dar conta dessa necessidade de dizer, Selva Almada lança mão da ficção para preencher as lacunas deixadas:

Andrea deve ter se sentido perdida quando acordou para morrer. Seus olhos, abertos de repente, devem ter pestanejado repetidas vezes nesses dois ou três minutos que o cérebro levou para ficar sem oxigênio. Perdida, aturdida pelo repique da chuva e do vento que quebrava os galhos mais finos das árvores do quintal, bêbada de sono, completamente desnorçada (ALMADA, 2018, p. 25).

Temos indícios da vida de Andrea: tinha 19 anos; namorava Eduardo; foi apunhalada em sua própria cama; sabemos que a investigação criminal apontou seus pais como principais suspeitos. Sabemos coisas sobre a sua vida, mas não sabemos exatamente o que ela viveu em seus minutos finais: não sabemos quantas pestanejadas seus olhos deram; nem do profundo sentimento de estar perdida e desamparada no mundo. Não sabemos da chuva e de outros elementos que ficam evidentes na passagem acima: são construções operadas por Almada.

A narrativa da autora coloca testemunho e ficção em um mesmo regime de sentido, em um “regime de indistinção tendencial entre a razão das ordenações descritivas e narrativas da ficção e as ordenações da descrição e interpretação dos fenômenos do mundo histórico e social” (RANCIÈRE, 2005, p. 55). Selva Almada recolhe os restos da realidade e seus vestígios para nos contar as histórias, operando da mesma forma com María Luisa e Sarita. É uma tentativa de recuperar as garotas dos escombros do tempo, das ruínas do passado: “na modorra do seu quarto, María Luisa abriu os olhos e se sentou na cama, pronta para se levantar e ir até a casa da família Casucho” (ALMADA, 2018, p. 15).

É curioso perceber que nos dois casos as moças abrem os olhos, num ato de tomada da consciência de si, mesmo que perdidas e desamparadas, para posteriormente serem silenciadas, fecharem seus olhos para não mais abrir. A memória de suas existências agora só pode ser resgatada pelas ferramentas da narrativa e da investigação.

O movimento constante de borrar e transcender a fronteiras faz a obra ser percebida como uma coralidade, própria de uma literatura fora de si, “atravessada por forças que a descentram e também a perfuram” (GARRAMUÑO, p. 44), revelando sua inespecificidade. Essas perfurações acontecem também pela presença da não-ficção. Selva Almada segue as pistas das investigações policiais, lê relatos, notícias de jornal e revista, acompanha a reabertura de casos,

entrevista os familiares das três vítimas. A autora retoma uma tradição investigativa que remonta à Truman Capote e Rodolfo Walsh (CABRAL, 2016, p. 6).

Durante o processo de escavação, Almada percebe aspectos obliterados no tempo: a atuação ineficiente e a truculência da polícia; o descaso com as mulheres; o silenciamento dos arquivos; e as especificidades de cada caso. O relatório da autópsia de Andrea revela, por exemplo, que na hora do óbito ela “estaria dormindo, em posição de decúbito dorsal, e o agressor provavelmente à sua direita, empunhando a arma com a destra” (ALMADA, 2018, p. 90). Os fatos descobertos mostram a impossibilidade de defesa, a crueldade imposta, o despertar para a morte e são eles que fazem a autora depreender a possibilidade do desamparo sofrido pela vítima, complementado pela ficção.

Os vestígios que emergem são elementos da tentativa de resgatar a realidade perdida, o corpo, a fisicalidade. São eles que reivindicam novas narrativas a respeito dessas mulheres, a possibilidade de vislumbrar justiça e a desconstrução das versões dadas como definitivas, conforme acontece também no caso de María Luísa. Pela leitura dos testemunhos e interrogatórios, sabemos que Norma e Elena, as melhores amigas da moça, foram obrigadas inicialmente a mentir: “diante do juiz, desmentiram tudo o que haviam declarado à polícia e apresentaram denúncia por coerção ilegal, mostrando as marcas dos golpes que teriam recebido quando as obrigaram a prestar falso testemunho” (ALMADA, 2018, p. 68). A quem interessa coagir essas mulheres e lhes fazerem mentir? O que ganha alguém ao tentar violentar não apenas o corpo de María Luisa, mas também sua memória?

Para as estruturas patriarcais a morte é insuficiente, é preciso destruir os registros da existência, ridicularizá-la. Essa nova crueldade atinge três mulheres, pois leva a reboque também as duas amigas

para a esteira da descredibilidade. Ao evidenciar essas múltiplas e reiteradas violências físicas, simbólicas e de gênero, Selva Almada coloca as garotas no lugar de vítimas, evidenciando que nada justifica a brutalidade que sofreram

O caso de Sarita parece ser o mais curioso quanto à insuficiência dos arquivos. O desaparecimento da moça, no dia em que encontraria seu amante, Dady Olivero – um homem casado e agressivo, se torna feminicídio um ano mais tarde quando seus restos mortais são encontrados às margens do rio Ctalamochita. A busca incessante de uma família dilacerada parecia ter chegado ao fim, mas uma nova reviravolta aconteceria: 10 anos mais tarde, com o acesso facilitado aos exames de DNA, Sara, que nunca acreditara na morte da filha, pede a exumação de seu corpo e descobre que os restos mortais não são dela (ALMADA, 2018, p. 85).

O caso de feminicídio volta a ser de desaparecimento. Onde está Sarita? Se ela morreu, como recuperar seu corpo e devolvê-lo para a família? De quem é o corpo enterrado em sua sepultura? A narrativa de violência aparece no livro quase como um ciclo constantemente retroalimentado pela brutalidade: mais uma mulher não volta para casa, mais um corpo feminino tratado com abjeção, mais uma existência ceifada, mais uma subjetividade apagada. O mapa da morte no interior da Argentina é revelado ao leitor com angústia, onde mais perguntas são feitas do que respostas são apresentadas.

As inscrições da realidade, oriundas do processo investigativo, na medida em que perfuram a narrativa, tensionam e problematizam a “ideia de ficção e a relação entre a racionalidade ficcional e os modos de explicação da realidade histórica e social, entre a razão das ficções e a razão dos fatos” (RANCIÈRE, 2005, p. 52). Esse processo, em constante deslocamento e transformação, faz com que as histórias das três garotas dimensionem os rumos do livro e a autora direcione o olhar do leitor para além dos estereótipos de gênero.

Tanto lembrar quanto esquecer são processos importantes de reelaboração do passado. É importante pontuar que em face de uma “lembração traumatizante, o silêncio parece se impor a todos aqueles que querem evitar culpar as vítimas. E algumas vítimas, que compartilham essa mesma lembrança ‘comprometedora’ preferem, elas também, guardar silêncio” (POLLAK, 1989, p. 6). Por outro lado, o silêncio dos arquivos, dos registros, pode também figurar como uma tentativa cruel de apagamento de existências consideradas abjetas, inferiores, para uma tradição misógina e patriarcal em que as sociedades estão ancoradas.

Selva Almada, na qualidade daquela que narra e se inscreve na obra, procura representar, escolhe não obliterar essas mulheres e denunciar as experiências traumáticas que elas viveram. *Garotas Mortas* produz um processo de empatia, de reconhecimento do outro e vai costurando a ficção aos registros reais, o “eu” ao “nós”, o individual no coletivo para evidenciá-los não apenas como aparatos e ferramentas para a recordação, o resgate da memória, mas também em uma tentativa de romper silêncios. Mostrar a face de um legado de horror, problematizá-lo para que tais violências não sejam mais naturalizadas nem banalizadas.

A violência como premissa

Para Michelle Perrot, o “corpo das mulheres é também, no curso da história, o corpo dominado, subjugado, muitas vezes roubado, em sua própria sexualidade” (2017, p. 76). Esse corpo, visto como castrado e inferior, é constantemente agredido; no caso da prostituição inclusive vendido e explorado; evidenciando que “a gama de violências exercidas sobre as mulheres é ao mesmo tempo variada e repetitiva. O que muda é o olhar lançado sobre elas, o limiar de tolerância da sociedade e o das mulheres, a história de sua queixa” (PERROT, 2017, p. 76), a possibilidade de falar e ser ouvida.

Se a história das mulheres e a memória delas está profundamente marcada pelo silêncio e o apagamento, advindos do medo, da culpa, da vergonha promovidos pela reiterada violência, Selva Almada lança mão de todos os recursos que parecem estar disponíveis para subverter essa lógica das estruturas patriarcais opressoras e não deixar que Andrea, María Luisa, Sarita, e tantas outras, tenham também suas memórias, seus registros mortos.

No processo escavação que opera, uma figura que aparece muito importante é a da “Senhora”. Quando a investigação tradicional parece não dar conta, a autora procura pela primeira vez uma vidente, taróloga, em busca de respostas. As videntes habitam uma região de desconfiança, dúvida, imprecisão, rumor, visto que não é possível saber se o que elas dizem é ficção ou realidade.

A autora então explica à mulher que em dois casos (dos três casos não solucionados) os parentes das vítimas procuraram outras videntes, mas não obtiveram sucesso. Após uma longa conversa, a mulher compara a busca de Almada com uma missão e traz à tona uma lenda popular, a da *La Huesera*, a Mulher dos Ossos, uma velha muito velha cuja a tarefa é catar ossos, de preferência o dos lobos.

De volta à sua choupana com a braçada de ossos, ela monta o esqueleto. Quando *La Huesera* põe a última peça no lugar e a figura do lobo resplandece diante dos seus olhos, ela se senta junto ao fogo e se põe a pensar que canção cantará. Quando se decide, ergue os braços sobre o esqueleto e principia o canto. À medida que canta, os ossos vão se forrando de carne; e a carne, de couro; e o couro, de pelos. Ela continua a cantar, e a criatura ganha vida, começa a respirar, seu rabo se estica, abre os olhos, sai correndo da choupana. A certa altura sua corrida vertiginosa, seja pela velocidade, seja por que mergulha nas águas de um rio para atravessá-lo, seja por que o luar o apanha em cheio num flanco, o lobo se transforma numa mulher que corre livremente rumo ao horizonte, rindo às gargalhadas.

Talvez seja esta a sua missão: recolher os ossos das garotas, armá-las, dar-lhes voz e depois deixa-las correr livremente onde tiverem que ir (ALMADA, 2018, p. 34).

A *huesera* é a mulher bruxa que acumula em si sabedoria e resistência; transgride às normas sociais ao não se adequar aos padrões opressores e impostos; reivindica o xamanismo em contraposição ao modelo ligado à tradição judaico-cristã e à masculinidade. É “ela que recolhe tudo aquilo que periga se perder” (ALMADA, 2018, p. 33) e subverte a lógica do apagamento.

Dar voz e corpo em *Garotas Mortas* não pode ser compreendido de maneira literal. A recuperação da corporalidade na literatura não trata, segundo Rancière, de organismos vivos, mas da reorganização de enunciados e sentidos que procuram criar coletivos que redistribuem papéis, territórios e linguagens (p.60). O que se pretende é ocupar o espaço simbólico da disputa do discurso. A *huesera*, imiscuída na figura de Selva Almada como autora que narra a si e às mortas, que recolhe os ossos e as histórias das mulheres, denuncia a condição feminina na contemporaneidade. Para Maria Verónica Elizondo Oviedo é aí que está o cerne da narrativa, na exumação dos corpos violentados, dos arquivos e das histórias que precisam ser ditas, por que é a partir dessas práticas que as garotas mortas retomam seu lugar no presente (2015).

Segundo Suzi Sperber, a reelaboração do passado é feita toda vez que os eventos e os fatos são re-apresentados e recompostos também pelas repercussões das emoções de quem os viveu, e existe aí a possibilidade de ressignificá-los. Os desdobramentos de tal reelaboração se inscrevem em todas as dimensões do indivíduo (2009, p. 574), tornando o corpo um lugar de memória por excelência. Por isso, Selva Almada destaca a atuação dos irmãos das vítimas no processo investigativo de conhecimento e reconhecimento das três garotas mortas. Por que, além de terem vivido as experiências

traumáticas, conservam em si as reminiscências da memória, agora reelaborada. Cada irmão lida com a perda à sua maneira. Yogui Quevedo parece tratar a irmã, María Luisa, com condescendência, colocando-a num lugar de fragilidade. Ele confunde tanto a autora quanto os leitores com seus constantes sumiços e ausências nos encontros marcados previamente, deixando-nos sem saber sobre as suas reais intenções.

Mirta Mundím, irmã de Sarita, é solícita e dá muitas informações à autora. Em suas conversas com Almada, revela uma profunda dor, como se ela mesma ao lembrar fosse colocada também na cena do passado e do sofrimento: “não quero que saibam que é minha irmã, não quero que fiquem me perguntando coisas. A minha dor é minha e não quero dividir com ninguém” (ALMADA, 2018, p. 86). O que se revela é um processo doloroso de reelaboração da perda. O corpo do ser amado, ao morrer, ocupa um lugar sagrado, em que a memória o conserva sem máculas. Dadas as condições da morte de Sarita, as especulações feitas à época e a misoginia imposta, resgatar o corpo da irmã, por meio da lembrança, traz de volta também todos os perjúrios e mentiras. A reapresentação dos fatos vividos, por meio de perguntas, é um jeito de macular tanto corpo quanto memória, por isso, ela reforça sua experiência individual ao dizer que a dor é dela e que não quer dividir com mais ninguém.

Semelhante processo opera María Fabiana, irmã de Andrea, que também preferiu o silêncio e não quis falar com a autora. No caso de Fabiana ela foi além e travou sua própria luta pessoal: “eu sempre sonhei em estudar Direito só pra me formar advogada e revisar o processo do assassinato da minha irmã, já me formei e conheço o processo de cor, e não vou sossegar enquanto o caso não se esclarecer” (ALMADA, 2018, 110). A memória não apenas resgata o ocorrido, mas traz consigo todas as dores e angústias desencadeadas por ele. Em todos os casos é quase como se a ausência das três garotas fosse uma

presença existencial pesada no presente, em que as marcas deixadas pelos abusos influenciaram também a vida de quem as cercava.

Outro recurso que Almada usa, como vimos, é se colocar ao lado das garotas na qualidade de vítima e sobrevivente de abusos. Isto fica evidente na passagem em que ela relata o assédio sofrido durante uma carona, quando ainda era adolescente: “sem parar de falar e dirigir, esticou o braço e começou a me apalpar os seios. Gelei, como o conto de segurança atravessado no peito. Sem afastar os olhos da estrada, o sujeito me disse: você sozinha pode detectar qualquer nódulo suspeito, mexendo assim, está vendo?” (ALMADA, 2018, p. 20-21).

Ao narrar, Selva Almada “inscreve a experiência numa temporalidade que não é a do seu acontecer (...), mas a de sua lembrança” (SARLO, 2007, p. 25). A autora não apenas se coloca na cena do passado, mas revive e atualiza a experiência vivida, testemunha e por empatia e sororidade compartilha com as garotas, ainda que mortas, aquilo que as aproxima, as torna semelhantes e as separa: a violência e a morte.

A narrativa evidencia que os corpos, assim como as histórias dessas mulheres, foram sendo acumulados, quase como se fossem objetos, para depois serem descartados, esquecidos, reivindicados apenas pelas estatísticas. Andrea, María Luisa e Sarita fazem parte de um quadro muito maior que vai sendo apresentado ao leitor. Elas estão inseridas num contexto de naturalização da violência e são resgatadas também todas as vezes que o caso de uma nova mulher é evidenciado para denunciar tanto o feminicídio quanto a violência de gênero.

O descaso com todas as mulheres que compõem as narrativas do livro, deflagra a naturalização da violência, de uma cultura do estupro predatória e cruel que subalterniza o feminino. Dos casos mais violentos como estupro, o assassinato, a mutilação, o enforcamento aos considerados menos relevantes e banais, essa cultura se perpetua:

Essas cenas conviviam com as outras menos chamativas: a mãe de uma amiga que não se maquiava por que o marido não deixava. Uma colega de trabalho da minha mãe que todo mês entregava o salário inteiro ao marido, para que ele o administrasse. Outra que não podia visitar a família por que o marido achava que os parentes dela não tinha nível. Outra que era proibida de usar sapatos de salto alto por que isso era coisa de puta (ALMADA, 2018, p. 37).

A disciplinarização dos corpos femininos cumpre uma necessidade de controle das subjetividades e demandas das mulheres. A elas resta o lugar de objeto do discurso alheio, como se só pudessem cumprir o papel arcaico de viverem em nome do desejo dos homens, dependendo da bondade de seus companheiros, provedores da casa e mantenedores do lar, para existir. Quando a mulher é vista no lugar do outro, esse ser castrado, segundo Guacira Lopes Louro, tem o seu significado cultural colocado à margem do homem (2010, p. 14-15), o que ao longo da história, e da narrativa em questão, justificou indevidamente o esvaziamento de sua humanidade e a violência de gênero.

As mulheres que procuram fugir minimamente dessa regra são punidas com a morte, como é o caso de Bety, a dona da marcenaria que se enforcou após ser constantemente agredida. Tempos depois de morrer, o boato que se espalhou pela cidade foi de que o marido “tinha matado a mulher e ocultado o crime simulando um suicídio. Podia ser. Também podia ser que ela mesma tivesse se enforcado, farta da vida que levava” (ALMADA, 2018, p. 36). Aqui a autora deixa claro que não faz diferença, pelas próprias mãos ou as do companheiro, o feminicídio é uma realidade na sociedade em que o livro se inscreve.

A importância de trazer a misoginia para o debate dos estudos literários se dá na medida em que problematizar a violência simbólica e física sofrida por mulheres ocupa um espaço interdito de representação que necessita ser descortinado. Por isso, evidenciamos

que Selva Almada herda de sua mãe a impertinência e fala dessas histórias em voz alta (ALMADA, 2018, p. 37). Ela não segue as lógicas opressoras imputadas pelas estruturas patriarcais, ao contrário, escreve, problematiza afastando qualquer possibilidade de vergonha e culpa que responsabilize as vítimas e não os agressores. E assim desconstrói o olhar da norma parametrizada e disseminada de que os sentimentos e subjetividades que importam são o dos homens.

Segundo Maria Olívia Santana, política, educadora e militante do movimento de mulheres negras brasileiro, o sexo autoritário, que faz com que homens invistam contra os corpos das mulheres como desbravadores, provem de uma cultura que legitima tais atos e corrobora com a ideologia patriarcal (2016). A este tema Selva Almada dá especial atenção em *Garotas Mortas*, problematizando-o em virtude de sua prática predatória.

A autora evidencia o estupro como a máxima desumanização que pode acometer o feminino. Ao longo do livro muitos são os casos, além de María Luisa, de mulheres que sofreram desse tipo de violência e algumas delas não sobreviveram para contar suas histórias. A esposa do açougueiro Lopez, que não estava segura dentro da sua própria casa: “Ela o denunciou por estupro. Fazia tempo que, além de lhe bater, o açougueiro abusava sexualmente dela” (ALMADA, 2018, p. 36). A menina que morava em La Clarita, sequestrada e violentada por quatro homens, mas que conseguiu escapar: “eles a mantiveram por vários dias em cativeiro, nua, amarrada e amordaçada, num lugar que parecia abandonado. Mal lhe davam de comer e beber, apenas o bastante para que continuasse com vida. Os quatro a estupravam quando lhes dava vontade” (ALMADA, 2018, p. 13). A adolescente de Villa Elisa, vítima de uma vingança: “pelo mesmo caminho de todas as noites de baile, num lugar onde nunca acontecia nada. Eles a agarraram no escuro e a espancaram, os dois a penetraram várias vezes, se revezando. E quanto até as picas se enfatiaram, continua-

ram a violenta-la com uma garrafa” (ALMADA, 2017, p. 14). Mónica Leocato, taxista: “apareceu estuprada e estrangulada em seu carro, numa estrada rural, aparentemente por um passageiro” (ALMADA, 2018, p. 87). Alejandra Martinez: “estava seminua e em avançado estado de decomposição, tinham decepado seus mamilos, extirpado a vagina e o útero, e cortado a polpa da maioria dos dedos” (ALMADA, 2018, p. 44).

O que se percebe é que o estupro dentro da obra está alinhado à ideia de que “é uma hedionda forma de matar, mesmo quando a vítima não vai a óbito, já que fica a sombra fria e mórbida que marca a mulher para sempre” (SANTANA, 2016). É um macabro histórico naturalizado de violência de gênero, e em muitos casos, ainda que existam testemunhas e informações, elas são desencontradas e não existe muito interesse da polícia em resolvê-los.

Ainda que as narrativas sejam brutais, de uma violência terrível, o que Selva Almada denuncia é o que Solnit postula como a degradação perpétua do feminino pelo masculino que o penetra (2016, p. 43) revelando o estupro como “o ódio e a fúria ocupando o lugar do amor entre os corpos. É uma visão do corpo masculino como arma e do corpo feminino (no estupro heterossexual) como inimigo” (2016, p. 43). Tal degradação rompe, dilacera, inviabiliza qualquer tentativa de ver esse corpo feminino outro como digno de afeto, empatia, cuidado.

A autora ainda desmistifica certos clichês, como no caso da moradora de Villa Elisa, estuprada por dois rapazes após o baile. A violência com a garrafa revela que o crime do estupro nada tem a ver com prazer e sim com poder dos homens subjugarem mulheres, matá-las para além da morte. É um “ataque não só ao corpo, mas também aos direitos, à humanidade e à voz da vítima. O direito de recusar, de ter autodeterminação é retirado” e no caso de mulheres que sobrevivem “a vergonha perpetua esse silenciamento” (SOLNIT, 2017, p. 99).

Para Andrea, María Luisa e Sarita, o que se percebe, durante a narrativa, é a tentativa constante dos meios oficiais de deslegitimá-las. A primeira não teve sorte ou fora vítima de um namorado ciumento; a segunda foi influenciada por más companhias, de amigas que não era moças direitas; a terceira precisara se prostituir para sustentar o filho e ajudar a irmã com as contas da casa, por isso sua credibilidade era colocada em xeque. Entretanto, Selva Almada desconstrói essas visões deturpadas ao denunciá-las e ao mostrar que elas eram garotas comuns, especialmente marcadas pela pobreza e por opressões, como é o caso de Sarita:

Ela não tinha opção, por que sua família era muito pobre. Seu último emprego antes de se casar foi como faxineira na casa de um médico. Ali a tratavam bem, quase como uma filha, e a incentivavam a estudar. Mas acabou engravidando e se casou. Era bonita demais para que o marido a mandasse trabalhar de novo como doméstica. Tanta beleza desperdiçada entre produtos de limpeza. Por isso ele a mandou se prostituir (ALMADA, 2018, p. 74).

Barganhada como mercadoria, Sarita representa na narrativa, assim como Betty e a mulher do açougueiro, o poder do homem provedor da casa, que se apropria das mulheres como quem se apropria de objetos. São as violências que acontecem no âmbito do direito privado, protegidas pelos segredos de família que não podem ser postos em público.

Essa legitimação da violência dentro do reduto doméstico está alinhada à uma tradição de disciplinarização dos corpos e da romantização do abuso que postula a passividade feminina como norma, onde as mulheres devem aguentar tudo em nome de uma certa estabilidade familiar falaciosa. Isto por que, ao longo da vida “aprendemos a vergonha e a culpa; experimentamos a censura e o controle. Acreditando que as questões da sexualidade são assuntos

privados, deixamos de perceber sua dimensão social e política” (LOURO, 2010, p. 27). Colocar as relações íntimas e conjugais no debate do espaço público é dimensionar politicamente as violências originadas a partir daí e tratá-las como uma demanda social que deve ser elaborada também coletivamente.

A figura do monstro, da violência possível apenas no âmbito do distanciamento, fora do reduto doméstico, é problematizada: “os estupradores eram sempre homens desconhecidos que agarravam uma mulher e a levavam para o mato, ou que entravam em sua casa forçando uma porta” (ALMADA, 2018, p. 36). A mulher do açougueiro, estuprada dentro de sua própria casa, desnuda aos olhos do leitor que a violência pode vir inclusive e principalmente de quem você confia. Desamparadas e desprotegidas, elas só tinham a si mesmas para contar.

Além das experiências brutais e traumáticas, o que se evidencia com o resgate dessas histórias e memórias de mulheres violentadas é uma tentativa de acessar uma afetividade apagada pela misoginia e pelo patriarcado. Segundo Oviedo, a exposição do arquivo é na realidade uma exumação do arquivo e o trabalho de Selva Almada ao fazê-lo se assemelha ao trabalho da figura da personagem da senhora taróloga quando expõe as cartas sobre a mesa e evita a desapareição completa dessas mulheres (2015, p. 6).

Se para muitos Selva Almada parece falhar, pois não consegue solucionar principalmente os casos das três jovens que orientam o próprio título do livro, *Garotas Mortas*, a meu ver a necessidade de dizer e narrar a história dessas mulheres vai muito além. É preciso pontuar que

ter voz, poder falar, ser ouvido e acreditado é essencial para ser participante, uma pessoa com poder, um ser humano com pleno reconhecimento, então é importante reconhecer que o silêncio é a condição universal da opressão, e existem

muitas espécies de silêncios e silenciados (SOLNIT, 2017, p. 35).

E nesse sentido, a autora não falha. A morte física como último e definitivo recurso para silenciar uma pessoa pode estar acompanhada da morte social, da destruição de todos os registros que essa pessoa deixou enquanto viva. O feminicídio marca uma brutalidade ainda maior que é a morte simplesmente por ser mulher: “Eu não sabia que uma mulher podia ser morta pelo simples fato de ser mulher, mas tinha escutado histórias que, com o tempo, fui ligando umas às outras. Casos que não terminavam com a morte da mulher, mas em que ela era objeto da misoginia, do abuso, do desprezo” (ALMADA, 2018, p. 13).

A re-apresentação e re-presentificação dos eventos e fatos tornam possível a reconstrução do sentido (SPERBER, 2009, p. 574), que na obra se configura como a ressignificação das existências das três garotas mortas. Selva Almada não apenas as liberta do silenciamento compulsório, do esquecimento, mas também opera uma exumação que resgata seus corpos, ressacraliza esses corpos, tira os véus dos interditos, subverte e desloca a lógica patriarcal falaciosa. Ao imiscuir o passado das mulheres à sua própria história, podemos dizer que a autora borra os limites com o próprio presente e conserva “certas marcas do sagrado, quer no desejo de conhecimento do outro, quer no ímpeto de salvar o outro”, ou “na constituição gradativa” também de si enquanto sujeito que habita e coexiste dentro desse mapa da violência argentino, além de se inscrever, enquanto indivíduo, “no tempo e no papel da memória” ora resgatada (SPERBER, 2012, p. 14).

Se por um lado essa busca incessante pela verdade em *Garotas Mortas* parece não ter fim, a última crônica do livro, que conta como a tia de Selva Almada escapou da morte e do estupro, parece revelar mais uma questão importante abordada pela obra: “O vento norte esfregava entre si as folhas ásperas dos pés de milho, fazia vibrar os

talos maduros, tirando um som ameaçador que, apurando o ouvido, também podia ser a música de uma pequena vitória” (ALMADA, 2018, p. 124). O milharal, outrora símbolo da eminência da violência que a tia não sofreu, se converte em espaço simbólico da caminhada de duas mulheres que fazem planos e são vitoriosas por estarem vivas. O que se percebe é que ainda mais importante do que dar voz é preciso propor uma escuta sensível, pautada na sororidade e compartilhamento de experiências, que não aprisione e oprima a subjetividade de nenhuma mulher.

Reflexões finais

O que está posto em jogo em *Garotas Mortas* é a urgência histórica de ver as mulheres como sujeitos dos discursos, participantes da sociedade, além de romper os silêncios das memórias, dos arquivos, e das fontes. É essa lógica, que mata além da morte, que destrói a memória, que invalida e mutila vidas femininas, que a autora subverte.

Ao tangenciar a misoginia, as estruturas patriarcais, o feminicídio e as práticas violentas, Selva Almada procura dar conta da condição feminina contemporânea. O uso de uma linguagem mais carregada, que expõe de maneira crua as situações narradas, não parece ser um mecanismo de espetacularização da dor e da violência. É antes de tudo uma tentativa de sacudir o leitor, de tirá-lo de sua zona de conforto para dizer que esses corpos, comumente descartados, silenciados e considerados abjetos merecem um olhar acurado da literatura.

Ainda que a verdade não possa ser recuperada em sua totalidade, os restos dessa realidade recolhidos e colocados em narrativa conseguem ser problematizados e tensionados ao longo da obra. Sem querermos esgotar as possibilidades, as análises feitas até aqui procuraram postular o livro como um produto de demandas contemporâneas que desautonomizam a literatura e a contaminam com elementos como a investigação, o testemunho e as questões de gênero.

Um fruto estranho, um objeto verbal não identificado que procura dar conta não apenas da história e da memória das três garotas, mas da coletividade que abarca mulheres vítimas de violência. A representação, aqui evidenciada, não postula a subalternização, muito pelo contrário, problematiza e desconstrói estruturas e práticas violentas. É também um apelo para que tais brutalidades não sejam mais naturalizadas e banalizadas, evidenciando a literatura como ferramenta de transformação crítica, de debate e de espaço simbólico da disputa do discurso que atende às demandas sociais da contemporaneidade.

Referências

- ALMADA, Selva. *Garotas Mortas*. São Paulo: Todavia, 2018.
- CABRAL, María Celeste. De investigadora a huesera: Chicas Muertas de Selva Almada y las formas de narrar el feminicidio en el interior. In: JORNADAS DEL CENTRO INTERDISCIPLINARIO DE INVESTIGACIONES EN GÉNERO, 4., 2016, Ensenada. *Anais* [...] Ensenada: Universidad Nacional de La Plata, 2016., p. 1-12. Disponível em: <http://jornadascinig.fahce.unlp.edu.ar/iv-2016/actas/Cabral.pdf>. Acesso em 15 out. 2018.
- DERRIDA, Jacques. *Morada*. Maurice Blanchot. Lisboa: Vendaval, 2004.
- GARRAMUÑO, Florencia. *Frutos extraños: sobre a inespecificidade na estética contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.
- LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da Sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). *O corpo educado: Pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010, p. 7-34.
- OVIDO, María Verónica Elizondo. Feminicidio y exhumación del archivo en Chicas muertas de Selva Almada. In: CONGRESO INTERNACIONAL CUESTIONES CRÍTICAS, 4., 2015, Rosario. *Anais* [...] Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2015, p. 1-8.
- PENNA, João Camillo. Este corpo, esta dor, esta fome: Notas sobre o testemunho hispano-americano. In: SELIGMANN-SILVA, Márcio (Org.). *História, memória, literatura: o testemunho na era das catástrofes*. Campinas: Editora Unicamp, 2003. p. 297-350.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.
- POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, silêncio. *Estudos históricos*, São Paulo, v. 2, n. 3, p. 3-15, jan./jun. 1989.

RANCIÈRE, Jacques. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: EXO experimental org.; Editora 34, 2005.

SANTANA, Maria Olívia. Quem autoriza a cultura do estupro? *Geledés – Instituto da Mulher Negra*, 2016. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/quem-autoriza-cultura-do-estupro/> . Acesso em 18 out. 2017.

SARLO, Beatriz. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. Tradução: Rosa Freire D'Aguiar. São Paulo: Companhia das letras; Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SOLNIT, Rebecca. *A mãe de todas as perguntas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

SPERBER, Suzi Frankl. *Ficção e razão: uma retomada das formas simples*. São Paulo: HUCITEC- FAPESP, 2009.

SPERBER, Suzi Frankl. Como delinear o sagrado na escrita? Às voltas com os universais. In: *Ipotesi*, Juiz de Fora, v. 16, n. 2, p.11-23, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaipotesi/files/2011/05/CAP01-11-23.pdf> . Acesso em 12 fev. 2019.

SÜSSEKIND, Flora. Objetos verbais não identificados: experimentos literários de difícil classificação. *Jornal O Globo: Caderno Prosa*, 2013. Disponível em: <https://blogs.oglobo.globo.com/prosa/post/objetos-verbais-nao-identificados-um-ensaio-de-flora-sussekind-510390.html> . Acesso em 25 ago. 2016.

Agenda de pesquisa em gênero e em raça na Linguística Aplicada: inquietações

Denilson Lima Santos*

Resumo: Este ensaio pretende, a partir das questões de gênero e raça na pesquisa da Linguística Aplicada (LA), repensar os sujeitos (trans)locais em tempo de mobilidades textuais e identitárias. Desse modo, é necessário observar as novas epistemes que visibilizam corpos e subvertem a ordem vigente. A partir disso, fazemos uma discussão sobre os usos da linguagem nas práticas sociais, sobretudo, no contexto das comunidades de terreiros de candomblé. Ademais, tecemos um diálogo entre a ancestralidade e as questões de raça e gênero que estão na agenda do dia. Para isso, lançamos mão da Linguística Aplicada, especificamente sob o aspecto do(s) letramento(s), a partir de uma metodologia e pressupostos teóricos de uma descolonização epistemológica e suleados pelas Epistemologias do Sul. Assim, podemos perceber que fazer parte da comunidade de terreiro e expressar sua condição de gênero envolve tanto os aspectos da linguagem como os conflitos que podem ser resolvidos por ela.

Palavras-chave: Linguística Aplicada, Gênero, Raça, Linguagem, Sujeitos.

Resumen: Este ensayo pretende, a partir de las cuestiones de género y raza en la investigación de la Lingüística Aplicada (LA), repensar a los sujetos (trans) locales en tiempo de moviidades textuales e identitarias. Ante todo, es necesario observar las nuevas epistemes que visibilizan cuerpos y subvierten el orden vigente. A partir de eso, hacemos una discusión sobre los usos del lenguaje en las prácticas sociales, sobre todo, en el contexto de las comunidades de terreros de candomblé. Además, hacemos un diálogo entre la ancestralidad y las cuestiones de raza y género que están en la agenda del día. Para ello, lanzamos mano de la Lingüística Aplicada, específicamente bajo el aspecto del (los) alfabetismo (s), a partir de una metodología y presupuestos teóricos de una descolonización epistemológica y suleados por las

* Professor Adjunto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB-Campus dos Malês, Bahia); Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Linguagem e Sociedade (GEPILIS); denilsonlimas@unilab.edu.br.

Epistemologías del Sur. Así, podemos percibir que formar parte de la comunidad de terreiro y expresar su condición de género involucra tanto los aspectos del lenguaje como los conflictos que pueden ser resueltos por ella.

Palabras claves: Lingüística Aplicada, Género, Raza, Lengua, Sujetos.

Introdução

A reflexão sobre gênero, raça, classe, sexualidade, entre outros temas, tem estado na agenda de pesquisa da Linguística Aplicada (LA) nos últimos anos aqui no Brasil (MOITA-LOPES, 2013). Tais temáticas são necessárias e urgentes para refletir sobre as práticas sociais da linguagem em espaços de saberes formais e não formais.

Sabe-se que questões sobre letramento (SOARES, 2008), multi-letramento (ROJO; ALMEIDA, 2012), inclusive as discussões sobre os letramentos sociais (STREET, 2014) inserem nos estudos da Linguística Aplicada a necessidade crescente e desafiadora da transdisciplinaridade. Resguardadas as múltiplas querelas sobre esse tema, importa-nos aqui posicionar a urgência e emergência dos estudos da LA ante a reflexão epistemológica da ciência e a crítica aos modelos teóricos tantas vezes silenciadores e excludentes.

Dessa maneira, queremos problematizar como, a partir das questões de gênero e raça na pesquisa da Linguística Aplicada, pode-se propor repensar os sujeitos (trans)locais em tempo de mobilidades textuais e identitárias? Quais são as bases epistemológicas para deslocar o eurocentrismo e o colonialismo do saber? Como sulear as questões urgentes de lugar de fala dos sujeitos obliterados por uma academia que insiste na branquitude, na heteronormatividade e na construção hermética do saber?

Para isso, propomos pensar as questões fundantes propostas anteriormente pelas perspectivas das epistemologias do sul, bem como refletir sobre o papel das questões de gênero e raças em espaços de saber formal e informal.

Ao seguir essa trilha, temos em mente relacionar a vida social com a produção de conhecimento em que a linguagem assume o papel de discursividade (SANTOS, 2015) formando outras possibilidades epistemológicas. Como postula Moita-Lopes (2013, p.97) é necessário que para

construir conhecimento que seja responsivo à vida social, é necessário que se compreenda a LA não como disciplina, mas como área de estudo, na verdade, como áreas tais como estudos feministas, estudos *queer*, estudos sobre negros, estudos afro-asiáticos, etc. Pesquisadores originários de diferentes disciplinas (sociologia, história, antropologia etc.) convergem para essas áreas e passam a focalizar tópicos comuns, atuando no que chamei de um processo transdisciplinar de produção de conhecimento.

É partir da possibilidade transdisciplinar de produção do conhecimento que pensamos os estudos de gênero e raça na perspectiva da Ancestralidade. Nesse recorte, a LA é o esteio que possibilita estudar a linguagem como prática social nos espaços de saberes tanto formais como informais.

Epistemologia da ancestralidade

Eduardo Oliveira (2018, p.1) assinala que “uma estratégia de dominação efetiva é alienar do sujeito cultural sua possibilidade de produzir os significados sobre seu próprios signos idiossincráticos”. A partir dessa dominação, retira do dominado a capacidade de produzir significados sobre sua cultura e o explora econômica e semiótica. Daí, Oliveira (2018, p.1) postula que “a epistemologia, fonte da produção de significados, é fundamental para a afirmação ou negação de um povo e sua tradição, de uma cultura e sua dignidade”. Nesse sentido, as interpretações de mundo e as práticas sociais serão suleadas por outras epistemologias.

Diante disso, o autor não se preocupa com a tradição ocidental do conceito de epistemologia, conhecida também como Teoria do Conhecimento, cunhado pela tradição grega. Tampouco lhe tira o sono saber quem tem a razão, se a escola inglesa ou francesa. Para Eduardo Oliveira (2018, p.1) a epistemologia é concebida “como a fonte de produção de signos e significados concernentes ao jogo de sedução que a cultura é capaz de promover”. Nesse caso, cada cultura é capaz de produzir sua epistemologia. Logo, essa produção de conhecimento está imbricada com a ética, pois cada cultura produz signos e significados interligados com valores morais e princípios.

Nesse sentido, recorreremos pensar na Ancestralidade “como uma categoria analítica e, por isso mesmo, converte-se em conceito-chave para compreender uma epistemologia que interpreta seu próprio regime de significados a partir do território que produz seus signos de cultura” (OLIVEIRA, 2018, p. 3). Ademais dessa possibilidade de categoria analítica, propomos uma categoria discursiva, pois o que está em jogo é a linguagem, como prática discursiva, como palavra no território do outro.

Na realidade toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponte lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra se apoia sobre meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1986, p. 113).

De fato, a Ancestralidade deixa de ser somente laço consanguíneo – como era pensada no século XX – e passa ser um “princípio que organiza o candomblé e arregimenta todos os princípios e valores

caros ao povo-de-santo na dinâmica civilizatória africana (OLIVEIRA, 2018, p. 3). A palavra ancestral é discursiva, em que a coletividade se ressignifica a partir do território africano e africanizado, a saber, a Diáspora. Nesse sentido, a cultura é “movimento de ancestralidade (plano de imanência articulado ao plano de transcendência) comum a esses territórios de referência” (Idem, p.3). Por esse viés de signo e ressignificações analíticas, o *corpus* africano – todos os saberes grafados na memória e em seu corpo –, como já pontuou Leda Martins (2013, p.78), é a “reficcionalização do negro como corpo de memória do conhecimento, conotando o adjetivo negro como uma episteme, um saber e, não apenas, como uma epiderme, uma causa, um lamento ou um pesar”. Pensar a ancestralidade africana é refletir sobre “a complexidade [da] textualidade oral e oralitura da memória, os rizomas ágrafos africanos inseminaram o corpus simbólico europeu e engravidaram as terras das Américas” (MARTINS, 1997, p.25). Assim, é necessário mergulhar na epistemologia da ancestralidade e ler as múltiplas formas que a cosmovisão afro-diaspórica do cotidiano no esteio da linguagem como discurso, como território do outrem, como assinalou Bakhtin (1986).

Ainda nesse sentido, é necessário ter em mente que “as práticas discursivas que têm o negro como referência, desvelando os enunciados que o escrevem e inscrevem como um matiz particular nos cenários das relações sociais” (MARTINS, 1995, p.34), permite pensar a linguagem como práticas sociais, pois por meio do corpo, gestos, música, histórias, toques, batuques, elementos da natureza e o ser negro numa ontologia ancestral, se instauram nas práticas sociais da linguagem, fazendo com que, “essas inscrições e palimpsestos performáticos, grafados pela voz e pelo corpo” (MARTINS, 2000, p. 83), estabeleçam a palavra como território compartilhado com o outro. Em suma, a ancestralidade como categoria-analítico discursiva é uma possibilidade material dos letramentos do *corpus* african-o-izado.

Letramentos da Ancestralidade

Como assinala Street (2014, p.17), pensamos aqui o letramento como “prática social e numa perspectiva transcultural”. Nesse caso, comungamos com a pluralidade, assim, com os letramentos, ou melhor, práticas de letramentos, pois estas são práticas concretas e sociais. Em outras palavras, as práticas letradas constituem resultados da cultura e do discurso.

Nessa esteira, a Ancestralidade é uma discursividade, porque retrata a herança africana em sua vastidão e complexidade, entremendo raízes, histórias e imaginários do *corpus* na diáspora. Em suma, a Discursividade Ancestral pode ser entendida como a escrita que se apresenta “como padrão político-estético que estabelece [...] uma reinvenção da ancestralidade como voz, ritualidade e símbolo de origem [africana]” (SANTOS, 2015, p35). Esse conceito trabalhamos na tese defendida em 2015. Porém, o que adicionamos aqui é a prática social da linguagem em que a Ancestralidade se instaura no contexto da religiosidade e das vivências, do cotidiano. Daí propomos, em relação à Discursividade Ancestral, um olhar para o veio da intelectualidade negra e mais além, observar como essa discursividade se torna um posicionamento político constante. Nesse sentido, as práticas de letramentos da ancestralidade do *corpus* african-o-izado é a encruzilhada, ou melhor a interseccionalidade (AKOTIRENE, 2018).

As práticas de letramentos (STREET, 2014) ou eventos de letramentos (HEATH, 1982), estão presentes no movimento da ancestralidade e nas suas práticas políticas cotidianas. A exemplo disso é quando lemos “O que é Interseccionalidade?” e nos deparamos com esse argumento:

Segundo profecia yorubá, a diáspora negra deve buscar caminhos discursivos em atenção aos acordos estabelecidos com antepassados. Aqui, ao consultar quem me é devido, Exu, divindade africana da comunicação, senhor da encruzi-

lhada e, portanto, da interseccionalidade, responde como a voz sabedora do quanto tempo a língua escravizada esteve amordaçada politicamente, impedida de tocar seu idioma, beber da própria fonte epistêmica cruzada de mente-espírito (AKOTIRENE, 2018, p. 15).

Nesse diálogo com Carla Akotirene, percebemos, nesse processo de resistência epistêmica, a divindade Exu, dono da dinâmica e da subversão de mundos. Ele é conceito-chave para repensarmos a Ancestralidade e as questões de raça e gênero, claro que podemos problematizar sobre classe, mas nesse momento é crucial pontuar os aspectos políticos das vivências, por exemplo, nos terreiros de matriz africana e as questões existenciais de seus membros. Aqui chamo a atenção, por exemplo, como está distribuído o papel social e religioso da mulher e do homem trans na comunidade? Qual é a orientação dos líderes religiosos em respeito ao lugar desses membro na liturgia e nas atividades cotidianas da comunidade-terreiro? Qual o papel político tanto das lideranças quanto dos demais membros no combate à LGBTQ+fobia?

É necessário refletir sobre essas avenidas identitárias (AKOTIRENE, 2018), ou seja, as práticas de letramentos da ancestralidade do corpus african-o-izado, permite compreender a função e dinamismo da língua/gem na cotidianidade. A partir daí, pode-se compreender a função da linguagem exusíaca.

A linguagem exusíaca

Luiz Silva Cuti, no texto “O leitor e o texto afro-brasileiro” (2002, p.21), estabelece uma reflexão sobre a relação da linguagem e o texto literário. A partir de um contexto eurocêntrico, racista e invizibilizador da estética literária hegemônica, propõe olhar, por exemplo, o texto literário “no sentido de aprofundar, superar e contribuir para o engendramento de novas contradições pessoais” .Para tanto, a re-

lação de interpretação e usos da linguagem ganha novas dimensões de compreensão.

Se o branco constitui uma privação do pensar negro, efetivada através das várias formas de censura, até que se tornasse autocensura, aquele mesmo pensar passou a se desvencilhar das amarras e das ataduras, a fazer uso da função exusíaca da linguagem, libertando-se através do monólogo auto-reflexivo e do diálogo polarizado com o outro” (CUTI, 2002, p. 25).

É esse o ponto que nos centraremos: a função exusíaca da linguagem. Como afirma Cuti (2002, p.25) sobre esse conceito: “Exu, orixá que abre os caminhos, que está além do bem e do mal, instaura a polaridade para operar a síntese. Energia pessoal do dinamismo. Ao funcionar de forma desestabilizadora, dinamizadora das contradições e libertadora, a linguagem estará realizando a sua função exusíaca”. Justamente sobre os três pontos da função exusíaca da linguagem nos apoiaremos, a saber, desestabilizadora, dinamizadora das contradições e libertadora.

A partir das questões dinamizadoras da linguagem, podemos perceber os conflitos que permeiam os sujeitos e a sua fé. Usamos o paradigma Exu como possibilidade de interpretar a linguagem da Ancestralidade.

Nesse jogo de linguagem, na nossa convivência no terreiro de candomblé, fizemos duas perguntas aos irmãos de fé, das comunidades de terreiros que visitamos constantemente, para iniciar essa nossa reflexão posta aqui. A primeira pergunta foi: qual a relação da Ancestralidade com a sua vivência no axé, a partir de sua condição de gênero? Depois disso, e da resposta que se seguia, realizamos uma segunda pergunta: como você interpreta/usa ou usou os conhecimentos ancestrais no seu autoconhecimento como homoafetivo? É importante destacar que para alguns informantes, a sua condição

de gênero não interferiu na sua caminhada de fé, como assevera o informante A:

Quando cheguei ao Axé, já me entendia enquanto gay. Achei legal que há divindades no panteão yorubá com condutas sexuais homoafetivas. De fato, acho que a liberdade afetiva é princípio divino.

Sem dúvida, o participante encontrou a similaridade entre a fé do candomblé e sua condição de gênero. É importante perceber que quando dialogamos com as questões de gênero percebemos estas como “uma dimensão central da vida pessoal, das relações sociais e da cultura. É uma arena em que enfrentamos questões práticas e difíceis no que diz respeito à justiça, à identidade e até à sobrevivência” (CONNELL; PEARSE, 2015, p.25). Na dimensão da religião de matriz africana precisa-se muito pontuar essas questões se interligam a outras nuances da vida.

Faz-se relevante observar a função da linguagem exusíaca pelo modo de construção de mundos. Queremos aqui chamar atenção que linguagem é discurso. Dessa maneira, temos “uma visão do discurso como uma forma de co-participação social. Os participantes discursivos constroem o significado ao se envolverem e ao envolverem outros no discurso em circunstâncias culturais, históricas e institucionais particulares” (MOITA-LOPES, 2002, p.56). Então, nesse sentido, as identidades são construídas por discursos conflitantes, pois é nessa dimensão do conflito que se dá as trocas, as ações políticas e sociais da linguagem. Podemos dizer que pode se instaurar a performance da linguagem (COHEN, 2002), a saber, a dimensão espaço-tempo que permite os interlocutores estabelecer as fronteiras conflitantes.

Diante do exposto, nos deparamos em diálogo com um adepto do candomblé, quando falávamos sobre a urgência da comunidade-terreiro e sua inserção na realidade circundante, por exemplo a dos transgêneros. O meu interlocutor dizia: “Eu converso sempre aqui

com mãe (a Ialorixá da casa) sobre a necessidade de pensar que uma mulher trans na roça (espaço de culto) tem que se vestir como mulher no xirê (roda de cantos e danças para os Orixás)”. É importante notar que o conflito se dá no diálogo. Possivelmente a sacerdotisa não tenha filhos ou filhas transgêneros, mas há uma preocupação dos membros homoafetivos em ver a condição de gênero bem-representada e respeitada no terreiro.

Diante do exposto, na interseccionalidade em que raça e gênero constituem aqueles que são vitimizado pela classe hegemônica, ou quem sabe, encontra barreiras na sua classe originária, precisamos que a linguagem como performance, pois esta “trata-se de uma ação, de uma intervenção, de uma quebra estrutural e de uma busca por novas alternativas” (TAYLOR, 2018, p.1). Em outras palavras, a linguagem assume seu papel dinâmico: quebra o mundo e o recria, assim como Exu que mata o pássaro ontem com a pedra que atira amanhã.

Considerações finais

Sem dúvida, no jogo discursivo das relações sociais, a questão de gênero e raça são inseparáveis nas vivências da religiosidade de matriz africana. Não há como não interseccionalizar a discussão. Ser negro, LGBTQ+ na comunidade representa mais que ser somente um adepto.

Mais do que nunca, se faz necessário uma tomada crítica da Linguística Aplicada sob a perspectiva da descolonização do saber. É necessário ressaltar as vozes que estão na periferia. Nesse sentido, as questões de gênero podem e devem ser foco de uma análise dos usos da linguagem nos espaços em que gays, transgêneros e outres que professam sua fé e dinamizam suas vidas pelo viés da ancestralidade.

Assim, é importante que a Linguística Aplicada seja mediadora das práticas de letramentos da ancestralidade e da necessidade de

visibilização dos sujeitos LGBTQ+ tanto em suas comunidades de terreiros quanto em outros espaços de saber formal ou informal. Relevante nisso tudo é a compreensão que em uma sociedade poli-fônica e multifacetada, as práticas sociais da linguagem, por meio dos letramentos da ancestralidade, são estratégias políticas contra as violências simbólicas e físicas direcionadas a sujeitos por causa de sua condição de gênero.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento Justificado, 2018.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1986.
- COHEN, Renato. *Performance como linguagem: criação de um tempo-espaço de experimentação*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CONNELL, Raewyn; PEARSE, Rebeca. *Gênero: uma perspectiva global*. São Paulo: in.Verso, 2015.
- CUTI, Luiz Silva. O texto e o leitor afro-brasileiro. In: FONSECA, Maria Nazreth Soares et al. *Poéticas afro-brasileiras*. Belo Horizonte: Mazza; PUC Minas, 2002.
- HEATH, Shirley. Brice. What no bedtime story means: narrative skills at home and at school. *Language in Society*, Cambridge, v. 11, pp. 49-76, 1982.
- MARTINS, Leda. *A cena em sombras*. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- MARTINS, Leda. *Afrografias da memória: O reinado do Rosário no Jatobá*. Belo Horizonte: Mazza, 1997.
- MARTINS, Leda. Oralitura da memória. In: Fonseca, M. N. Soares. (Org). *Brasil afro-brasileiro*. Belo Horizonte: Autêntica, p. 120-139, 2000.
- MARTINS, Leda. *A fina lâmina da palavra*. [S.l]: [s.n], 2013. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/poslit>. Acesso: 23 nov. 2018.
- MOITA LOPES, Luis Paulo da. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.
- MOITA-LOPES, Luis Paulo. *Linguística Aplicada na modernidade recente: festschrift para Antonieta Celani*. São Paulo: parábola Editorial, 2013.
- OLIVEIRA, Eduardo. *Epistemologia da ancestralidade*. [S.l]: [s.n], 2018. Disponível em https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=eduardo-oliveira-epistemologia-da-ancestralidade. Acesso: 23 nov. de 2018.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: Educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, Brasília, n. 18, p.28-47, maio/out. 2012.

ROJO, Roxane; ALMEIDA, Eduardo de Moura (Orgs.). *Multiletramentos na escola*. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

SANTOS, Denilson Lima. *Yorubas y bantúes en la discursividad ancestral: estudio comparado de Sortilégio II (1979) de Abdias do Nascimento y de Changó, el gran putas (1983) de Manuel Zapata Olivella*. 2015. Tese (Doutorado em Literatura) – Facultad de Comunicaciones, Universidade de Antioquia, Medellín, Colombia, 2015.

SOARES, Magda. *Alfabetização e Letramento*. São Paulo: Contexto, 2008.

STREET, Brian V. *Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação*. São Paulo: Parábola, 2014.

TAYLOR, Diana. Entrevista com Diana Taylor. *Performance studies?* Disponível em <http://scalar.usc.edu/nehvectors/wips/diana-taylor-portuguese>. Acesso em 26 e3 nov. de 2018.

Entre sonhos e rompimentos: as mulheres e a guerrilha do Araguaia

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior*

Resumo: O presente artigo resultado de pesquisas desenvolvidas ao longo de minha trajetória acadêmica, busca tecer uma breve reflexão acerca da participação e representação das mulheres que estiveram envolvidas com a luta armada na guerrilha do Araguaia (1967-1974). Observando os inúmeros silêncios históricos referentes às mulheres, o período ditatorial brasileiro foi marcado não apenas pelas arbitrariedades do Estado, mas pela forma desigual e misógina referente à mulher na política, eis uma das reflexões que traçamos. Salientamos ainda que o que consubstancia nossa ideia central é uma resistência que transcende a política e que encontrava força no cultural e seus lugares de poder, sendo a ideia de revolução um ente de importância no pensar em uma luta coletiva. Dessa forma, encarar a participação da mulher brasileira no Araguaia rompe com padrões e fronteiras marcadas ao longo da história, a exemplo da trajetória guerrilheira de Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina do Araguaia, que será apresentada brevemente neste artigo.

Palavras-chave: Mulheres; Araguaia; Resistência; Relações de poder.

Abstract: This article, the result of researches developed throughout my academic trajectory, seeks to provide a brief reflection on the participation and representation of women who were involved in the armed struggle in the Araguaia guerrilla (1967-1974). Noting the innumerable historical silences concerning women, the Brazilian dictatorial period was marked not only by the arbitrariness of the State, but by the unequal and misogynist form referring to women in politics, this is one of the reflections we draw. We also point out that what is central to our idea is a resistance that transcends politics and found strength in the cultural and its places of power, the idea of revolution being an important entity in thinking about a collective struggle. Thus, considering the participation of Brazilian women in Araguaia breaks with patterns and boundaries marked throughout history, such as the guerrilla trajectory of Dinalva Oliveira Teixeira, Dina do Araguaia, which will be presented briefly in this article.

Keywords: Women; Araguaia; Resistance; Power relations.

* Mestre em História Regional e Local (Universidade Estadual da Bahia - UNEB); Doutorando em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. E-mail: academicoary@gmail.com. Bolsista CAPES.

As mulheres na história

Nas últimas décadas, principalmente após a inserção de novas fontes de análise por parte do historiador, as mulheres passaram a receber um espaço que há muito tempo não tiveram frente os ditos grandes eventos históricos. Nessa perspectiva, inúmeras revoluções e movimentos sociais que eclodiram, principalmente no século XIX, apesar de trazerem mulheres em sua composição, poucos falaram sobre essas personagens. Dessa forma, o presente artigo objetiva analisar a presença da mulher no processo ditatorial brasileiro com foco na guerrilha do Araguaia.

Com o avanço dos estudos referentes as mulheres, diversos campos da ciência passaram a problematizar a presença feminina, a exemplos da psicologia, filosofia, ciências sociais e o olhar cada vez mais crescente da própria história, ainda que esta tenha sido a mais tardia das ciências a realizar tais problematizações (SOIHET; PEDRO, 2007). Nessa perspectiva, estudos como os de Michelle Perrot, Natalie Davis, Michel Foucault, Judith Butler dentre tantos trouxeram importantes contribuições não apenas no trato dos acontecidos históricos, mas na própria desconstrução da criação de mitos em torno de uma justificativa da onipresença feminina. Como destaca Losandro Tedeschi (2012),

incorporar a história das mulheres na produção do conhecimento histórico é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade das relações entre os sexos, relativa às ações cotidianas (TEDESCHI, 2012, p. 107)

Em concordância com Tedeschi (2012), pensar a história das mulheres é “descobrir” o novo e levar a frente episódios e acontecidos

históricos que possuem suas próprias particularidades. Se em épocas não muito distantes o lugar da mulher era o privado, a casa, o lar e o mundo doméstico, algo imposto pela sociedade, com o passar dos anos, as vozes já há muito tempo presentes passaram a ecoar cada vez mais o anseio de liberdade, elevando a mulher ao meio público como a política.

Como destaca Perrot (1995),

até o século XIX, faz-se pouca questão das mulheres no relato histórico, o qual, na verdade, ainda está pouco constituído. As que aparecem no relato dos cronistas são quase sempre excepcionais por sua beleza, virtude, heroísmo ou, pelo contrário, por suas intervenções tenebrosas e nocivas, suas vidas escandalosas. A noção de excepcionalidade indica que o estatuto vigente das mulheres é o do silêncio que consente com a ordem (PERROT, 1995, p. 13).

Dessa forma, por muito tempo a mulher foi cerceada de uma história, história essa que privilegiava apenas heróis masculinos. Uma rápida reflexão sobre monumentos, nomes de grandes avenidas, representações heróicas em livros didáticos, nos permitem observar o lugar destinado as mulheres, posicionando-as em notas, notas essas nos rodapés de uma história ainda androcêntrica.

No Brasil, abordagens sobre as mulheres na história tiveram maior destaque nas últimas décadas, referenciando o país como um dos grandes produtores de estudos sobre a temática. Assim, pesquisas como as das historiadoras Margareth Rago, Joana Pedro, Maria Izilda e Ana Colling permitiram com seus estudos e vasta experiência, inúmeras reflexões ao tratarmos das temáticas que envolvem as mulheres nas sociedades que ao longo do tempo se constituíram.

Com o desenvolvimento de campos cada vez mais amplos que passaram a estudar a mulher em diversos espaços e períodos, não demorou muito para que o período ditatorial brasileiro recebesse

tal atenção. Ocorrida entre os anos de 1964 e 1985, a ditadura civil-militar se mostrou não apenas repressiva e autoritária, mas capaz de se utilizar do gênero para realizar suas mais diversas práticas de tortura, sendo muitas mulheres expostas por seu gênero e serem ridicularizadas por ocuparem espaços que a elas “não era” culturalmente destinados como participar de um embate armado, por exemplo.

A partir de tais reflexões, pontuamos que os estudos que abordam a mulher e suas diferentes atuações no período se deram a partir da década de 90, com as obras pioneiras de Marcelo Ridenti (1990; 1993), Elizabeth Ferreira (1996), Ana Maria Colling (1997) e Luiz Carvalho (1998). Em sua maioria, as pesquisas iniciam relatando as dificuldades em se escrever sobre um tema tão recente, principalmente para a época, tendo a falta de documentação disponibilizada como um percalço na construção daqueles estudos. O fato é que após a abertura de muitos acervos documentais, bem como o apoio das comissões pela verdade houve um aumento significativo de obras e pesquisas sobre a temática. Tal desenvolvimento, também permitiu combater uma lógica que perdurou por muito tempo, a de uma presença da mulher no apoio ao Estado em atos como a “Marcha da família com Deus pela liberdade”, algo que muitas vezes as colocavam sem um ideário político, ou qualquer interesse com o que ocorria no país. Contudo, as pesquisas referenciadas acima já demonstravam a heterogeneidade da participação da mulher durante o governo militar e o potencial de militantes contrárias à ditadura. Como destaca Rago (2013),

desde os anos 70, em meio á violenta ditadura militar que se estabeleceu no país entre 1964 e 1985, muitas mulheres se uniram e passaram progressivamente a criar novos modos de existir, ocupando espaços públicos, desenvolvendo novas formas de sociabilidade, reivindicando direitos e transformando a vida social, política e cultural (RAGO, 2013, p. 24).

Com o passar do tempo, passaram a surgir obras que ampliaram ainda mais a forma de pensar a resistência da mulher brasileira à ditadura, a exemplo de *Mulheres e militância* de Ingrid Gianardoli-Nascimento, Zeidi Trindade e Maria Santos (2012); *Sem liberdade eu não vivo* de Laura Bordin e Suelen Lorianny (2013), *A aventura de contar-se* da historiadora Margareth Rago (2013) e *Mulheres, ditaduras e memória* da também historiadora Susel Rosa (2013). Tais obras, somadas às pioneiras da década de 90 permitiram não apenas o desenvolvimento da temática, mas seu amadurecimento acadêmico, além do estímulo para o surgimento de novas pesquisas.

Nessa perspectiva, com o crescimento destes estudos, bem como os trabalhos realizados por comissões de direitos humanos e movimentos sociais, muitas mulheres passaram a ser (re) vistas no cenário público em meio à luta política do país, a exemplos de Iara Iavelberg, Helenira Resende, Lúcia Murat, Amelinha, Criméia Schimdt e Dinalva Oliveira. Porém, as maiores representações de luta política ainda reverberam para Carlos Marighela, Lamarca dentre outros, o que não significa comparar graus de militância, mas a valorização igualitária, haja vista os feitos que ambos realizaram.

Na verdade, depois do fim da ditadura militar no Brasil, as memórias, os testemunhos, as autobiografias ou os romances memorialistas que tratam da experiência da militância política em partidos de esquerda e da prisão foram, em sua maior parte, produzido por militantes do sexo masculino, embora muitas mulheres tivessem tido uma atuação de destaque nos grupos políticos “revolucionários” e na resistência contra o regime (RAGO, 2013, p. 62).

Dessa forma, compreender o termo resistência é de suma importância para analisarmos a presença feminina no período. Aqui, entendemos tal terminologia como aquela que transcende a política, resistindo a uma cultura que expunha padrões e formas de ser e agir

em esferas como a política. Fazendo uso do que Foucault denominou biopoder, isto se dá numa esfera coletiva sobre as mulheres o que representa bem a aplicação do resistir à ditadura. “Em outras palavras, a construção política do sujeito procede vinculada a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas por uma análise política” (BUTLER, 2003, p. 19).

A guerrilha do Araguaia e as mulheres

Após o golpe de 1964, houve uma cisão com o Partido Comunista Brasileiro (PCB), assim surgiram inúmeras denominações partidárias a exemplo da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e do Partido Comunista do Brasil (PC do B), que tinha como principal justificativa para seus surgimentos, a contrariedade à forma pacífica como o PCB encarou as mudanças políticas que ocorreram no país no início da década de 60, bem como as correntes ideológicas socialistas destoantes. Assim, como destaca a historiadora Maria Paula Araújo (2001) o que se via era uma utopia fragmentada.

Quanto à guerrilha do Araguaia, após algumas tentativas de organizar guerrilhas urbanas por parte de alguns partidos, o PC do B, seguindo correntes ideológicas socialistas marxista-leninista via no campo uma alternativa para o começo de uma revolução (PORTELA, 1980). Baseados na experiência chinesa (1949) e cubana (1959), sessenta e nove militantes, entre jovens e experientes, mulheres e homens, divididos em três destacamentos (A, B e C) resolveram desenvolver uma guerrilha na atual região do Tocantins. O saldo foi quase todos os militantes mortos e muitos silêncios em torno do episódio, além do desaparecimento dos corpos daqueles que morreram em campo (CARVALHO, 1998).

Como constam em inúmeras fontes, a exemplo de levantamentos feitos pelo Exército e obras sobre o tema, do total de sessenta e nove

militantes, dezesseis eram mulheres, sendo distribuídas nos respectivos destacamentos e regiões visando a luta que se preparavam. Assim, é possível observar em documentações, bem como relatos, o quanto a cultura da época impactava sobre as relações sociais do momento vivido, onde, estando em um momento de intensa movimentação política/ ideológica tanto do lado militar quanto militante houve enfrentamentos por conta do gênero. Como destaca Moraes e Silva (2005) sobre a chegada de Criméia Schimdt, primeira mulher a chegar ao Araguaia:

A chegada da estudante de enfermagem desagradou os militantes já habituados ao local, que preferiam homens para aquele tipo de trabalho. No caminho para o Araguaia, Amazonas falou sobre algumas dificuldades na selva.

“Você vai ter de levar umas toalhinhas de pano, pois lá não tem absorvente”, avisou o velho Cid.

Ela parou em uma loja em Anápolis. Só tinha tecido verde. Comprou aquele mesmo. Em outro momento da viagem, Alice ficou irritada com Amazonas. O líder comunista afirmou que o engajamento de outras mulheres dependeria do desempenho dela.

“Porque você cobra isso das mulheres?”, reage a jovem. “Se o primeiro homem a chegar aqui não desse certo não haveria guerrilha?” (MORAIS; SILVA, 2005, p. 74).

No lado militar, para muitos a surpresa maior era encontrar mulheres participando da guerrilha, supondo maior facilidade em termos de confronto do que com guerrilheiros homens. Contudo, veremos posteriormente a presença da guerrilheira Dinalva Teixeira como demonstração do poderio feminino na luta armada do Araguaia.

Quanto às guerrilheiras, além de Criméia e Dinalva, todas que foram à região tiveram seu grau de importância, não apenas política,

mas no rompimento com a ideia preestabelecida que aquele lugar inóspito rodeado por selvas, não era lugar de mulher. Assim, reiteramos, além as citadas anteriormente, a atuação das militantes, Luzia Reis, Helenira Resende, Dinaelza Santana, Elza Monnerat, Maria Lúcia Petit, Suely Kanayama, Lúcia Maria de Souza, Luiza Garlippe, Jana Moroni Barroso, Áurea Valadão, Maria Célia Correa, Regilena da Silva Carvalho, Lúcia Regina Martins, Telma Regina Correia, Walkiria Afonso da Costa e Rioko Kayano (MORAIS; SILVA, 2005).

Ainda carregada de muitos silêncios, principalmente, devido à disponibilização gradual de documentações, bem como o “sumiço” de alguns vivos, acabou por inviabilizar alguns estudos. Por outro lado, com o crescimento de muitos programas de pós-graduação no Brasil, debates em torno da guerrilha do Araguaia levaram ao surgimento e ao amadurecimento das “escondidas” militâncias femininas. Dessa forma, destacamos os trabalhos, *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes* de Iano Maia (2004), *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)* de Fabiana Guerra (2006), *Helenira Resende e a guerrilha do Araguaia* de Bruno Ribeiro (2007) e *Ainda choram marias e clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil* de Denise Rigonati (2015) que trouxeram importantes contribuições sobre a temática em voga.

Assim como em outros trabalhos que se reportam às mulheres na ditadura civil-militar, o que encontramos nas produções anteriormente citadas, reportam a uma mesma linha de unanimidade: a da importância feminina e suas atuações guerrilheiras. Como afirma Rigonati (2015),

dentro da resistência ao governo militar, as mulheres sofriam em dobro, lutando não só contra o regime ditatorial, mas também contra o machismo peculiar daquele período histórico, que reserva para a mulher somente a esfera do privado,

subjugando-a às vontades de uma sociedade patriarcal. As mulheres que iam contra os valores da época encontraram nas guerrilhas uma oportunidade de união de esforços para alcançar objetivos comuns, entre os quais a igualdade de direitos, a redemocratização do sistema político e a transformação da mentalidade popular (RIGONATI, 2015, p. 51).

Logo, entendemos que a militância da mulher na ditadura apresenta inúmeras formas de rompimento com padrões estabelecidos pela sociedade da época e suas normatizações. Em sua maioria, estas eram vistas de forma negativa por se alocarem no cenário público, enquanto “seu lugar” deveria ser o privado. Ao se posicionarem criticamente geravam descontentamento não apenas social, mas também político, fosse nos interrogatórios que eram submetidas pelo exército, suportando todos os tipos de humilhações em voga de sua sexualidade ou na própria convivência dentro dos aparelhos dos partidos e espaços de luta política. Na guerrilha o que se percebe é que não foi diferente e que caso o primeiro homem a ir ao Araguaia falhasse este seria substituído por outro, o que ocorreria de forma diferente para as mulheres, como tão bem destacou a guerrilheira Criméia Schimdt (MORAIS; SILVA, 2005).

Muito além da política

Ao propormos uma reflexão que transcenda o campo político, nos voltamos para o que o normatiza, bem como representa as relações de poder intrínsecas à mulher na sociedade, a sexualidade. Como destaca Foucault (1997),

nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalização: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias (FOUCAULT, 1997, p. 98).

Dessa forma, por muito tempo uma concepção de mulher frágil, menos perspicaz que os homens, cérebros menores, capacidades reduzidas, físicas e psicológicas fizeram parte do vocabulário que diferenciava mulheres e homens através da sexualidade. Em sua recente obra *Tempos diferentes, discursos iguais*, a historiadora Ana Maria Colling (2014), faz um levantamento importante do quanto os discursos construíram ao longo da história o corpo feminino. Como afirma,

esta pesquisa em textos diferenciados demonstra que o corpo feminino não foi simplesmente uma construção histórica (ou exclusivamente), mas filosófica, médica. Pedagógica, psicológica, jurídica. Estes variados discursos articulam-se de uma maneira às vezes imperceptível, mas, no final, todos receitam o que é ser homem, o que é ser mulher, e os papéis sociais designados a ambos: descrevem como se fazem as mulheres em determinada cultura; como se faz um corpo sexuado feminino. (COLLING, 2014, p. 16-17)

Assim, percebemos o quanto, ao longo do tempo os discursos foram perpassando e recebendo novos argumentos que colocavam a mulher como secundárias em seus mais diversos campos de atuação. Sabe-se que hoje existem muitas pesquisas que retiraram a mulher da “invisibilidade” histórica, porém, o caminho foi tortuoso. Como já dito, os trabalhos sobre mulheres na história passaram a receber olhares apenas a partir da década de 80 do século passado.

No que concerne ao período ditatorial, os trabalhos que destacam as mulheres sempre as trazem lutando não apenas politicamente, mas contra uma cultura que as oprimia. Como tão bem destaca Colling (1997), ao caracterizarmos uma resistência da mulher à ditadura, esta transcende a questão política e entra numa perspectiva também cultural, onde,

as mulheres assumiram a militância nas organizações de esquerda negando a sua condição de mulher; As organiza-

ções eram espaços fundamentalmente masculinos, o que impunha às mulheres a necessidade de se colocarem como militantes, diluindo as relações de gênero na luta política mais geral. Os homens militantes tinham posições diferentes porque viam as militantes também como mulheres (COLLING, 1997, p. 75).

Ainda quanto às discussões de gênero e dos espaços atribuídos à mulher, Ferreira (1996, p. 51) destaca que “a diferenciação entre os sexos está na base do processo classificatório que organiza a sociedade, ao mesmo tempo que é, ela própria, construída pela cultura”. Ao realizarmos uma breve reflexão no número de mulheres que chegaram à comandar um partido ou movimento de resistência na ditadura, não alcançaremos muitos nomes¹. Para tanto, segundo levantamento realizado pelo Brasil Nunca Mais, entre os anos de 1960 e 1970, 16% dos processos tinham como indiciadas mulheres, sendo em sua maioria possuidoras de grande instrução acadêmica. Logo, não é possível imaginar quais as qualidades para se obter o comando de determinados partidos e segmentos sociais da época, dando nos inúmeras possibilidades de análise.

Outro campo que expõe situações além da política eram as práticas de tortura as quais as mulheres eram submetidas, em sua grande maioria tendo seus corpos sujeitados ao poder simbólico masculino. Como tão bem problematiza Geneviève Fraisse (2012), ao tratarmos do sujeito precisamos falar sobre a construção do corpo feminino, o qual era amplamente invadido por torturadores, não apenas como prática atroz de retirar informações de suas vítimas, mas fazer uso de seu poder construído sobre o corpo feminino. Tal ponto é possível observar no depoimento da ex-militante da Vanguarda popular Revolucionária (VPR) Dulce Maia:

¹ Quando nos referimos a poucos nomes, acreditamos que isso se deve não à pouca militância feminina, mas ao pouco espaço a elas destinado, fazendo com que os militantes homens tivessem maior destaque ao realizar atos.

(...) o estupro foi nos primeiros dias, o que foi terrível para mim. Eu tinha de lutar muito para continuar resistindo. Felizmente, eu consegui. Só que eu não perco a imagem do homem. É uma cena ainda muito presente. Depois do estupro, houve uma pequena trégua, porque eu estava desfalecida. Eles tinham aplicado uma injeção de pentotal, que chamavam de ‘soro da verdade’, e eu estava muito zozza. Eles tiveram muito ódio de mim porque diziam que eu era macho de aguentar. Perguntavam quem era meu professor de ioga, porque, como eu estava aguentando muito a tortura, na cabeça deles eu devia fazer ioga. Me tratavam de ‘puta’, ‘ordinária’. Me tratavam como uma pessoa completamente desumana. Eu também os enfrentei muito. Com certa tranquilidade, eu dizia que eles eram seres anormais, que faziam parte de uma engrenagem podre. Eu me sentia fortalecida com isso, me achava com a moral mais alta (BRASIL, 2010, p. 70).

O que podemos observar no relato acima é que a ditadura também agia no corpo. E quando tratamos da concepção de corpo, estamos falando de algo estritamente construído e que representa práticas de poder cultural. O estupro traz para a ex-militante, não apenas uma lembrança de tortura, mas em suas próprias palavras, uma resistência, algo que muitos militares realizavam tentando demonstrar a fragilidade do corpo feminino e o poder de invasão que tinham. Além disso, ressaltamos que a relação de gênero é de suma importância para encarmos a forma como os homens, militares, enxergavam as mulheres militantes, carregada inúmeras vezes como ‘putas’, o que trazia consigo o poder do simbólico sobre o simbólico e o corpo da mulher, por transgredir a “regra” de sair do privado.

De fato, pensar a presença da mulher em seus diferentes tempos históricos é ter consciência que os espaços, bem como os cerceamentos a elas destinados são frutos de um discurso que foi construído e

solidificado ao longo dos anos. Dessa forma, tanto no lado da repressão, quanto do lado da esquerda, a visão daquela sociedade trazia influências marcantes sobre a função que deveria ser desempenhada pelos sexos.

Dinalva Oliveira: A Dina do Araguaia

Uma baiana literalmente “arretada”, aquela que virava borboleta, que tinha a capacidade de se esconder rapidamente, de andar sem que as pessoas conseguissem ver ou para muitos a personificação da lenda Iara, eis a guerrilheira Dinalva Monteiro Oliveira Teixeira, a Dina do Araguaia. Formada em geologia na Universidade Federal da Bahia (UFBA), Dina, nasceu no interior da Bahia, no distrito de Argoim, município de Castro Alves. De família humilde foi estudar em Salvador, assim como tantas outras estudantes de sua geração que se mudaram do interior para a capital em busca de melhores oportunidades, onde adentrou no ideário político.

A ida de Dinalva para o Araguaia se deu por volta de maio de 1970, juntamente com seu companheiro Antônio Teixeira, a qual conheceu fazendo o mesmo curso universitário e em meio às discussões políticas. Durante sua estadia no Araguaia realizou funções de parteira, professora dentre outras que era requisitada, tendo muito respeito dos moradores da região, o qual receberam o apelido de paulistas, uma espécie de apelido aos forasteiros (MORAIS e SILVA, 2005). A proximidade com habitantes inclusive foi algo que grande valia para a sobrevivência de muitos guerrilheiros, devido a situação que se depararam ao chegarem ao Araguaia. Logo, em constante contato passaram a ter maior aceitação e respeito como destaca o agente militar João Sacramento em depoimento para a Comissão Nacional pela verdade:

Bem, aí então eles fizeram um trabalho muito bom, eles forneciam remédio, a Dina fazia parto, fazia curativo, eles

faziam tudo pela população, eles ganhavam a amizade da população. Eles eram conhecidos como paulistas, né?²

Assim como outras militantes, a exemplo da também baiana Dinaelza Santana, Dinalva rumou ao Araguaia casada. Porém, o que chama atenção é a inversão do que “normalmente” ocorreria, naquele contexto, onde o homem exerceria o controle/poder simbólico sobre a mulher, uma vez que o guerrilheiro Antônio Teixeira ficou conhecido na região como Antônio da Dina, devido a representatividade dela naquele cenário. Ao analisarmos que estamos nos referindo ao um lugar culturalmente construído como masculino, o fato de Dinalva ter se destacado é de suma importância para problematizarmos o lugar das outras mulheres na guerrilha.

Transcendendo gerações e trazendo inúmeras representações em torno da sua atuação política, a “fama” de Dinalva ganhou respaldo não apenas dos militares e militantes, mas de moradores da região, como é possível observar na obra de Taís Morais & Eumano Silva (2005),

Dina aprendeu a fazer partos e ganhou o respeito dos moradores pela quantidade de mulheres e crianças que salvou. Andava pela mata a qualquer hora do dia ou da noite. De temperamento forte, levou o discreto marido a ser conhecido como “Antônio da Dina”. Tornou-se uma das poucas guerrilheiras sem dificuldades de adaptação ao trabalho na selva.

A força física de Dina impressionava. Certa vez, a militante Lúcia, a Baianinha, viu Dina chegar com um saco de arroz nas costas – cerca de 60 quilos.

A geóloga baiana virou referência de combatente para outras militantes enviadas ao Araguaia pelo PC do B (MORAIS; SILVA, 2005, p. 114).

² Entrevista concedida por João Sacramento à CNV em 19/11/2013 linhas 1359 a 1362

Ainda que o fim de sua jornada no Araguaia seja dotada de mistérios e versões, a presença de Dinalva foi marcante não apenas por sua relação com os moradores da região, mas por se tornar um exemplo de rompimento de padrões estabelecidos. Em termos de representatividade guerrilheira, Dina é em muitos relatos comparada ao comandante do destacamento B, Osvaldão. Isso se deve, além de suas façanhas, a ter sido a única mulher que chegou a ser subcomandante de um destacamento na guerrilha, neste caso o C. Em entrevista a Portela (1980) um oficial do exército ao ser questionado sobre Dina respondeu:

Ela seria, talvez, o Osvaldão de saias. Era bastante audaz, uma líder nata e tinha boas noções de estratégia, de tática. Ela fustigava bastante o pessoal. O cálculo era de que havia umas 15 mulheres dentro do grupo guerrilheiro, e elas estavam numa situação exatamente igual á dos homens. Era como no tempo do cangaço, do Lampião. As mulheres, Dina e Maria Bonita, eram a mesma coisa, na guerra faziam tudo o que homem fazia (PORTELA, 1980, p. 126).

O fato dessa guerrilheira conseguir se “imortalizar” no imaginário político do episódio do Araguaia, nas instâncias que viviam os guerrilheiros: exército, esquerda e habitantes, nos permite questionar, qual o esforço que a mesma teria realizado para conseguir tal reconhecimento? E as demais mulheres? Perguntas sem respostas, porém que nos permitem perceber que dentre tantas outras mulheres Dinalva teve a alcunha de ser a única a estar no comando, o que a credibiliza a ter rompido com aquilo que a sociedade estabelecia para a dirigência de uma ação guerrilheira. Relembrando ainda as palavras da também guerrilheira Criméia Schimdt, que foi avisada nos primeiros dias que caso não desse certo, outras mulheres não iriam ao Araguaia, então poderíamos dizer que sua militância deu certo? Uma vez que depois dela 15 outras rumaram a região? O fato é que Dina resistiu não apenas politicamente, mas, também, contra

uma cultura misógina e patriarcal. Na citação anterior o agente do exército parte da representação masculina de Osvaldão para caracterizar a militância da guerrilheira, deixando nas entrelinhas nossa ideia central do artigo, uma vez que, como ele disse “(...) faziam tudo que homem fazia”.

De toda forma, a militância de Dinalva permite inúmeras possibilidades de abordagem por parte dos pesquisadores que possam se interessar por sua trajetória. Contudo, o que mais destaca sua militância, tornando muitas vezes secundárias todas as quebras de paradigmas que realizou, é o fato de ser mulher guerrilheira. Carregada de estereótipos e de padrões pré-estabelecidos, advindas de uma teoria heteronormativa, esta guerrilheira não apenas comandou um destacamento, como também resistiu a uma cultura apartidária masculina³.

Assim, longe de desmerecer a ação política realizada pelos guerrilheiros, homens, entendemos aquele espaço dentro de um cenário tomado por uma cultura já solidificada. Ou seja, ainda que devido a todo o embate político travado entre o exército e a guerrilha, debater igualdade de gênero não tivesse importância para aquele momento, tal “igualdade” se forçadamente a partir das ações realizadas pelas mulheres e que demonstravam o mesmo vigor físico e estratégico dos guerrilheiros.

No que se refere à seu óbito, existem muitas versões, desde uma morte ocasionada por auto defesa do exército à um desaparecimento que se arrasta até hoje. Assim, unindo o marcante ideário político de muitos jovens que partiram para a luta armada no Brasil, bem como os próprios militantes do Araguaia, a história de Dinalva, ou

³ Entende-se cultura apartidária masculina como um processo que independentemente de partido político traz a mulher como ente secundário. Logo, inseridos na lógica do período, a mulher teria que realizar um esforço além do padrão estabelecido.

simplesmente Dina do Araguaia é mais uma daquelas que precisam ser melhor trabalhadas e discutidas pela história. A presença da mulher brasileira na história sempre foi trabalhada de forma secundária e voltada a destaques que conseguiram se equiparar à ações masculinas. Ainda que o corpo de Dina não tenha sido encontrado, sua importância se encontra viva e militando a largos passos por um lugar cada vez mais vivo dentro da memória histórica do país.

Conclusão

No âmbito de uma tentativa revolucionária, ser mulher militante, lutar durante a ditadura por espaços políticos dentro das inúmeras revoluções sonhadas, rompia não apenas com o ideário político predominante, mas, também contra uma cultura centralizada nos homens.

Além dos pontos elencados acima, como profissionais da história de nosso tempo, ainda convivemos com o crescimento de medidas arbitrárias, o pedido de intervenção militar e cerceamento às mulheres, com o fim de políticas públicas de igualdade e ideias que proíbem o debate em escolas públicas. Dessa forma, tivemos um longo caminho para a solidificação de uma história da mulher que representasse suas ações e diferentes perspectivas ao longo das sociedades que se constituíram, mas ainda vemos ameaças. Com isso, o (re) surgimento de mulheres que ousaram/ ousam romper as formas de poder na sociedade tem tido maior espaço nas academias e diversos meios de se obter conhecimento e uma prática de resistência que se mostra contínua.

Muito além da política, as diferentes práticas e ações que mergulharam mulheres de diferentes épocas em projetos revolucionários ou até mesmo revoluções permitem observarmos o quão heterogêneas estas foram e contribuíram para o amadurecimento de teorias e ideologias que ganharam o mundo ao longo dos séculos. Que as

mulheres possam de fato estar presente em diferentes estudos que valorizem suas ações e sua importância para a história, pois, ainda que tenhamos caminhado, a estrada continua longa.

Referências

- ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970*. Rio de Janeiro: FGV, 2001.
- BORDIN, Laura Beal; LORIANNY, Suelen. *Sem liberdade, eu não vivo* – Mulheres que não se calaram na ditadura. Curitiba: Compactos, 2013.
- BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. *Habeas corpus: que se apresente o corpo*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.
- BRUM, Liniane Haag. *Antes do Passado – O Silêncio Que Vem do Araguaia*. São Paulo: Arquipélago, 2012
- BUTLER, Judith P. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – A Esquerda em Armas*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2012
- CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que Foram a Luta Armada*. São Paulo: Globo, 1998.
- COLLING, Ana Maria. *A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil*. Rio de Janeiro. Rosa dos ventos. 1997
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- FERREIRA, E.F.X. *Mulheres militância e memória*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1997.
- FRAISSE, Geneviève. *Del consetimiento*. PUEG: UNAM, México 2012.
- GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araujo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. *Mulheres e militância: encontros e confrontos durante a ditadura militar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2012.
- GUERRA, Fabiana de Paula. *Araguaia: desvelando silêncios (a atuação das mulheres na guerrilha)*. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em História) - Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Uberlândia, 2006.

- MORAES, Taís. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: Os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Editora Geração. 2005.
- NOSSA, Leonêncio. MATA! - *O Major Curio e as guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das letras, 2012.
- PEREIRA, Lígia Maria Leite. *Algumas reflexões sobre histórias de vida, biografias e autobiografias*. História oral, Rio de Janeiro, n. 3, p. 117-127, 2000.
- PERROT, Michelle. Escrever uma história das mulheres: relato de uma experiência. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, p. 9-28, 1995. Disponível: <http://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>. Acesso em: 15 nov. 2016.
- MAIA, Iano Flávio de Souza. *Guerrilheiras do Araguaia: os caminhos de quatro jovens militantes*. Campinas: Puc-Campinas, 2004.
- MORAIS, Tais de. SILVA, Eumano. *Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- PORTELA, Fernando. *Guerra de guerrilhas no Brasil*. 8 ed. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- RAGO, Margareth. *A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- RIBEIRO, Bruno. *Helenira Rezende e a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- RIGONATI, Denise T. *Ainda choram Marias e Clarices: mulheres, guerrilheiras e pecebistas na resistência à ditadura militar no Brasil*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. As mulheres na política brasileira: os anos de chumbo. *Revista Tempo Social*, São Paulo, v.2, n. 2, São Paulo, jul./dez., p. 113-128, 1990. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ts/v2n2/0103-2070-ts-02-02-0113.pdf> Acesso em: 15 nov. 2016.
- RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Unesp, 1993.
- ROSA, Susel. *Mulheres ditaduras e memórias*. São Paulo: Intermeios, 2013
- SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 54, p. 281-300, 2007.
- STUDART, Hugo. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares Sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração Editorial, 2006.
- TEDESCHI, Losandro Antônio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012.

O Projovem urbano e as mulheres: uma discussão sobre gênero

Samira de Moraes Maia Viganó*

Maria Herminia Lage Fernandes Laffin**

Resumo: Este artigo tem como tema os processos de escolarização das alunas do Projovem Urbano de Santa Catarina. Apresentar-se as questões de gênero, discorrendo sobre temáticas que fazem referência ao histórico das mulheres na educação, marcadores de gênero e violência simbólica. Utiliza-se dos referenciais de Aquino, Bourdieu, Saffioti e Poggio, juntamente com os depoimentos das alunas do Projovem. Retrata-se que essa construção dos gêneros não é algo natural, e que as muitas mulheres ainda são impedidas de estudar, por motivos que se relacionam com os marcadores sociais e os limitadores de espaços e papéis.

Palavras-chave: Escolarização; Mulheres; Gênero; Violência.

Abstract: This article has as its theme the schooling processes of the students of Projovem Urbano de Santa Catarina. To present the gender issues, discussing themes that refer to the history of women in education, gender markers and symbolic violence. The references of Aquino, Bourdieu, Saffioti, and Poggio are used, along with the statements of the students Projovem. It is portrayed that this construction of the genres is not natural, and that many women are still unable to study, for reasons that relate to social markers, and these markers delimit spaces the roles.

Keywords: Schooling; Women; Genre; Violence.

* Doutora em Educação, tutora presencial do curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola, orientadora pedagógica do Programa Institucional de Apoio Pedagógico aos Estudantes de Graduação PIAPE/UFSC. Professora da EJA de Florianópolis. Bolsista UNIEDU – FUMDES/SC. E-mail: samiramviganó@gmail.com.

** Professora Pós-Doutora do Departamento de Metodologia de Ensino e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGE/UFSC). Coordenadora do Grupo de estudos e pesquisas em Educação de Jovens e Adultos – EPEJA/UFSC. Orientadora desta pesquisa. E-mail: herminialaffin@gmail.com.

1. Introdução

Este artigo apresenta como tema central o reconhecimento de alguns significados dos impedimentos referentes à escolarização na vida das alunas do Programa Nacional de Elevação de Escolaridade – Projovem Urbano.

O Projovem Urbano é um programa social para conclusão da educação básica em nível fundamental para jovens entre 18 e 29 anos. Esse programa se instituiu como uma política governamental iniciada em 2005, com o intuito de elevar a escolaridade da população jovem. O PJU além de atuar na educação básica, objetiva também, a qualificação profissional e a participação cidadão. Essa política de elevação de escolaridade se configura dentro dos processos de Educação de Jovens e Adultos – EJA, entretanto, visa atingir uma camada da população denominada como juventude.

A Secretaria Nacional de Juventude - SNJ pelo Conselho Nacional de Juventude - CONJUVE delimita a juventude da seguinte maneira: 15 a 17 como jovem-adolescente, 18 a 24 como jovem-jovem e 25 a 29 como jovem-adulto (AQUINO, 2009).

É importante considerar, entretanto, que o prolongamento da juventude não está ligado somente à dificuldade de absorção do grande número de jovens no mercado de trabalho. Ocorre que nos dias de hoje nada parece contribuir para que o jovem, sobretudo o de meios abastados, tenha pressa de sair do período de moratória [...]. As relações intergeracionais foram profundamente modificadas, passando da marca da autoridade à da liberalidade. (AQUINO, 2009, p. 27).

Dentre as várias questões discutidas nos processos de escolarização de jovens e adultos, um aspecto que é bastante relevante é a forte presença de mulheres nas turmas. Essa presença dá-se pelo contexto histórico e cultural, aos quais as mulheres foram e são submetidas ao longo dos tempos.

No decorrer de anos as mulheres foram privadas de estudar e ainda hoje há uma “castração” desse direito, seja pelos pais ou companheiros. Essa privação ocorre em virtude de ainda se ter constituída uma cultura patriarcal, machista e misógina. Entretanto, as exigências sociais contribuíram para o crescimento da população feminina na escolarização de jovens e adultos (POGGIO, 2012), fazendo com que elas reconheçam a EJA como uma nova oportunidade de inserção social e profissional.

No decorrer do artigo, apresentar-se-ão as questões de gênero relacionadas aos aspectos da escolarização das mulheres, discorrendo sobre temáticas que fazem referência ao histórico das mulheres na educação, marcadores de gênero e violência simbólica. Para tanto, as reflexões serão ancoradas em contribuições teóricas de Aquino, Bourdieu, Saffioti e Poggio.

Deseja-se fazer uma discussão sobre gênero, escolarização e mulheres no PJU. Como base, utiliza-se de depoimentos das alunas que fizeram parte do programa no Estado de Santa Catarina. O PJU ocorreu no referido estado entre 2008 e 2012, e a pesquisa foi realizada no mesmo período e tornou-se pública por meio da dissertação defendida em 2014. Tal pesquisa também foi composta pelas formações realizadas no Instituto de Estudos de Gênero – IEG e no Curso de Especialização em Gênero e Diversidade na Escola.

É importante atentar a relevância dessa discussão para aspectos referentes às privações de direitos que influenciaram no não ingresso ou na evasão da escola. Outro fator que merece destaque é referente às alunas que frequentaram o programa. Elas trouxeram características singulares, culturas diversas e marcas de violências sofridas no decorrer de suas vidas.

Por fim, ressalta-se que não há a pretensão de esgotar as reflexões sobre o tema, mas de trazer ao debate da EJA as questões de gênero, demonstrando que esse espaço pode favorecer o processo de emancipação e de construção da autonomia das mulheres.

2. Imposição sociais e culturais na escolarização das alunas do PJU

As demandas referentes às relações entre homens e mulheres e as desigualdades existentes entre os diferentes gêneros é um tema recorrente nos debates atuais, e a escola não tem como ficar distante disso. Isso porque houve e há ainda algumas imposições referentes a cada sexo. Essas imposições estão pautadas em um padrão biológico que delimita que um sexo é superior ao outro. Tais discussões estão ancoradas nas teorias feministas que denunciam a segregação que as mulheres vivenciaram e vivenciam por décadas.

Esclarece-se que o conceito e o entendimento de gênero têm referência às diferenças nos modos de ser homem e de ser mulher, modos que embora tenham uma determinação biológica, são influenciados pelo social e pelo cultural (SCOTT, 1990). Sendo assim:

O conceito de gênero enfatiza, assim, a dimensão cultural que apresenta um papel estruturante no processo de tornar-se homem ou mulher. Observa-se, portanto, que ao se falar em gênero, não se fala exclusivamente de macho ou fêmea, mas de masculino e feminino, em diferentes masculinidades e feminilidades. Gênero, assim, remete a construções sociais, históricas, culturais e políticas que dizem respeito a disputas materiais, bem como simbólicas que abrangem processos de configuração de identidades, definições de papéis e funções sociais, des/construções de representações e imagens, distintas distribuições de recursos e de poder entre os que são socialmente definidos como homens e mulheres e o que é - e o que não é - considerado de homem ou de mulher, nas diferentes sociedades e ao longo do tempo. (SANTANA, 2015, p.124).

Dentre os objetivos da educação escolar, está o de criar uma escola que cumpra sua função social de inclusão e participação, uma educação cidadã; uma escola laica, que respeite todos os credos e religiões, que esteja atenta às diversidades, que combata a violência

de gênero e o racismo e que forneça às alunas e alunos subsídios para viver em sociedade. Nesse viés, o entendimento do debate de gênero na educação propicia uma compreensão melhor da igualdade social, levando a percepção das questões das diferenças entre os sexos.

As proposições elencadas pelas teorias feministas enfatizam que é necessária a compreensão do que é ser masculino e do que é ser feminino dentro das imposições históricas, sociais e culturais. Desse modo, a discussão sobre gênero é fundamental para evidenciar os determinismos impostos na sociedade (POGGIO, 2012), já que:

As desigualdades entre jovens do sexo masculino e do feminino, de todas as faixas etárias, no que diz respeito à condição de atividade e de estudo refletem, de um lado, a manutenção dos papéis tradicionais de gênero. Cabe aos homens, por mais jovens que sejam, trabalhar para garantir a subsistência da família – daí o fato de procurarem mais cedo o mundo do trabalho ou permanecerem na inatividade (estudando ou não) quando não são chefes de domicílio. (AQUINO, 2009, p. 34).

O processo de naturalização do sexismo e das relações sociais de dominação está calcado em uma cultura machista que inferioriza as mulheres e as colocam em uma situação de subalternidade. Essas relações, por vezes, são conduzidas por diversas violências simbólicas (BOURDIEU, 1983). As violências simbólicas acabam sendo naturalizadas e não compreendidas como violências. Elas se incorporam em um imaginário sexista que é repassado de geração para geração.

Esse *status* de mulher para o lar sempre vinha em primeiro lugar que os demais, ou seja, primeiro a família, depois a carreira (SAFFIOTTI, 2013). As próprias mulheres em sua imensa maioria têm de si uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo (SAFFIOTTI, 2013).

Nesse sentido,

[...] a sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem. A socialização dos filhos, por exemplo, constitui tarefa tradicionalmente atribuída às mulheres. Mesmo quando a mulher desempenha uma função remunerada fora do lar, continua a ser responsabilizada pela tarefa de preparar as gerações mais jovens para a vida adulta. A sociedade permite à mulher que delegue esta função a outra pessoa da família ou a outrem expressamente assalariado para este fim. Todavia, esta “permissão” só se legitima verdadeiramente quando a mulher precisa ganhar seu próprio sustento e o dos filhos ou ainda complementar o salário do marido. (SAFFIOTI, 1987, p. 08).

Essa forte imposição de um lugar próprio para as mulheres, geralmente atribuído ao cuidado e ao doméstico, se traduz em uma relação de poder. A reprodução de padrões culturais e sociais é garantida por “três instâncias principais, a família, a igreja e a escola, que, objetivamente orquestradas, tinham em comum o fato de agirem sobre as estruturas inconscientes” (BOURDIEU, 2007, p. 103), e principalmente “à família cabe o papel principal na reprodução da dominação e da visão masculina” (BOURDIEU, 2007, p. 103).

Ao definir que a submissão que foi e é imposta às mulheres pode ser considerada uma violência simbólica, compreende-se que todo esse processo de classificação repercutiu como um habitus que simulou certa neutralidade (BOURDIEU, 1983) e aceitação, demonstrando o que é, ou quem é predominante nas relações.

De acordo com Chartier, essas diferenças sexuais estão descritas nas:

[...] práticas e nos fatos, organizando a realidade e o cotidiano, a diferença sexual (que é sujeição de umas e domi-

nação de outros), é sempre construída pelo discurso que a funda e legítima. É desta forma que a divisão do trabalho segundo os sexos na época da Revolução Industrial é “produzida” por todos os discursos - da economia política, das legislações estatais, das demandas dos empregadores, das reivindicações sindicais - que enraízam numa diferença de natureza a oposição entre atividade doméstica e atividade assalariada, entre função reprodutora e trabalho produtivo, entre o lar e a fábrica. (CHARTIER, 1995, p. 43).

Esses processos se perpetuaram no decorrer dos tempos e trouxeram, como um dos resultados, a baixa escolarização de algumas mulheres, em face da escolarização maior de alguns homens. Cabe ressaltar que não se trata de uma “via de mão única”, em que as mulheres são incapazes e submissas, pois há processos históricos de resistência, lutas advindas dos movimentos sociais (VIGANO; LAFFIN, 2016).

Retrata-se que essa construção dos gêneros não é algo que se deve aceitar como natural, logo, é necessário que se questione, pois, esse mecanismo de segregação seja com mulheres, homens, negros, ricos ou pobres apoiam-se na manutenção do “*status quo*, reforçando preconceitos e estereótipos, sustentados por uma suposta determinação biológica” (POGGIO, 2012, p. 93). Isso fez com que a identidade social da mulher, assim como a do homem, fosse construída por meio da atribuição que a sociedade esperava ver ser cumprida pelos diferentes sexos (SAFFIOTI, 1987). Ou seja, “embora se encontre diversos significados em diferentes culturas, as relações de sexo e gênero são, impreterivelmente, correlacionadas aos componentes políticos e econômicos de cada sociedade”. (POGGIO, 2012, p. 91).

Mesmo vivenciando um conjunto de discriminações históricas, as mulheres buscaram os seus direitos, e ocupam cada vez mais os espaços de escolarização. Os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2007), referentes à Pesquisa Nacional por

Amostra de Domicílios (PNAD), demonstraram que, no ano de 2007, a EJA era composta por 54% de alunas mulheres, com idade entre 18 a 39 anos. Já sobre os dados do Projovem Urbano Nacional, contidos no relatório do Sistema de Monitoramento e Avaliação - SMA do programa, verificou que a distribuição por gênero é a seguinte: 53% das jovens matriculadas no programa são mulheres (BRASIL, 2008). Ou seja, os dados do IBGE e da SMA do PJU aproximam-se e demonstram que as mulheres fazem parte das diversas modalidades de EJA. No que se refere aos dados coletados durante a pesquisa no Projovem Urbano em Santa Catarina constatou-se que a maioria das jovens que frequentavam as turmas eram mulheres, cerca de 62%.

Durante a coleta de dados e as observações realizadas nas turmas do PJU/SC, obteve-se relatos marcantes das alunas, principalmente em municípios mais interioranos como em Barra Velha e Araquari (regiões localizadas ao norte de Santa Catarina). Nessas regiões o índice de alunas mulheres era torno de 80%.

Em outro levantamento realizado em três turmas do programa em SC (municípios de Barra Velha, Camboriú e Itajaí), os resultados evidenciaram ainda mais os marcadores de gênero e as violências naturalizadas. Nesses dados verificou-se que das 80 alunas pesquisadas, 38% abandonou os estudos para trabalhar, 26% constituíram uma nova família (gravidez precoce), 20% explicaram que a família mudou de cidade, 14% alegaram que a falta de incentivo familiar e/ou a proibição dos companheiros, namorados ou maridos, e apenas 2% relataram que a distância da escola se constituiu como um agravante para a evasão. Diagnostica-se que a gravidez é um fator que afasta as mulheres da escola, e quando retornam a escola, é comum ver nas turmas da EJA as alunas levando seus filhos e filhas, já o mesmo não ocorre com os alunos homens.

As alunas que estudavam nesses municípios, em geral, relatavam que tiveram que parar seus estudos para assumir a casa e os filhos ou

filhas. Observou-se, também, a presença do companheiro, marido ou namorado, na porta da sala de aula do PJU/SC por vários momentos. Eles ficavam aguardando e vigiando a “sua mulher”. Como um “fiscal”, dono do corpo, eles se faziam presentes e cuidadosamente mensuravam todos os movimentos dados por elas dentro da escola. Essa relação de poder exercida pelo homem não atua apenas como uma coerção, mas produz corpos e comportamentos que se moldam por meio das relações sociais que produzem (POGGIO, 2012).

Mesmo que as alunas ainda passem por processos de coerção e submissão, elas buscam mecanismos de escape. Isso se demonstra no crescente número de alunas na EJA, todavia, é necessário lembrar que muitas estão na Educação de Jovens e Adultos hoje, porque foram submetidas a processos de exclusão que as impediram de estudar quando crianças ou adolescentes.

As falas das alunas do programa vão se apresentar de forma a esclarecer alguns apontamentos já feitos. Os primeiros depoimentos retratam aspectos referentes a relação com os afazeres domésticos, o cuidado dos filhos/as ou irmã/os e o casamento. Em geral, os afazeres domésticos ainda são de responsabilidade das mulheres, mesmo que essas trabalhem “fora”, elas acabam enfrentaram uma dupla, ou até tripla jornada de trabalho.

Eu ia para escola e à tarde trabalhava na roça, ajudava minha mãe na colheita, às vezes estava cansada e não queria ir para aula. Estudei até a 4ª série, depois disso parei, porque meu pai disse que não precisava mais. Eu já sabia ler e escrever, e já estava bom para casar. (MGD, 27 anos, estudante do ProJovem Urbano de SC).

Parei de estudar para cuidar dos meus irmãos, tinha 14 anos e estava na 7ª série. Meu pai dizia que eu já tinha estudo demais para quem ia cuidar da casa. Morava no interior de Santa Catarina, lá era tudo no campo e as mulheres ajuda-

vam na casa e na agricultura, quase ninguém estuda mais que a 8ª série. (MAGV, 26 anos, estudante do Projovem Urbano de SC).

Esses depoimentos foram realizados entre os anos de 2008 e 2012, e mesmo sendo tão atuais ainda se vê processos discriminatórios referentes ao gênero. A cultura disseminada apresenta-se fortemente marcada pela não necessidade de escolarização, pois a “serventia” da mulher é apenas casar e cuidar da casa, conforme é percebido nas falas a seguir:

Parei de estudar para casar e cuidar da casa, isso era normal na minha cidade, as meninas estudavam até saber ler e escrever, não precisava mais do que isso, e eu achava que isso era o certo. Agora vejo o quanto de tempo perdi e que as coisas não são assim como dizem. (CVM, 28 anos, estudante do Projovem Urbano de SC).

Para meu pai mulher tem que saber cozinhar e cuidar bem da casa, e isso a escola não ensinava, quando criança ele até deixou eu estudar, mas depois disse que já sabia muito e que era para ajudar em casa. Agora tenho quase 30 anos e mal sei ler e escrever, o PJU está me ajudando. (VBS, 29 anos, estudante do Projovem Urbano de SC).

Evidencia-se que é importante atentar às diversas manifestações da violência simbólica, que são embasadas no abuso do poder e fundamentadas no que ou em quem se legitima como autoridade (ABRAMOVAY; et al, 2002). Ao definir que a submissão imposta às mulheres pode ser compreendida como uma violência simbólica percebe-se que ela foi instituída por meio de uma relação de dominação. Identifica-se que ainda hoje a sociedade investe muito na naturalização deste decurso.

O depoimento na sequência demonstra como o corpo das mulheres é controlado pelos homens. As violências contra as mulheres estão

interiorizadas em uma cultura chauvinista, que as leva a impossibilidade de usar as vestimentas que desejam, de estudar ou trabalhar.

Estou fora da escola desde meus 14 anos, parei de estudar porque minha mãe tinha medo de me deixar ir de ônibus e desde então minha vida é afazeres domésticos. (SMS, 27 anos, estudante do ProJovem Urbano de SC).

Aluna deixou de estudar pelo medo que a mãe tinha dela sair sozinha. Embora os anos tenham passado as violências contra as mulheres estão cada vez mais latentes, levando muitas a não saírem de casa em alguns horários. O direito de ir e vir, fica frequentemente subordinado as violências e as privações sempre ocorrem. Ocorre que, muitas deixam de usar alguma roupa que gostam, por medo, outras deixam de ir a algum local, pois não estão acompanhadas. As violências são muitas, desde um olhar malicioso até crimes hediondos como o estupro. Essa desigualdade de gênero é um problema de dominação e a dominação se dá a partir da incorporação da ideologia dominante (BOURDIEU, 2007) que se incorpora subjetivamente nas ações.

A fala a seguir ressalta a naturalização de alguns *status*. Isso é visto nos padrões que são dados a cada um dos gêneros, e aos papéis que são demarcados para os homens e para as mulheres.

Historicamente e culturalmente instituiu-se às mulheres os trabalhos relacionados a casa e a família. Mesmo que atualmente os papéis estejam cada vez mais sendo questionados, ainda há mulheres que vivem em situações de adversidades que as impedem de decidirem por si próprias.

Eu nem ligava para o estudo. Agora, hoje em dia que vejo que a vida não é como eu pensava que a cidade é completamente diferente da roça, se eu tivesse juízo que tenho hoje eu já estava formada, só que não posso voltar atrás no tempo. Agora tenho que seguir em frente, dar um

exemplo melhor para meus filhos. Agora com meus 30 anos que tenho que correr atrás de algo melhor, de uma profissão melhor. (AR, 29 anos, estudante do Projovem Urbano de SC).

A aluna relata que não “ligava” para os estudos, isso demonstra o quanto está inserido na cultura, principalmente de algumas cidades interioranas, a não necessidade de estudar.

No decorrer dos tempos às mulheres foram inviabilizadas pelas condições desiguais de divisão das tarefas domésticas (POGGIO, 2012). Ainda hoje somente 51,1% dos homens realizam afazeres domésticos enquanto que entre as mulheres esse percentual é de 90,6% (IBGE, 2005). Dentre as crianças e adolescentes com idade entre 10 e 17 anos, vê-se que as meninas desde cedo são orientadas para o exercício do trabalho domésticos, em tono de 83% realizam esses afazeres, já entre os meninos a proporção é de 47,4% (IBGE, 2005). “Enquanto a identidade masculina se define em torno do trabalho produtivo e da luta por reconhecimento social, a identidade feminina - ainda que a mulher deva trabalhar - se define pelo reconhecimento doméstico”. (VALLE, 2002, p. 213).

Por fim, observa-se que mesmo com a ampliação dos debates feministas e as reivindicações dos movimentos sociais em prol dos direitos das mulheres ainda há barreiras a serem rompidas.

3. Finalização

Este artigo foi baseado em relatos das alunas que fizeram parte do Projovem Urbano em Santa Catarina. A ideia de trazer essas falas foi com o intuito de trazer a tona os processos de exclusões e violências simbólicas ainda vivenciadas pelas mulheres.

O Projovem Urbano é um programa que atende alunos e alunas jovens, e embora tenha esse perfil, evidenciou-se por meio das falas

das alunas e das observações realizadas no decorrer da pesquisa que, ainda há processos decorrentes dos marcadores sociais de gênero.

As mulheres sempre foram alvo de privações. Os corpos sempre são cercados por modos de agir e vestir. Incute-se no imaginário coletivo que suas características vinculam-se com a fragilidade, o desamparo e principalmente a maternidade. Essas padronizações sociais e culturais instituídas ao longo dos tempos são ratificadas tanto pelos homens quanto pelas mulheres. Muitas entendem que realmente devem ser condicionadas as normatizações do feminino, e com isso, se curvam a dominação masculina.

Em todos os relatos descritos das estudantes do PJU/SC percebeu-se fortemente a relação de poder que se traduziu em violência simbólica. Do exposto, pode-se facilmente concluir que ambos - pai e mãe - contribuíram para a perpetuação do poder masculino e adulto (SAFFIOTI, 1987).

As identidades dessas alunas mulheres não foram construídas apenas através de mecanismos de repressão ou censura, elas se fizeram também, através de práticas e relações que instituem gestos, modos de ser e estar no mundo (LOURO, 1995). Tornou-se necessário compreender que as identidades humanas são marcadas por processos biográficos em contextos históricos e simbólicos próprios e únicos, pois a “identidade nunca é dada ela é sempre construída [...] e (re)construída”. (DUBAR, 2005, p. 135).

Essas identidades embora marcadas por processos próprios e únicos se unem a uma demarcação constituída ao longo dos discursos que visam inferiorizar as mulheres.

Evidência-se que essas alunas, mesmo jovens, se submetiam à guarda dos maridos, pais ou namorados, e muitas, deixaram de estudar, por motivos que se relacionam com os marcadores sociais de gênero, e esses marcadores delimitam o seu espaço e as suas atribuições.

Desse modo, esse artigo é um importante instrumento para desconstruir a naturalização dos papéis, demonstrando que as mulheres são cidadãs de direito, e que não precisam ficar segregadas por “descumprirem” as funções que lhes foram impostas, tendo claro que a educação é um direito de todos e todas, assim como os cuidados dos filhos e filhas e os afazeres domésticos também.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam et al. *Escola e violência*. Brasília: UNESCO, 2002.
- AQUINO, Luseni. A juventude como foco das políticas públicas. In: AQUINO, Luseni; ANDRADE, Carla; CASTRO, Jorge A. (Org.). *Juventude e políticas sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. *Projeto Pedagógico Integrado (PPI) do Projovem Urbano*. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude, 2008.
- CHARTIER, Roger. Diferença entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 4, 1995.
- DUBAR, Claude. *A socialização: construção das identidades sociais e profissionais*. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios*. Rio de Janeiro: Microdados – 2001-2005, 2005.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censos, contagem populacional, Pesquisa Mensal de Emprego/PME e Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio*. Brasília:[s.n.]2007.
- LOURO, Guacira Lopes. Gênero, história e educação. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez.1995.
- POGGIO, Inês Soares Nunes. A construção das relações de gênero. In: LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes (Org.). *Educação de jovens e adultos, diversidade e o mundo do trabalho*. Ijuí: Ed. Unijuí, 2012. p. 88-101.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo. Expressão Popular, 2013.

SANTANA, Anabela Maurício de. Fragmentações e permanências: gênero e diversidade na escola. *Retratos da Escola*, Brasília, jan., p.123-136, 2015.

SCOTT, Joan W. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Traduzido pela SOS: Corpo e Cidadania. Recife: [s.n.], 1990.

VALLE, Ione Ribeiro. Da “identidade vocacional” a “identidade profissional”: a constituição de um corpo docente unificado. *Perspectiva*, Florianópolis, v.20, n. especial, 2002.

VIGANO, Samira de Moraes Maia; LAFFIN, Maria Hermínia Lage Fernandes. A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres. *Revista EJA em Debate*, Florianópolis, v. 7, n. 5, p. 1-19, 2016.

O protagonismo feminino na literatura: vozes da poesia brasileira

Andressa da Costa Farias (UFSC)*

Resumo: O presente artigo pretende apresentar o protagonismo feminino na literatura a partir das vozes evocadas na poesia brasileira por intermédio do estudo de duas antologias poéticas. A primeira intitulada “Vozes Femininas da Poesia Brasileira” (1959) de Domingos Carvalho da Silva e a segunda intitulada “Vozes Femininas” (2003) de Flora Sussekink, Tânia Dias e Carlito Azevedo. Desta segunda, devido ao grande número de artigos concentrados na obra, escolheu-se dois para a análise. São eles: “Do pé à dança: Chaussure, de Nathalie Quintane, por Paula Glenadel” e “O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil, por Heloísa Buarque de Holanda”. Pretende-se apresentar a identificação da teatralidade da linguagem na poesia e o protagonismo feminino nas publicações poéticas. Protagonismo este nem sempre reconhecido ou evocado na periodização da história da literatura brasileira.

Palavras-chave: poesia, vozes femininas, teatralidade da linguagem, literatura brasileira.

Abstrat: The present article intends to present the feminine protagonism in the literature from the voices evoked in the Brazilian poetry from the study of two poetic anthologies. The first one entitled “Voices Feminine of Brazilian Poetry” (1959) by Domingos Carvalho da Silva and the second entitled “Voices Femininas” (2003) by Flora Sussekink, Tânia Dias and Carlito Azevedo. Of the second, due to the large number of articles concentrated in the work, two were chosen for the analysis. They are: “From the foot to the dance: Chaussure, by Nathalie Quintane, by Paula Glenadel” and “The strange horizon of feminist criticism in Brazil, by Heloísa Buarque de Holanda”. It is intended to present the identification of the theatricality of language in poetry and female protagonism in poetic publications. Protagonism is not always recognized or evoked in the periodization of Brazilian literature.

Keywords: poetry, female voices, theatricality of language, Brazilian literature.

* Doutoranda em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina-andressa3cf@gmail.com.

A análise proposta aqui concentra-se nas Antologias das Vozes Femininas tendo como base especificamente os livros “Vozes Femininas da Poesia Brasileira (1959)”, de Domingo Carvalho da Silva e “Vozes Femininas (2003)” organizado por Flora Süssekind, Tânia Dias e Carlito Azevedo. Textos lidos e apresentados na disciplina “O contemporâneo na Poesia” cujo curso intitulou-se “A teatralidade da linguagem” ministrado pela professora Dr.^a Susana Scramin no segundo semestre de 2016 na Pós-Graduação em Literatura na Universidade Federal de Santa Catarina.

E desta última antologia escolheu-se os artigos “Do pé à dança: Chaussure, de Nathalie Quintane, por Paula Glenadel” e “O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil, por Heloísa Buarque de Holanda” para as reflexões propostas que irão se pautar na identificação da teatralidade da linguagem em cada publicação citada.

A teatralidade da linguagem conforme expõe Benjamin (1984) pode ser identificada a partir da palavra enquanto ideia. Para o autor, os conceitos mais gerais da linguagem devem ser reconhecidos como ideia. E as ideias manifestam-se nos fenômenos que a circundam. E para manifestar as ideias circundantes é primordial a categorização dos nomes dados aos fenômenos. Eis que:

O ser livre de qualquer fenomenalidade, no qual reside exclusivamente essa força, é a do Nome. É esse ser que determina o modo pelo qual são dadas as idéias. Mas elas são dadas menos em uma linguagem primordial que em uma percepção primordial, em que as palavras não perderam, em benefício da dimensão cognitiva, sua dignidade nomeadora. (BENJAMIN, 1984, p.58).

Deste modo, configura-se a ideia como um elemento linguístico que está na essência de cada palavra. E na percepção empírica, em que as palavras se fragmentaram, elas possuem, ao lado de sua dimensão simbólica mais ou menos oculta, uma significação profana

evidente. Incorre às ideias o ato de nomear. Benjamin metaforicamente apresenta cada ideia como um sol que se relaciona com outras ideias como os sóis se relacionam entre si. Assim, a multiplicidade que lhe é atribuída é finita.

É sobre as ideias apresentadas através das Antologias de Vozes Femininas que vamos discorrer. Objetiva-se a cada texto identificar a ideia central que cada um evoca e sua relação com os demais. Como se pudéssemos, assim como fez Benjamin, relacionar os “sóis” a que manifestam as vozes femininas aqui reunidas.

A primeira antologia- a de Domingos- é também apresentada como um Ensaio Histórico-Literário e ainda na capa identifica-se no final os dizeres “Conselho Estadual de Cultura- Comissão de Literatura- São Paulo”. Ela é dividido em duas partes: I e II. Sendo a primeira um Ensaio Histórico-Literário e a segunda uma Antologia Poética. O índice é apresentado somente no final das duas partes. Não há nenhuma Introdução ou Prefácio, ou seja, o livro evoca diretamente as duas partes já citadas de forma direta, após o índice e por último uma folha cujo título aparece “Govêrno Carvalho Pinto” com informações da finalização da impressão no ano de 1959 bem como os nomes de quem fazia parte da Comissão Estadual de Literatura e Conselho Estadual de Cultura da época.

A publicação contém uma vasta pesquisa documental da qual evidencia-se que muito deve ter ficado de fora, pois algumas fontes foram depreciadas ou perdidas no decorrer do tempo e assim não houve acesso total a tudo que buscou-se documentar. É interessante considerar que a Antologia apresenta mostra que muitas “vozes femininas” foram enunciadas através de “vozes masculinas”, ou seja, com pseudônimo masculino atribuído geralmente a maridos das poetisas e/ou a pseudônimos masculinos num sentido geral.

É o caso, por exemplo, de uma poetisa de 1600 chamada Bárbara Heliodora Guilhermina da Silveira, que atribui-se a preservação dos

seus escritos ao fato de ter sido esposa de Alvarenga Peixoto. Um dos seus sonetos sobre o sétimo aniversário de Maria Ifigênia, filha do casal é atribuído ao marido entre outros também. Nas sextilhas dos seus “Conselhos aos Meus Filhos” brota o viço da sabedoria de quem sobrevivera a um destino amargo.

Com Deus e o rei não brincar,
É servir e obedecer,
Amar por muito temer,
Mas temer por muito amar,
Santo tem por de ofender
A quem se deve adorar!
(SILVA, 1959, p.7)

Além deste poema, inúmeros outros são identificados semanticamente como de aconselhamento, vigente, sobretudo, na literatura barroca. Contabiliza-se também poesias cuja carga semântica estão voltadas para palavras que evocam, sobretudo: amor, saudade, religiosidade, natureza, maternidade, homenagem a alguém, crítica social, escravidão, metalinguagem.

As vozes femininas trazem à tona na poesia um foco vinculado ao que na época estava em curso enquanto movimento literário, e talvez por isso, Domingos (1959) elencou o nome das poetisas a partir de uma cronologia vinculada à categorização temporal da literatura: época clássica, época pré-romântica, época romântica, época pós-romântica e parnasiana, do parnaso ao modernismo e fase modernista.

Evidencia-se a partir das poesias lidas e analisadas, o viés feminino sobre aquilo que a voz masculina enunciava em seu tempo/ época literária. Há vários exemplos neste sentido. Citaremos alguns aqui para ilustrar. Ildelfonsa Laura César foi uma das vozes femininas que publicou seus “Ensaio Poéticos”, em 1844. Conforme Domingos (1959) seu arcadismo já perdera os contornos eruditos e se tornava mais suave ao contato da inspiração popular.

“Quanto invejo da pastôra
O viver simples e bom!
Mas a mim negou o fado,
Não quis tivesse êsse dom.

Aquela no verde prado
Seu rebanho vê pastar;
A natureza contempla.
Que deixa seus bens gozar.”
(SILVA, 1959, p.12)

Na parte da “Época Romântica” uma das autoras/vozes femininas é Nísia Floresta Brasileira Augusta cujo pseudônimo é o de Dionísia de Faria Rocha (1809, Rio Grande do Norte) que publicou o livro “A lágrima de um Caeté” (Rio, 1849) de cunho indianista. Gonçalves Dias havia lançado dois anos antes os “Primeiros Cantos”.

A LÁGRIMA DE UM CAETÉ

(EXERTO)

Era um Caeté que vagava
Na terra, que Deus lhe deu,
Onde Pátria, espôsa e filhos
Êle embalde defendeu!...

[...]

Ao feroz estrangeiro a pátria nossa
A nossa liberdade, os frutos seus!...

[...]

Ao jugo de tiranos opressores,
Que em nome do piedoso céu vieram
Tirar-nos êstes bens que o céu nos dera!

[...]

(SILVA, 1959, p.47)

A autora Auta de Sousa (norte-rio-grandense) teve seu livro “Hôrto” (1899) prefaciado por Olavo Bilac (parnasiano) do qual citou

que o livro era um formoso volume que vinha revelar uma poetisa de raro merecimento. Abaixo parte de um poema dela:

[...]
É noite já. Como em feliz remanso
Dormem as aves nos pequenos ninhos...
Vamos mais devagar... de manso e manso,
Para não assustar os passarinhos.

Brilham estrêlas. Todo o céu parece
Rezar de joelhos e chorosa prece
Que a Noite ensina ao desespêro e à dor..."
[...]
(SILVA, 1959, p. 57)

E conforme Domingos (1959) a presença feminina não se fez presente na poesia típica de 1922. Somente muito tempo depois, o Modernismo e Cecília Meireles se encontrariam. O movimento sem a agressividade dos primeiros anos e a poeta modernizada pelo trato do verso livre, pelo equilíbrio da forma e limpidez da linguagem. Além dela, muitas autoras figuram na corrente moderna e nas tendências posteriores a 1945.

Uma observação a ser considerada nesta antologia é que apesar de muitas poetisas serem conhecidas nos lugares em que estavam publicando, elas não eram conhecidas do grande público brasileiro em relação a periodização literária convencionada. É possível que muitos livros de literatura ou livros didáticos jamais tenham mencionado o nome delas. É a voz masculina conhecida do grande público leitor e não a feminina. Nota-se isso pela apresentação inédita da grande maioria de nomes femininos de poetisas que esta antologia colocou em evidência a partir da pesquisa documental e histórica.

Depois de algumas décadas foi então publicado o livro “Vozes Femininas” em 2003 organizado por Flora Süssekind, Tânia Dias e Carlito Azevedo com diversos artigos do qual vamos nos ater espe-

cialmente a dois já citados no começo deste artigo. O livro que faz parte da Antologia consiste na reunião de trabalhos, depoimentos apresentado no Seminário Vozes Femininas, em maio de 2001, na Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro.

O foco do seminário estava voltado para as discussões sobre as representações culturais da mulher, os papéis sociais por ela assumidos no decorrer do tempo (escrava, tia, irmã, autora, mãe, esposa), lugares frequentados (casa, salão, dança), as figurações (objetos manipulados). Além da condição feminina visualizada por meio das tensões entre fala e silêncio, entre masculino *versus* o feminino, os gêneros *versus* o transgênero, aventura *versus* medo, etc. E fundamentalmente abordar a questão do gênero mediante análise das condições materiais, da diferenciação de práticas e formas de comunicação escrita e artística. Começaremos a análise da teatralidade da linguagem a partir do artigo “Do pé à dança: Chaussure, de Nathalie Quintane, por Paula Glenadel” que compõe o livro em questão que se encontra na parte IV da antologia cujo título é “Lugares do feminino: residência, circulação.”

Inicialmente o artigo cita o livro de Sarah Kofman dedicado à leitura de Derrida (1988) para enfatizar que tanto a cultura europeia quanto a cultura brasileira pós-colonialista não tem lidado bem com a questão da diferença sexual. Critica o termo “nós” utilizado tanto por Hegel quanto por Freud, pois é um “nós” masculino e não um “nós” “*anthropos*” universal que na acepção moderna inclui a mulher.

Foram muitas as consequências do uso do “nós” por Freud as quais inclui: a rejeição da feminilidade pelos dois sexos, a angústia da castração (no homem), a inveja do pênis (na mulher), e o papel ativo atribuído ao sexo masculino e o papel passivo atribuído ao sexo feminino. Porém, o “fetichismo” desmente a inveja do pênis com a criação da mãe fálica. Compreende-se que as perversões que o fetiche é a matriz originária inquietam, pois são revolucionárias

uma vez que podem abrir espaço para a contestação da ordem falocêntrica.

Além disso, cita o comentário de Emmanuel Lévinas sobre o relato da Gênese para mostrar que o nascimento do homem é fundamental para opor ele do animal e que a diferenciação sexual homem X mulher é secundária, o que abre espaço para a discussão ética entre os sexos.

Glenadel sublinha na análise do texto de Quintane que o fetichismo poético seria uma marca do “feminino”, mas sem relação com o fato dela ser mulher. E que o fascínio pelo fetiche é indissociável do objeto eleito: o sapato (chaussure). Consideramos aí o sapato como uma metáfora para o fetiche explorado pela autora consistindo a teatralidade representada na linguagem a partir do que Paula expõe. O sapato seria o paradigma do objeto- fetiche o que implica uma “objetivismo” poético de Quintane. Há neste sentido, também, um jogo feroz de ironia, pois nada é tão inseguro do que “coisa-poema”. Eis o texto Chaussure:

“Em dezembro, as crianças colocam seus sapatos junto á árvore de Natal.

Eles estão, no lugar do menino ou da menina, ali para receber.

São apresentados em troca de presentes.

São oferecidos, liberados de seu uso cotidiano.

Quando os pais colocam pequenos brinquedos no interior, eles atuam como caixas.

Se a criança se levanta de noite e os vê ainda vazios junto à árvore de Natal, talvez apanhe de surpresa uma presença inédita dos seus sapatos.

Eles estão, nesse momento, longe o bastante para não serem mais os seus.

Então, também a criança não é mais ela mesma.

Diante de si, ela vê sapatos.

É uma grande alegria ver as coisas de maneira nova.”
(GLENADEL,2003, p.136)

A poesia dita “objetiva” da qual Quintane se aproxima, a partir do modelo de Ponge, pretende manter-se na banalidade do objeto. O fetichismo se encontra latente na obra. Aplica na língua e ao pensamento habitual uma espécie de “limpeza” lavando-os das implicações metafísicas. “O poema quer dizer mais do que ele é”.

Evidencia-se que o texto “Sapates de Ponge” foi a fonte para o texto “Chaussure” de Quintane.

“Herdeira de Ponge, a autora aplica à língua e ao pensamento habituais uma espécie de “limpeza”, lavando-os das implicações metafísicas que logo, contudo, ameaçam fazer retorno no texto, na língua. Em francês, em que *prope* significa ao mesmo tempo *limpo* e *próprio*, Derrida formula esta ameaça: “confundir todo este movimento com uma metafísica do próprio ou do próximo- ou ainda da presença, se desencadeássemos os valores do próprio (*prope*, *proprius*), do próximo e do presente”. (GLENADEL,2003, p.135).

Em diálogo sobre “lugar do feminino”, conforme o artigo apresentado, Derrida expõe a necessidade de um deslocamento como chance de escapar à determinação falocêntrica das identidade sexuais e a dança é a escolhida como paradigma dessa circulação de identidades. Há de se considerar ainda que o sapato constitui a teatralidade da linguagem evidenciada na poesia de Quintane uma vez que é uma metáfora que pode evocar diversas relações a partir de um objeto aparentemente banal. Relações históricas, filosóficas (a invenção, o desgaste), fenomenológicas (sapato, passo, dança), entre outras.

O sapato, então, materializado constitui-se como um objeto poético uma vez que contribui com a aproximação com a dança pela oscilação fetichista que coloca em cena, dispensando assim a palavra

escrita ou oral conforme defende ser a essência do teatro segundo Artaud.

O autor, em suas "*Cartas sobre a Linguagem*" preconizou que no teatro os gestos devem ser de grande eficácia a ponto de levar ao esquecimento a própria necessidade da linguagem falada. E que se a linguagem falada tiver que se manifestar que ela seja um espaço de retomada, uma parada no espaço agitado. E que essencialmente o teatro deve tornar-se uma espécie de demonstração experimental da identidade profunda entre o concreto e o abstrato. A partir desta constatação fizemos a analogia entre o sapato, a dança e a evocação do fetichismo pela oscilação que provoca. A teatralidade desta linguagem é, sobretudo, visual.

Parece enfim que a mais elevada idéia de teatro é a que nos reconcilia filosoficamente com o Devir, que nos sugere através de todos os tipos de situações objetivas a idéia furtiva da passagem e da transmutação das idéias em coisas, muito mais que a da transformação e do choque dos sentimentos nas palavras. ARTAUD (1989, p. 128).

E em seguida enfatiza que há uma grande analogia entre o teatro e a palavra em relação ao sentimento e ao ato em si de liberdade. E que a essência do teatro não deve perder esta liberdade, senão haverá um "ressecamento" da palavra. Eis que:

O teatro, assim como a palavra, tem necessidade de ser deixado livre. A obstinação em fazer que as personagens dialoguem sobre sentimentos, paixões, apetites e impulsos de ordem estritamente psicológica, em que uma palavra substitui inúmeras mímicas, uma vez que estamos no domínio da precisão, foi por causa dessa obstinação que o teatro perdeu sua verdadeira razão de ser e que estamos desejando um silêncio em que possamos ouvir melhor a vida. É no diálogo que a psicologia ocidental se expressa; e a obsessão

pela palavra clara que diga tudo leva ao ressecamento das palavras. ARTAUD (1989, p.128).

E esta analogia entre a palavra e o sentimento de liberdade parece estar em consonância com o que expõe Quintane no seu "*Chaussure*" uma vez que conforme analisa Glenadel, a autora faz da generalização do fetichismo poético através do objeto sapato uma marca de seu "feminismo" independente do fato de ser mulher. O objeto eleito- o sapato- associa-se ao fascínio pelo fetiche. E promove a sua "verdade" pela dança construindo a relação das diferenças sexuais através deste objeto poético. O gesto e o movimento ganham uma amplitude especial neste sentido.

E é o que Artaud evidencia ao preconizar que o gesto é a matéria-prima do teatro e que, ao mesmo tempo, o teatro possui uma consciência multiplicada dos mundos revolvidos pela linguagem da palavra e que tais mundos faz reviver em todos os seus aspectos as transformações profundas das ideias, dos costumes, das crenças e princípios sobre os quais repousam o espírito do tempo. Ideia esta que vai ao encontro do artigo exposto por Glenadel (2003) na possibilidade enunciada de um possível escapamento de certos determinismos impostos.

Por fim, o último artigo proposto para análise tem como título "O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil, por Heloísa Buarque de Holanda". Apresenta inicialmente que as teorias críticas feministas começaram como tendência no mercado editorial dos Estados Unidos e a partir daí ganharam legitimidade. A partir da década de 70 o projeto "*Women's studies*" é claramente evidenciado como intervencionista política e academicamente. O oposto ocorre na França já que o projeto de divulgação do feminismo ocorre mais massivamente na sociedade e menos na academia.

Houve no mundo a partir da década de 1960 uma força nos movimentos políticos. E o pensamento crítico feminista internacional

se intensifica a partir de 1970. Ele passa por dois grandes estágios, conforme o artigo, o primeiro é de denúncia da lógica patriarcal nas relações de gêneros e o segundo é de luta pelo poder interpretativo feminino, ou seja, da luta pela significação.

Posteriormente evidencia-se muitos estudos sobre a condição da mulher trazem temáticas tais como: racismo, o antissemitismo, o imperialismo, o colonialismo, o imperialismo, as diferenças de classe, entre outros temas. Além do surgimento de um ideário pluralista, subsidiário da economia de mercado.

No Brasil, houve inicialmente um desconforto com os grupos de estudos sobre a mulher vinculados a especificidades das relações de poder no país. O Movimento Feminista Brasileiro ganhou evidência nos anos 70 em plena Ditadura Militar vigente através de partidos e associações de esquerda e de setores progressistas da igreja.

O feminismo levantou bandeira, na época, para a defesa dos direitos civis, defesa da liberdade política, pela melhoria das condições sociais e a reivindicações internacionais. E em certo momento, com a Igreja como aliada, o movimento feminista abriu mão de temas centrais como: liberdade sexual, direito ao aborto, debate sobre o divórcio.

Tanto a igreja como a família são e foram duas instituições que se tornaram arenas explosivas para a ação política radical das mulheres. A partir do processo de redemocratização do país ocorrido em 1985 com a campanha “Diretas Já” houve a criação das Delegacias de Mulher e em 1986 a criação do grupo de trabalho “Mulher na Literatura” através da ANPOLL¹. E a partir daí houve uma rápida institucionalização dos estudos sobre a mulher no país, porém não se constitui ainda uma tendência teórica na área.

¹ Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística.

Segundo o artigo, 31% dos estudos está voltado a crítica feminina no seu sentido estrito senso, predominância dos estudos historiográficos, gêneros menores, tendências arqueológicas o que foi “silenciado” no cânone da literatura bem como os gêneros do discurso a partir de Bakhtin com o exame das literaturas marginais traduzindo modos de pensar e representações do mundo cita como exemplo a pesquisa de Marlyse Meyer sobre o papel da mulher enquanto leitora de folhetins e o estudo de Maria Odila Silva Dias sobre as noções entre o espaço público e privado nos processos de constituição do Estado Nacional e seus reflexos na novela do final do século. Entre outros que tematizaram: trabalho sobre a imprensa feminina do século XIX, os salões literários. Há também uma ressalva no texto de que a maior parte dos estudos feministas concentram-se nos departamentos de inglês ou francês dentro da academia brasileira. E que a produção feminista relativa à literatura brasileira ainda é minoritária.

Estudos feministas encontram dificuldades em enfrentar análises dos processos de construção de uma “subjetividade brasileira” que aborde com naturalidade e cordialidade tudo que não é seu. As desigualdades sexuais e raciais metaforizadas tornaram-se constitutivas das representações sobre a nacionalidade brasileira como a imagem da mulher de forma objetificada como propaganda e marketing para empresas diversas, etc.

Logo, finaliza Heloísa, os estudos feministas, neste sentido, são caminho possível para o questionamento da estrutura das relações de poder no Brasil e para a formulação de uma cultura e de uma estética mais democrática.

Tal estética mais democrática para as vozes femininas na poesia e na literatura parece ter surgido quando em 1959 houve a publicação da primeira Antologia exposta nesta análise: a de Domingos Carvalho da Silva. Obra que reuniu vasta quantidade de nomes de poetisas até então desconhecidas. Talvez seja coincidência, mas a publicação

surge mais ou menos na mesma época que o movimento e estudos feministas começaram a ganhar forma e força no país: década de 1960.

Retomando Benjamin (1984) apresentado inicialmente neste texto de que a ideia está na essência de cada palavra e que incorre as ideias o ato de nomear, podemos evidenciar que a partir da primeira Antologia houve a necessidade de categorizar, nomear e apresentar as poesias e poetisas que tanto ficaram “ocultas” no decorrer do tempo por questões diversas que podem estar relacionadas a ordem social, histórica, econômica, sexual, entre outras.

E que além disso, a partir da reunião de tantas outras vozes femininas na segunda Antologia analisada é mister que a representatividade, a teatralidade da linguagem evocada está justamente em configurar a ideia de liberdade. A liberdade que a voz feminina enuncia e reivindica ao questionar elementos de representatividade já postos em evidência como a ordem falocêntrica. Assim, através do seu “*Chaussure*” Quintane analisada por Glenadel (2003) evoca o fetichismo, a metáfora do sapato e da dança para demonstrar a construção da relação das diferenças sexuais. E o faz numa construção poética em que o gesto e o movimento possuem amplitude especial e parecem reivindicar igualdade a partir da ideia de oscilação que a dança promove.

Já Heloísa Buarque de Holanda (2003) em seu texto traça todo o percurso do movimento e dos estudos feministas no país e o quanto este foi e tem sido de grande importância para a construção de sociedade mais humana e democrática na representatividade da mulher no espaço social e pessoal a que faz parte. Ainda há, neste sentido, muitas dificuldades a serem enfrentadas para a análise da “subjetividade brasileira”, mas é um caminho apontado para a questionar estruturas e relações de poder há tanto tempo impostas e para formulação de uma estética mais democrática, cultural e social mais igualitária.

Benjamin (1984) metaforicamente apresentou que cada ideia seria como um sol que se relaciona com outras ideias como os sóis se relacionam entre si. Assim, a ideia de liberdade e representatividade parece ser o eixo condutor de todos os textos aqui apresentados e analisados a partir da enunciação da voz feminina pela poesia, pela palavra.

Referências bibliográficas

ARTAUD, Antonin. *O teatro e seu duplo*. São Paulo: Fenda, 1989.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DERRIDA, Jacques. *Glas*. Paris: Galilée, 1974.

DERRIDA, Jacques. *Chorégraphies*. Paris: Galilée, 1992.

DERRIDA, Jacques. *Signéponge*. Paris: Seuil, 1988.

GLENADEL, Paula. Do pé à dança: Chaussure, de Nathalie Quintane. In: SÜSSEKINK Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (orgs.). *Vozes Femininas: gênero, mediações e prática de escrita*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003.

HOLANDA, Heloísa Buarque de Holanda. O estranho horizonte da crítica feminista no Brasil. In: SÜSSEKINK Flora; DIAS, Tânia; AZEVEDO, Carlito (orgs.). *Vozes Femininas: gênero, mediações e prática de escrita*. Rio de Janeiro: Fundação Casa Rui Barbosa, 2003.

SILVA, Domingos Carvalho da. *Vozes Femininas da Poesia Brasileira*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura. Comissão de Literatura, 1959.

SÜSSEKIND, Flora; DIAS, Ângela; AZEVEDO, Carlito. *Vozes Femininas: gêneros, mediações e práticas da escrita*. Rio de Janeiro: Casa Rui Barbosa, 2003.

Invisibilidade do feminino nos deslocamentos migratórios: relatos sobre a vida de Dona Luiza

Elisandra Tomascheski*

Resumo: Este trabalho é uma tentativa de desinvisibilizar a mulher e suas atividades laborais em deslocamentos migratórios, os quais frequentemente são tidos como masculinos, relegando as mulheres e suas trajetórias à margem de uma história androcêntrica e patriarcal. Falar especificamente de Dona Luzia é uma maneira de procurar romper com a história tradicional e, principalmente, evidenciar as situações de violência e subjugação sofridas pelo feminino em relacionamentos nos quais impera a dominação masculina, apoiada e ovacionada por uma sociedade que naturalizou a violência sofrida pelas mulheres.

Palavras-chave: gênero; violência; superação.

Abstract: This work is an attempt to disinvise women and their work activities in migratory movements, which are often considered as masculine, relegating women and their trajectories to the margins of an androcentric and patriarchal history. Speaking specifically of Dona Luzia is a way of seeking to break with traditional history and, especially, to highlight the situations of violence and subjugation suffered by the female in relationships in which male domination dominates, supported and cheered by a society that naturalized the violence suffered by the women.

Keywords: gender; violence; overcoming.

* Mestre em História pela Universidade Federal da Grande Dourados – PPGH-UFGD. Especialista em Educação do Campo pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Graduada em Ciências Sociais Licenciatura pela Universidade Federal da Grande Dourados. Atualmente, é professora de Sociologia e Filosofia da Escola Estadual Nova Itamarati, SED/MS.

Na escrita da história, a exclusão do feminino é um processo de longa duração, o qual começou a ser transformado recentemente a partir de novos movimentos historiográficos¹. De acordo com Colling, “A História sempre foi uma profissão de homens, apresentada como universal, na qual o ‘nós’ é masculino e a história das mulheres se desenvolveu à sua margem” (COLLING, 2014, p.12).

Deste modo a história é constituída por sujeitos sociais diversos, transformados em desiguais. Insta-se a uma mudança de paradigmas, nos quais as mulheres possam ser evidenciadas como sujeitos dentro da história.

Este artigo propõe-se então a contar a história de vida e trabalho de uma mulher brasiguaiá², Luzia Mauro, nascida no estado de São Paulo, que migrou aos dez anos de idade para o Paraguai. Para tanto, foi utilizado como método a História Oral, visto que, de acordo com Silveira: “O trabalho com fontes orais possibilitou trazer à história, como sujeitos e/ou testemunhos aqueles que, de certa forma, foram excluídos e colocados no anonimato, sem direito a memória” (SILVEIRA, 2007, p. 39).

Os movimentos migratórios frequentemente são vistos ou reconhecidos como algo masculino. Os homens são notados como pioneiros, desbravadores, trabalhadores, enquanto que a mulher costuma

¹ Um exemplo profícuo dessas transformações pode ser evidenciado com os estudos da Escola dos Annales. De acordo com Tedeschi: “O nascimento de novas abordagens e perspectivas na história, ocorrido com a ‘fundação da escola dos Annales’, em 1929, traz consigo uma agenda que conquistará um espaço fundamental para a emergência da história das mulheres, caracterizando-se pela crítica às narrativas históricas tradicionais (a história factual, em geral, e aquela política ou econômica, em particular), pela procura de colaboração com outras ciências ou pela substituição da história simplesmente narrada por uma história reflexiva, uma história-problema”. (TEDESCHI, 2018, p. 2).

² De acordo com Batista: “Os brasiguaios são conhecidos como trabalhadores humildes, que sem terra para trabalhar no Brasil, foram expropriados expatriados pelo processo de modernização da agricultura e vivem no Paraguai (2013, p. 11).

ser registrada como aquela que acompanha o marido na mudança, como aponta Oliveira: “Elas ainda continuam a ser tratadas como parte da bagagem do homem” (OLIVEIRA, 2016, p. 80).

A partir de meados do século passado, o nosso país passou por uma série de transformações no setor rural, com a implantação do capitalismo agrário e também com a chegada das novas tecnologias, essas mudanças resultaram numa onda migratória de mulheres e homens brasileiras/os para o Paraguai. De acordo com Klauck:

A partir do final da década de 1960, começou um processo de transformação do setor agrário do país, do qual pequenos proprietários e muito menos aqueles que não haviam conseguido comprar seu pedaço de terra, não foram beneficiados. Mas pelo contrário foram excluídos (KLAUCK, 2011, p. 871).

Sem muitas opções e com a situação financeira limitada, brasileiros e brasileiras encontram no Paraguai a saída para o desterro sofrido pelo próprio país que, em nome da economia e do capital, marginalizou aqueles que dependiam das pequenas unidades de produção familiar para sobreviverem. Deste modo, continuar com o labor na terra era sinônimo de migração. Batista afirma: “A forte corrente migratória brasileira para o Paraguai, resultou de um processo acentuado de expropriações que atingiu milhares de famílias que buscaram no Paraguai a alternativa de mais uma vez tentar a conquista definitiva da terra” (BATISTA, 2013, p. 72).

A entrada massiva de mulheres e homens no Paraguai também foi facilitada por transformações que estavam ocorrendo nesse país. Segundo Albuquerque:

O que existiu foi uma junção de um processo espontâneo de deslocamento populacional, devido a concentração da propriedade nos estados do Sul do Brasil, com interesses geopolíticos do governo brasileiro e paraguaio

em controlar e desenvolver a região oriental do Paraguai (ALBUQUERQUE, 2010, p. 64).

Assim houve o deslocamento de uma fração significativa da população brasileira para o país vizinho supramencionado.³ E não diferente de outros processos migratórios, este também ficou conhecido como um acontecimento hegemonicamente masculino, nos quais a escrita da história valorizou os homens e seus grandes feitos, relegando às mulheres o esquecimento e a invisibilidade dos porões da história.

Deste modo evidenciar a história de Dona Luzia é uma maneira de resistir à história androcêntrica e patriarcal. Rosaldo e Lamphere pontuam: “Em todos os lugares vemos a mulher ser excluída de certas atividades econômicas e políticas decisivas: seus papéis como esposas e mães são associados a poderes e prerrogativas inferiores aos dos homens” (ROSALDO; LAMPERE, 1979, p. 19).

A vida de Dona Luzia é permeada pela dominação masculina desde a mais tenra idade, quando presenciava o trabalho da mãe enquanto provedora do lar e as bebedeiras do pai:

Meu pai bebia muito e já tinha bebido quase tudo o que a gente tinha, daí o meu tio, irmão da minha mãe convidou minha mãe para ir para o Paraguai, no começo ela ficou meio assustada, mas depois foi lá conhecer e gostou, daí nós fomos, mas foi minha mãe quem decidiu ir (Luzia Mauro, entrevista em 18/05/2017).

Dona Rita, mãe de Dona Luzia, rememorada com saudade e admiração por sua filha, se manteve em relacionamento abusivo, no qual ela trabalhava para sustentar os vícios do maridos, situação

³ Para uma leitura mais aprofundada sobre o processo migratório de mulheres e homens brasileiras e brasileiros para o Paraguai, indico a obra de minha autoria: ““Dos Lugares deixados aos lugares chegados” História de mulheres brasiguaias do Assentamento Itamarati. 1. ed. – Curitiba, PR: CRV, 2018”.

bastante comum, porém não evidenciada numa sociedade predominantemente dominada pelo patriarcado, no qual o homem é visto como o provedor do lar e a mulher como mera coadjuvante. De acordo com Tedeschi:

A divisão sexual do trabalho estaria então profundamente relacionada com as representações sociais vinculadas a mulheres e homens, no sentido de que o trabalho constitui a própria identidade masculina, enquanto as mulheres estão como que “provisórias” no mundo do trabalho, reforçando a valorização diferenciada entre homens e mulheres, e hierarquizando os gêneros (TEDESCHI, 2012, p. 30).

A mulher sempre exerceu uma função primordial para a manutenção da família, exercendo diversas funções, todavia, suas atividades foram de maneira recorrente invisibilizadas e colocadas num lugar menor, dentro da hierarquia de gênero⁴. Segundo Perrot: “As mulheres sempre trabalharam. Seu trabalho era de ordem doméstico, da reprodução, não remunerado. As sociedades jamais poderiam ter vivido, ter-se reproduzido e desenvolvido sem o trabalho doméstico das mulheres, que é invisível” (PERROT, 2017, p. 109).

Dona Luzia passou grande parte de sua infância e adolescência trabalhando junto com a mãe, convivendo com a dominação do pai sobre a família. Posteriormente, aos 21 anos de idade, decidiu se casar e a situação vivida na casa dos pais se perpetuou no seu relacionamento, no qual passou a conviver diariamente com a desigualdade de gênero e com os maus tratos do cônjuge:

Eu vivia em casa porque tinha que cuidar dos meus filhos, eu tinha que assumir a responsabilidade de mãe dos meus

⁴ O conceito de gênero adotado neste trabalho é definido por Scott: “El género es la organización de la diferencia sexual. Pero esto no significa que el género refleje o instaure las diferencias físicas, naturales y establecidas, entre mujeres y hombres: más bien es el conocimiento el que establece los significados de las diferencias corporales” (SCOTT, 2008, p. 20).

filhos para não abandonar, mas eu não tinha liberdade para dizer, ‘hoje eu vou sair de casa’. Eu não saía, nunca tive nada, meu marido nunca me deu nada, sempre foi ali meio em cativeiro. Não tinha liberdade pra nada, só pra cuidar dos meus filhos. Eu nunca tive nada no meu nome e foi indo, ele foi ficando, não brigava mas também não me dava liberdade, então eu vivia amarrada. Nem documento eu tinha, porque o pai tirou quando a gente foi morar no Paraguai, mas nos era tudo de menor, então, com dez anos não valia mais aquele documento, e tinha que tirar de novo e ele não deixava eu sair nem para tirar meu documento (Luzia Mauro, entrevista em 18/05/2017).

Evidenciam-se na narrativa de Dona Luzia as várias formas de violência e dominação que ela sofreu no casamento, no qual o marido não permitia que ela saísse de casa, não tivesse documentos pessoais e ainda privando-a de possuir algum bem material em seu nome, sinônimo de segurança. Ele passou a exercer sobre a vida da esposa o que Tedeschi aponta como “autoridade moral”: “O marido torna-se por definição, a presença mais importante no universo feminino, representando a autoridade moral, como também é em torno dele que gira o poder de enunciar as representações sobre a mulher” (TEDESCHI, 2016, p. 74).

Essa situação de superioridade masculina foi construída historicamente subjogando as mulheres a uma vida baseada na desigualdade de gênero, dentro de uma universalidade de regras aceitas e mantidas pela sociedade, como destaca Colling: “Este universalismo que negou a diferença entre os sexos, ou melhor, que estabeleceu uma divisão simbólica dos sexos, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos” (COLLING, 2014, p. 12).

Situações de violência e dominação relatadas por Dona Luzia reforçam o nível de poder que a sociedade depositou nas mãos dos

homens, como representantes do lar e chefes de família, limitando e reprimindo as mulheres e suas atividades laborais:

Ele tava trabalhando fora, sempre ele saía, ele não parava mesmo, ele não parava mesmo em casa. E o feijão menina, ele tinha plantado um feijão, e esse feijão foi perdendo, seco, seco, seco e eu com dó, eu tava com dó de ver a lavou-
ra perder, falei: “Eu vou arrancar esse feijão, fui sozinha, fiquei arrancando lá um pouquinho, quando o sol era mais frio, que quando quente demais eu não aguentava, fui arrancar o feijão, minha nora um pouquinho me ajudava e ela com o bebezinho, não parava, foi uns quantos dias assim. Quando foi no sábado à tarde, ele chegou, e o feijão onde eu peguei já tinha acabado de arrancar, aí ele olhou e não falou nada. No outro dia cedo, domingo minha nora falou: “Vamos pra igreja dona Luzia” e eu falei: “Vamos”, aí meu netinho falou: “Vamos vó” e eu falei: “Vamos filho, a vó vai sim”, saímos, fomos pra igreja e ele assim, sentado fora na varanda, aí eu saí e fale pra ele, falei: “Olha, nós arranquemos aquele feijão ali atrás, eu comecei e eles me ajudaram” e ele falou “É, é assim mesmo, aqui é assim, a gente dá a mão, vocês já pegam o braço”, aí eu falei: “Não, nós arrancamos aí, o feijão tá perdendo, nós arrancamos pra nós comer nem que seja uma cozinhada”, ele falou: “Ninguém vai comer uma cozinhada de feijão”, e eu falei: “Ué, por que? A terra é minha, a terra é nossa”, aí ele olhou bem pra minha cara e falou: “Você não fica caçando não que eu te quebro esses dentes, vou te dar um coice nesses dentes” ainda falou pra mim, aí eu falei: “Você vai dar coice, coice é na boca de cachorro, né, que é com o pé...” e eu fui pegando aquelas conversas dele, aí eu falei: “Olha Alemão, vou te fale uma coisa, quem devia de fazer isso comigo, Deus já levou faz muito tempo, foi meu pai, meu pai tinha direito de me bater, mas agora outro não, outro não vai ponhar a mão na minha cara, nem nos meus

dentes". Aí meu guri saiu e falou pra mim: "Vamos mãe, vamos embora pra igreja", nós saiu e ele falou: "Eu vou lá e vou meter fogo nesse feijão", fiquei quieta, não falei nem "Vai", nem "Não vai", e ele foi lá pra roça, e chutava assim um monte de feijão, chutava. Aí meu guri olhou e falou: "Ó lá mãe, não falei pra senhora que ele vai queimar o feijão", e ele queimou tudinho o feijão (Luzia Mauro, entrevista em 18/05/2017).

O trabalho e o esforço de Dona Luzia não foram reconhecidos pelo marido, que entendeu como uma afronta o fato dela ter se preocupado em colher o feijão. Além de ameaças verbais sofridas por ela, o ato de queimar o produto, fruto do seu trabalho, foi uma violência simbólica. Situações que demonstram a conjuntura de dominação que muitas mulheres do campo sofrem. Outro fator marcante é o fato do filho presenciar a cena da mãe ser ameaçada e da queima do alimento sob o qual ela tanto trabalhou, conjuntura esta que revela a legitimação recebida pelos homens para subordinar as mulheres, como aponta Rosaldo:

Em todo lugar, dessas sociedades poderíamos denominar mais igualitárias aquelas nas quais a estratificação sexual é mais marcada, os homens são o foco do valor cultural. Alguma área de atividade é sempre encarada como exclusiva ou predominantemente masculina e então opressiva e provavelmente importante. Esta observação tem seu corolário no fato de que em toda parte os homens tem alguma autoridade sobre as mulheres, possuem direito legitimado culturalmente para a subordinação e confiança delas (ROSALDO, 1979, p. 37).

A violência e a submissão acompanharam a vida de Dona Luzia durante seu casamento. Ela relata ainda que mesmo trabalhando em casa e na roça não tinha liberdade para adquirir roupas ou objetos de higiene pessoal:

Uma vez eu peguei com um mascate uma calça, foi acho que a primeira, segunda calça que eu comprei. E aí nós tinha colhido um feijão e eu falei pro homem que eu ia dar um pouco de feijão pra ele pra comprar a calça, o homem chegou em casa e falou e eu tava trabalhando né, aí chegou lá e ele gritando lá, ele tem esse costume de ficar gritando com a gente, aí ficou me chamando lá e falou: “Que feijão é esse que você falou que vai dar pro Gabriel?” falou pra mim, e eu falei: “Não, é porque eu peguei uma calça dele aí” e falei pra ele que ia dar um pouco de feijão, “Você tem feijão aqui?” falou pra mim. Olha viver e trabalhar 30 anos com um homem pra levar uma dessa...” foi muito triste pra mim (Luzia Mauro, entrevista em 18/05/2017).

O patriarcado relegou aos homens o poder de decisão sobre a vida das mulheres. De acordo com Tedeschi: “O poder simbólico do patriarcalismo de dizer ou fazer crer sobre o mundo feminino teve o controle da vida social e expressou sua supremacia, estabelecendo valores e normas aos papéis sociais das mulheres” (TEDESCHI, 2016, p. 77).

A dependência financeira vivenciada nos relacionamentos, foi um instrumento alienador feminino, com o qual o homens limitavam as mulheres, obrigando-as a se manterem em situações de submissão para buscar a sobrevivência própria e conseqüentemente dos/as filhos/as. Segundo Beauvoir: “O casamento incita o homem a um imperialismo caprichoso: a tentação de dominar é a mais universal, a mais irresistível que existe” (BEAUVOIR, 2016, p. 250).

Dona Luzia, mesmo vivendo em um relacionamento abusivo, com a dominação do marido predominando cotidianamente, ela buscou com meios próprios, uma independência financeira, como nos relata:

Mas eu toda vida tinha minhas criação, tinha meus animal, galinha, porco, vaca ele acabou, vendeu minhas vacas,

mas eu tinha porco, galinha, num dependia totalmente dele, depois ultimamente que eu comecei a sair, ele não deixou mais, nem plantar milho pra minhas criação, daí eu fiquei naquilo, sem comida pra porco, sem comida para galinha, daí fui resolvendo vender, ai falei, “mas se eu vender, vou viver do que? Se eu vender fico sem nada” porque era o que eu tinha, eu me mantinha com os meus bichinhos, mas não tinha jeito. Acabei com meus porcos, tinha uma porca muito grande, que eu amava demais, quando vendi sai chorando pra não ver levar, porque era meus animais. Ai ficou só galinha, mas galinha também come, daí eu comecei a andar nos lote onde a máquina entrava pra colher, daí eu catava aqueles que a máquina não colhia, enchia as bolsas e ele nem queria ir puxar pra mim, porque tinha trator, carreta, caminhoneta e não queria me ajudar, mas eu carreguei tudinho (Luzia Mauro, entrevista em 18/05/2017).

A busca por alguma forma de geração de renda independente do marido, pode ser configurada como uma maneira de construir relações de poder dentro do relacionamento conjugal. Como destacou Foucault ao discorrer sobre as várias faces do poder:

O poder está em toda parte; não porque englobe tudo e sim porque provém de todos os lugares. [...]o poder não é uma instituição e nem uma estrutura, não é uma certa potência de que alguns sejam dotados: é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada (FOUCAULT, 1988, p. 89).

Manter uma renda extra é então uma estratégia para se manter num relacionamento abusivo. Deste modo, não se pode sustentar o pensamento de que as mulheres são eternas subordinadas, segundo Saffioti: “As mulheres lidam via de regra, muito bem com micro-poderes” (SAFFIOTI, 2004, p. 85).

Preponderantemente a dominação masculina impera, mas as mulheres criam seus lugares de poder. Tedeschi afirma: “A “naturalização” do privado, do doméstico, limitou a mulher ao lar, mas outorgou a ela uma nova forma de poder, não sobre o espaço público, mas sobre o privado” (TEDESCHI, 2016, p. 73).

O casamento de Dona Luzia durou 35 anos, durante todo esse tempo ela viveu no Paraguai, junto do marido e dos filhos/as. Não conseguindo mais suportar os maus tratos e a falta de condições básicas de sobrevivência, ela decide sair de casa para morar com uma filha:

Eu vivi e trabalhei 35 anos com ele. Ele tem maquinário, tem caminhonete e ele nunca comprou um fogão a gás pra mim cozinhar, daí eu fiquei revoltada. Porque eu não aguentava mais, onde nós morava não tinha mais lenha e eu tinha que me virar com lenha se quisesse comer. Ele tirou as roças das minhas criação, nem máquina de lavar roupas eu tinha, não deixou mais eu plantar milho pra minhas criação, ai eu decidi, não vou ficar mais aqui, ai nesse intervalo minha filha precisou de mim e eu falei ‘to indo’ mais nem que ela não tivesse ficado doente, tinha saído igual, porque eu sabia que se ficasse lá ia ficar doente. E eu sai sem nada, só com as roupas que eu tinha. Trabalhei 35 anos com ele e ele não me deu nada (Luzia Mauro, entrevista em 14/03/2018).

Com 57 anos, Dona Luzia teve a coragem de se desvincular de um relacionamento baseado em trabalho e subjugação, no qual ela e todas as suas atividades eram desvalorizadas constantemente. O não reconhecimento das atividades femininas está impregnado e naturalizado na sociedade, uma vez que, como pode-se notar no relato, ela escolheu sair da casa onde vivia, mas não teve nenhum suporte financeiro para tal, como se ali ela tivesse sido apenas uma coadjuvante do processo de construção dos bens materiais da família. Saffioti e Ferrante destacam: “Com efeito, ainda que se saiba que a

mulher desempenha papéis importantes na produção e reprodução do sistema capitalista, seu labor cotidiano era simplesmente ignorado” (SAFFIOTI; FERRANTE, 1982, p. 112).

Dona Luzia morou um tempo com a filha numa fazenda no Paraguai e decidiu mudar-se para o Assentamento Itamarati, localizado no município de Ponta Porã – MS⁵, com o intuito de trazer os netos para que pudessem ter acesso à escola, a princípio, residiram com uma irmã dela, mas por problemas familiares ela mudou-se para um sítio onde atualmente reside como empregada doméstica, e depois de uma vida de luta e sofrimento na atualidade ela afirma:

Agora eu levanto cedo trato as galinhas, tomo meu mate, fico na minha cozinha, vou na da minha patroa, se tiver louça suja eu já lavo e assim, no dia de lavar roupas eu lavo tudo, eu tenho que manter a casa limpa, se eles saem é a mesma coisa que eu esteja na minha casa. Graças a Deus, me sinto feliz, não é tudo como a gente quer. Hoje em dia além do meu salário o meu genro e minha filha me ajudam com dinheiro pra eu poder cuidar das crianças, inclusive hoje eu tenho tudo dentro de casa, quando eu vim de lá meu genro já me deu máquina de lavar, centrifuga, fogão, agora eu tenho um fogão a gás novinho, até liquidificador, então tenho de tudo, antigamente eu vivi 35 anos com um homem que não me deu nada, trabalhando pra ele, cuidando dos filhos dele e ele não me deu nada e agora eu não tenho do que reclamar (Luzia Mauro, entrevista em 14/03/2018).

A história de superação e coragem de Dona Luzia é comovente, uma vez que, mesmo estando numa idade avançada, não teve medo de sair de um relacionamento abusivo e recomeçar a vida. Saiu do

⁵ Para mais informações sobre o Assentamento Itamarati indico a seguinte leitura: TERRA, Ademir. *Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. Presidente Prudente 2009. Tese doutorado – Universidade Estadual Paulista – Faculdade de ciências e tecnologia.

casamento sem nenhum bem material como suporte, mas encontrou no cuidado com os netos e no trabalho como empregada doméstica a chance de ser independente e livre. Nesse sentido nota-se as expressões do empoderamento na sua narrativa, quando ela pontua sobre os eletrodomésticos e também a relação de exploração que viveu com o ex-marido por 35 anos. De acordo com Deere e León:

O empoderamento não é um processo linear com um começo bem definido e com um final que seja o mesmo para todas as mulheres; é moldado para cada indivíduo ou grupo através de suas vidas, seus contextos e sua história, assim como ocorre de acordo com a posição de subordinação nos níveis pessoal, familiar, comunitário e nos níveis mais elevados (DEERE ; LEÓN, 2002, p. 55).

A história de Dona Luzia, pode representar muitas mulheres, que por culturas tradicionais postulados historicamente, se mantêm ou se mantiveram em relacionamentos abusivos, nos quais foram subjugadas, para poderem cuidar dos filhos ou em nome da “moral e dos bons costumes”.

Evidencia-se também que Dona Luzia participou de um processo migratório, do Brasil para o Paraguai e posteriormente do Paraguai para o Brasil, de tal modo como um número incontável de outras mulheres, mas suas histórias por muito tempo não foram reconhecidas ou descritas. Como destaca Perrot ao escrever sobre o feminino: “Em muitas sociedades, a invisibilidade e o silêncio das mulheres fazem parte da ordem das coisas” (PERROT, 2017, p. 17).

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE, José Lindomar C. *Dinâmica de fronteira: os brasiguaios na fronteira entre o Brasil e o Paraguai*. São Paulo: Annablume, 2010.

BATISTA, Luiz Carlos. *Brasiguaios na fronteira: caminhos e lutas pela liberdade e pela resistência camponesa*. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

- BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: a experiência vivida*, v. 2. 3. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.
- COLLING, Ana M. *Tempos diferentes, discursos iguais, a construção histórica do corpo feminino*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.
- DEERE Carmen Diana; LEÓN Magdalena. *O empoderamento da mulher: direitos a terra e direito a propriedade na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- KLAUCK, Roberto Carlos. A Luta dos Brasiguaios pelo Acesso a Terra no Paraguai (1970-1980). In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 5., 2011, [S.l.]. *Anais [...]*. [S.l.], 2011.
- OLIVEIRA, Eliene Dias de. *À Procura de um Norte: Migração Memória de Nordestinos (Coxim-MT/MS 1958-1996)*. Campo Grande, MS: Life Editora, 2016.
- PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2017.
- ROSALDO, Michele Zimbalist. A mulher, a cultura e a sociedade: uma revisão teórica. In: ROSALDO, Michele Zimbalist; LAMPERE, Louise (coord). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- ROSALDO, Michele Zimbalist, LAMPERE, Louise. Introdução. In: ROSALDO, Michele Zimbalist; LAMPERE, Louise (coord). *A mulher, a cultura e a sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani; FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. Famílias rurais no estado de São Paulo: algumas dimensões da vida feminina. In: BRUSCHINI, Maria Cristina A. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 111-133.
- SCOTT, Joan Wallach. *Gênero e história*. México: FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008.
- SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. *Métis: História & Cultura, Caxias do Sul*, v. 6, n. 12, 2007.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *As mulheres e a história: uma introdução teórico metodológica*. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. *História de mulheres que lutam: a construção do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais no Noroeste do Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- TEDESCHI, Losandro Antonio. Por uma história menor – uma análise deleuziana sobre a história das mulheres. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, v. 26, n.1, jan./abr. 2018.

TERRA, Ademir. *Reforma agrária por conveniência e/ou por pressão? Assentamento Itamarati em Ponta Porã – MS: “o pivô da questão”*. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de ciências e tecnologia. Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2009.

Fontes orais

ENTREVISTA. Luzia Mauro (Áudio –mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 18/05/2017. 55 min. (aprox.), som.

ENTREVISTA. Luzia Mauro (Áudio –mp3). Produção: Elisandra Tomascheski. Ponta Porã. 14/03/2018. 34 min. (aprox.), som.

Dora: uma guerreira nas ruas de Salvador

Rafaela Elaine Barbosa*

Resumo: Este artigo traz uma análise literária da personagem Dora, do livro *Capitães da areia*, escrito por Jorge Amado em 1937. Busca-se, a partir dos Estudos Feministas e de Gênero, propor um entendimento para o papel de Dora na narrativa dos meninos do trapiche da Cidade Baixa de Salvador. Este texto faz parte de uma análise maior que compõe a tese de doutoramento da autora deste artigo e que contém outras personagens femininas. A pesquisa traz personagens em diferentes faixas etárias e nesse contexto, Dora representa a personagem feminina infantil, como a menina é afetada na infância pelo “tornar-se mulher” e o que acontece com uma garota que transgredir e luta contra o sistema. Assim, a partir dos pensamentos de Antônio Candido, Judith Butler, Stuart Hall, Mary Del Priore, Teresa de Lauretis, bell hooks, entre outros, repensou-se os papéis de Dora na história e como ela contribui com estereótipos tristes sobre o que se convencionou como ‘feminino’, ao mesmo tempo que rompe com eles.

Palavras-chave: Dora, feminino, criança, literatura.

Resumen: Este artículo trae un análisis literaria del personaje Dora, del libro *Capitanes de la arena*, escrito por Jorge Amado en 1937. Se busca, a partir de los Estudios Feministas y de Género, proponer un entendimiento para el papel de Dora en la narrativa de los niños del trapiche de la Ciudad Baja de Salvador. Este texto forma parte de un análisis mayor que compone la tesis de doctorado de la autora de este artículo y que contiene otros personajes femeninos. La investigación trae personajes en diferentes grupos de edad y en ese contexto, Dora representa el personaje femenino infantil, como la niña es afectada en la infancia por el “convertirse en mujer” y lo que sucede con una chica que transgrede y lucha contra el sistema. Así, a partir de los pensamientos de Antônio Candido, Judith Butler, Stuart Hall, Mary Del Priore, Teresa de Lauretis, entre otros, se repensó los papeles de Dora en la

* Graduada em Letras/Literatura pela Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP). Mestre em Engenharia e Gestão do Conhecimento pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutoranda em Literatura também pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail para contato: rafa.cistia@gmail.com.

historia y cómo ella contribuye con estereotipos tristes sobre lo que si ha convenido como “femenina”, al mismo tiempo que rompe con ellos.

Palabras claves: Dora, femenino, niña, literatura.

Capitães da areia foi publicado em 1937. No mesmo ano chegou a ser proibido pelo Estado Novo e teve alguns exemplares queimados em praça pública por ser considerado subversivo e julgado enquanto propaganda comunista, não só pela mensagem de meninos abandonados que se punham a contestar e a lutar por seus espaços no final da narrativa, mas também pelo envolvimento do escritor Jorge Amado com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) à época.

Esse período é marcado por profunda ebulição no cenário político: a Revolução de 30 e conseqüentemente a chegada Getúlio Vargas ao poder, o surgimento de organizações como Aliança Nacional Libertadora (ANL) e Ação Integralista Brasileira (AIB), além de uma crise econômica ocasionada, entre outros fatores, pelo *crack* da Bolsa de Nova York, em 1929. Devido a essa conjuntura complexa, nossa literatura se volta ainda mais à política e suas conseqüências, a formação de nossa população e suas mazelas e seus trunfos. (LAFETÁ, 2000).

Diferente do otimismo anárquico modernista dos anos 20, que almejava “descolonizar” a cultura brasileira e construir uma identidade nacional por meio da antropofagia – o “carnibalismo” da arte estrangeira –, “os romancistas de 30”, preocupados com a transformação da realidade brasileira, descortinaram a “consciência do subdesenvolvimento.” (GONZAGA, 1997, p. 210).

Antônio Candido afirma que este período representou uma “harmoniosa convivência e troca de serviços entre literatura e estudos sociais” (2006, p. 142)

A destruição dos tabus formais, a libertação do idioma literário, a paixão pelo dado folclórico, a busca do espírito

popular, a irreverência como atitude: eis algumas contribuições do Modernismo que permitiriam a expressão simultânea da literatura interessada, do ensaio histórico-social, da poesia libertada. (CANDIDO, 2006, p. 142- 143).

E assim é a narrativa de *Capitães da areia*. Uma história de abandono e de tristezas, mas nem por isso menos esperançosa, visto que suas personagens buscam lutar e modificar a realidade em que vivem no decorrer da história. Tornam-se agentes sociais. Jorge Amado, que havia se formado em Direito, no Rio de Janeiro, e trabalhado como jornalista em uma editoria policial, inicia sua carreira fazendo uma ficção encaminhada para o “realismo bruto” (BOSI, 1996, p. 433). *Capitães da areia* é muitas vezes classificado como “romance proletário”, que relata as dificuldades dos trabalhadores e marginais que, conscientes das suas condições miseráveis, passam a agir politicamente. Há a denúncia da linha intransponível entre os desfavorecidos e a burguesia.

Silva e Pedrosa (2017) fazem uma análise da obra, partindo da perspectiva dos menores abandonados. Pois, falar de *Capitães da Areia* é falar, sobretudo, de abandono. De crianças que estão à deriva não só pela ausência de suas famílias, mas também pela ausência do Estado. E assim, elas precisam se adaptar e buscar formas de sobrevivência.

O livro conta a história de um grupo de meninos abandonados, que são conhecidos como os capitães da areia. Esse grupo de crianças a maioria órfãos de pai e mãe, veem na rua a única forma de sobrevivência. O enredo conta com vários personagens e cada um deles tem uma história distinta, trazem consigo dores, tristezas, aflições, sonhos e fé. São discriminados pela sociedade da época que os enxergavam como delinquentes, já que, para sobreviverem cometem pequenos furtos, assim a sociedade não os viam como menores abandonados. (SILVA; PEDROSA, 2017, p. 272).

Aqui, cabe destacar a busca da sociedade, utilizando-se das mãos do Estado, para justificar o descarte e a perseguição a esses menores no decorrer da história, afinal, durante toda a trajetória dos capitães da areia, a polícia e a possibilidade de serem mandados para reformatórios são o verdadeiro pavor dos meninos. São vistos como o perigo, os transgressores, aqueles em que não se pode confiar. Perigosos por alimentar no meio social a possibilidade de uma ingerência infinita sobre os comportamentos. Representam um risco à sociedade por dar forma e subsídio a uma conduta desregrada, alheia à norma, esquiva aos dispositivos do poder. (BARROS, 2018).

Na obra *Capitães da Areia*, existem dois momentos marcantes que ilustram bem essa situação, de não existir uma agilidade por parte do Estado em devolver, de alguma maneira, a dignidade dessas crianças abandonadas. A primeira delas é quando um dos meninos tira sua própria vida fugindo da polícia e, assim, colocando um fim ao seu sofrimento. Outro momento impactante, é quando um deles vai parar em um júri e em momento algum, demonstra arrependimento pelos crimes cometidos. (SILVA ; PEDROSA, 2017, p, 285).

Capitães da areia traz outras personagens femininas, mas Dora ocupa um papel principal na trama. Rojas (2017), em seu trabalho *Los espacios que habitan las mujeres em Capitães da areia de Jorge Amado*, elabora uma eloquente análise sobre os espaços que são destinados às mulheres nesta obra, espaços bastante delimitados por sinal.

A primeira vista, podemos entender que [as mulheres] estão incluídas na história contada, mas essa inclusão tem limites claramente identificáveis. É por isso que será de grande importância estudar os espaços que as mulheres habitam no romance, os papéis que eles assumem e as ações que eles lideram. É assim que teremos mulheres que aparecem em algum lugar neste romance de Jorge Amado sexualizado ao olhos dos homens, para quem a dominação dos corpos femi-

ninos será um meio de criar um discurso de masculinidade, que permite competir entre aqueles que compõem os Capitães da Areia. Haverá mulheres que podem permita-se ter um desejo sexual que, como veremos mais adiante, eles têm em comum um espaço físico e material que lhes pertence. Por outro lado, haverá outras mulheres que parecem levar o poder, mas isso é limitado a decisões domésticas, espaço restrito em que eles governam. Haverá também mulheres que carregam um discurso religioso, o que é justificado nas tradições de origem africana, que fornecem uma visão particular das formas das relações entre divindade e crença. Finalmente, há a personagem de Dora, a única menina que se torna parte dos Capitães da Areia, assumindo diferentes papéis comumente associados com as mulheres e sendo ser capaz de fazer parte do grupo. (ROJAS, 2017, p. 151).

Dora vive em Salvador, durante a década de 30. Tem de treze a quatorze anos. É loira, de olhos claros, herdados do avô italiano. Perdeu o pai, Estevão, com varíola. A mãe, Margarida, também foi acometida pela doença, mas como mulher forte que era, resistiu, não contou a ninguém e conseguiu melhorar. Dora também tem um irmão, Zé Fuinha, de seis anos de idade. No entanto, a mãe não ficou completamente boa, e quando a varíola voltou, voltou mais forte e Margarida morreu.

Omolu mandou a bexiga negra para a cidade. Mas lá em cima os homens ricos se vacinaram, e Omolu era uma deusa das florestas da África, não sabia desta coisa de vacina. E a varíola desceu para a cidade dos pobres e botou gente doente, botou negro cheio de chaga em cima de cama. Então vinham os homens da Saúde Pública, metiam os doentes num saco, levavam para o lazareto distante. As mulheres ficavam chorando, porque sabiam que eles nunca mais voltariam; Omolu tinha mandado a bexiga negra para a cidade alta, para a cidade dos ricos. Omolu não sabia da

vacina. Omolu era uma deusa das florestas da África, que podia saber das vacinas e coisas científicas? (AMADO, 2008, p.123).

Para Sousa (2011), a varíola na literatura está associada a um ataque à vaidade, tendo como alvo, personagens com vida desregrada.

Em Jorge Amado, está presente na cultura das classes pobres, notadamente afrodescendentes baianos. Ela atormenta os personagens de Tereza Batista cansada de guerra e Capitães da areia, em que Omolu exerce seu poder de propagar a enfermidade para se vingar dos ricos. (SOUSA, 2011, p.242).

Com a chegada da epidemia de varíola, temos clara a presença do conceito de biopoder (FOUCAULT, 1995). Vale lembrar que, para Foucault, poder não é uma força única exercida por um soberano sobre os demais. O poder se constitui de relações estratégicas que variam em níveis e pontos diferentes da sociedade. E são formados de micropoderes, que existem integrados ou não ao Estado (MACHADO, 1993).

Assim, para Foucault (1995), poder...

... é um conjunto de ações sobre ações possíveis, ele opera sobre o campo de possibilidade onde se inscreve o comportamento dos sujeitos ativos; ele incita, induz, desvia, facilita ou torna mais difícil, amplia ou limita, torna mais ou menos provável; no limite ele coage ou impede absolutamente, mas é sempre uma maneira de agir sobre um ou vários sujeitos ativos. (FOUCAULT, 1995, p. 243).

E o biopoder pode se aplicar de dois modos: o disciplinar e o de controle. O poder disciplinar tem por função reger e treinar os corpos para uma ação regrada, condicionada. Essa tecnologia da disciplina se desenvolveu por uma rede de instituições como o exército, hospitais, igrejas, oficinas de trabalho, escolas (PELLIZARO,

2013, p. 159). Já o poder de controle, chamado de biopolítica, é uma técnica de poder que se desenvolveu a partir dos mecanismos da macroesfera do Estado e está ligada ao controle dos processos vitais da espécie humana, à vida biológica do ser humano. Ela atua sobre os processos vitais, tais como nascimento, doenças, morte, produção etc. (PELLIZARO, 2013, p. 161).

No caso da epidemia de varíola, na história de *Capitães da areia*, os marginalizados e mais pobres são os que acabam sofrendo as consequências. Menos nutridos, e sem acesso a vacinas, tratamento e hospitais, para esses resta-lhes o saco preto, apesar da intenção de Omolu de vingar-se dos vaidosos que para isso, exploram os pequeninos. Por fim, a varíola também atinge aos capitães da areia e o que pode parecer falta de compaixão das personagens ao expulsar o membro doente, é na verdade, a busca pela sobrevivência.

[...] Depois, Sem-Pernas falou para todos, apontando Almiro com o dedo: - Ninguém aqui vai ficar bexiguento só por causa desse fresco. Todos o olhavam, esperando o que ele diria. Almiro soluçava, as mãos no rosto, encolhido na parede. Sem-Pernas falava: - Ele vai sair daqui agorinha mesmo. Vai se meter em qualquer canto da rua até que os mata-cachorros da saúde pegue ele e leve pro lazareto. (AMADO, 2008, p.124).

Podemos dizer que com a morte da mãe e as transformações que se seguiram na vida de Dora, vemos o início de sua jornada do herói, ou melhor, da heroína. O chamado para a sua aventura que mudará a sua vida drasticamente. Órfã de mãe e pai, coube à Dora a responsabilidade de sobreviver sozinha e de cuidar do irmão mais novo. Deixa o morro onde moravam e vai atrás da senhora para a qual mãe trabalhava. Com pouco dinheiro que a ex-patroa da mãe lhe dá ao dispensar-lhe, o destino reserva, a ela e ao irmão, um encontro com os capitães da areia.

Segundo Pearson (1992), a orfandade também é tema comum aos heróis e heroínas. Assim como nos contos de fadas. Na tradição judaico-cristã Moisés é criado longe dos seus devido a uma perseguição aos judeus. Na história da fundação de Roma, Rômulo e Remo são criados por uma loba. Branca de Neve é órfã. Assim como Cinderella. Homem-aranha e Harry Potter são criados pelos tios. Outro exemplo clássico da literatura são os personagens de Charles Dickens, como Oliver Twist e David Copperfield. A orfandade ou o abandono parental são feridas presentes e latentes na vida de muitos heróis e heroínas.

Weschenfelder, Fradlin e Yunes (2017) trazem em seu artigo *Super-heróis como Recursos para Promoção de Resiliência em Crianças e Adolescentes*, um comparativo sobre o quanto os heróis, nesse caso, os heróis modernos das HQs da *Marvel Comics* e da *DC Comics* possuem como características quase que unânimes a orfandade ou o abandono, embora essas sejam características já utilizadas pelas narrativas há muito tempo. O uso constante dessa característica nas personagens com o papel de herói nessas histórias pode ser uma consequência da presença forte de um discurso meritocrático e neoliberal, em que com boa vontade e esforço é possível vencer as adversidades.

E após dividir um pedaço de pão com os meninos João Grande e Professor, Dora e seu irmão seguem com eles para o trapiche. Lá, ela se vê encurralada por ser uma menina, numa situação muito perigosa, pois alguns dos meninos insinuem que ela deva ser estuprada por todos. Depois da intervenção de Pedro Bala, o chefe do bando, que surge como seu mentor e protetor em sua jornada, Dora é aceita no grupo dos meninos e passa a fazer parte dos capitães da areia.

Segundo MacDonald (2014), o medo de estupro e de outras agressões é um dos fatores que leva as mulheres e meninas em situação de rua a estabelecer laços de amizade com elementos masculinos. Assim, mulheres desenvolvem estratégias de autoproteção, como

dormir em grupo e até portar armas, como facas, estiletes. (MACDONALD, 2014). No entanto, Dora, ao usar desse recurso acaba por se por colocar em risco e graças a Pedro Bala consegue alcançar seu objetivo, de proteção para si e para seu irmão.

No entanto, por ser uma menina, ainda é vista como fonte de pecado por um dos meninos, Pirulito:

Pirulito a viu chegar com desconfiança. Para ele, Dora era a fonte do pecado. [...] Mas os pequenos seios que nasciam se empinavam dentro do vestido, o pedaço da coxa que aparecia era branco e redondo. [...] E procurava rezar em voz baixa, quando Dora se aproximava. (AMADO, 2008, p. 184).

Essas ideias do menino Pirulito mostram-se como vestígios do Brasil colônia, consequentemente vindos da Europa e que, por sua vez, são oriundos da Idade Média, nos quais o corpo da mulher era considerado uma obra de Satã e estava permeado pelo mal (DEL PRIORE, 1997). Como não se conhecia o funcionamento do corpo da mulher, e a medicina não era muito avançada, pensava-se que o mesmo era a personificação do pecado. Com relação à questão carnal, há de se ressaltar que, segundo Figueiredo (1997), o ato sexual, praticado com lascívia, com desejo, era símbolo da luxúria e rompia com a domesticação e a dominação dos corpos femininos imposta às mulheres nas culturas judaico-cristã.

Há ainda o fator de a religiosidade cristã ser algo bastante presente em Salvador, visto que por ter sido a primeira capital do Brasil, foi onde a Igreja Católica iniciou a concretização de seu domínio na América portuguesa. E não somente a religião cristã faz parte de *Capitães da areia*, muitas vezes personificada na figura do Padre José Pedro, mas também o candomblé, presente entre outras referências, como na de Omolu que manda variola para castigar os ricos de Salvador e também na figura da mãe-de-santo Don' Aninha, amiga dos meninos.

Após ser aceita no bando, o primeiro papel que Dora assume é conhecido do universo feminino e parece um destino comum a todas as fêmeas: o de mãe. Dora passa a cozinhar, a cuidar, a costurar e a fazer outros serviços que denotam cuidado com os demais membros do bando. Tanto que é esta a alcunha que ela recebe: mãezinha.

[...] A mão dela (unhas maltratadas e sujas, roídas a dente) não queria excitar, nem arrepiar. Passava como a mão de uma mãe que remendava camisas do filho. A mãe do Gato morrera cedo. Era uma mulher frágil e bonita. Também tinha as mãos maltratadas, que esposa de operário não tem manicura. E era dela também aquele gesto de remendar as camisas de Gato, mesmo nas costas de Gato. A mão de Dora o toca de novo. Agora a sensação é diferente. Não é mais um arrepio de desejo. É aquela sensação de carinho bom, de segurança, que lhe dava as mãos de sua mãe. Dora está por detrás dele, ele não vê. Imagina então que é sua mãe que voltou. Gato está pequenino de novo, vestido com um camisolão de bulgariana e nas brincadeiras pelas ladeiras do morro o rompe todo. E sua mãe vem, faz com que ele se sente na sua frente e suas mãos ágeis manejam a agulha, de quando em vez o tocam e lhe dão aquela sensação de felicidade absoluta. (AMADO, 2008, p. 175).

A maternidade compulsória imposta às mulheres e às personagens femininas também atinge Dora. Por ser menina, é esperado que saiba cuidar dos demais. Aliás, é esse o seu argumento ao pedir para ficar no bando. “Eu sei cozinhar, coser, lavar roupa...” (AMADO, 2008, p. 171) Trabalhos domésticos direcionados às mulheres, comumente relegados às mães. Em seu livro *A mãe de todas as perguntas* (2017), Rebecca Solnit deixa claro seu incômodo com a pergunta que sempre lhe era feita: “Quando você será mãe?” Ela relata o mesmo desconforto sentido por Virgínia Woolf, também constantemente questionada sobre maternidade.

A historiadora Mary Del Priore (2009) destaca em seus estudos o papel da Igreja Católica na imposição da maternidade, sobretudo num contexto de colonização, visto que, ser mãe, além de impor controle dos corpos femininos, também garantiria mais ‘moradores’ para a colônia e mais fiéis para a Igreja.

Nem maternidades ideais, nem a Terra de Santa Cruz o paraíso terreal; o que se assistiu, ao longo dos primeiros séculos de colonização, foi a obstinada imposição, por parte da Igreja, da instituição do matrimônio, através do adestramento crescente de tantas mulheres na figura da mãe. Mãe esta que não devia colocar seu ventre a serviço de muitos homens, nem confundir a prole legítima com os bastardos de seu marido; devia, sim, conformar-se com o desejo que tinham a Igreja e o Estado para o seu corpo, fugindo da tradição de amasiamento legada pelas relações entre brancos e índias, bem como da tradição do concubinato, trazida pelos portugueses e amplamente difundida entre as classes subalternas. (DEL PRIORE, 2009, p. 93).

Aos poucos, Dora vai conquistando seu espaço como um verdadeiro membro do grupo. “Como o vestido dificultava seus movimentos e com ela queria ser totalmente um dos Capitães da Areia, o trocou por uma das calças [...]” (AMADO, 2008, p. 188). Neste momento, temos o início da introdução das características masculinas, sempre solicitadas às heroínas. Como se para ser heroína, salvadora de si mesma e dos outros, fosse necessário dominar ou adormecer a sua performatividade feminina.

A jornada do herói é uma busca pela essência [de si mesmo] e é baseada em mitologia e contos de fadas do mundo todo. Esse propósito, no entanto, não contempla a jornada arquetípica da heroína. Para as mulheres contemporâneas, isso inclui a cura de uma fera do feminino que existe dentro dela e na sociedade. [...] A heroína deve

se tornar uma guerreira espiritual. Isso demanda que ela aprenda a delicada arte do equilíbrio e tenha paciência para a integração lenta e sutil dos aspectos femininos e masculinos de sua natureza. Primeiro, ela está ávida por perder seu lado feminino e se unir ao masculino, e uma vez que consegue isso, percebe que não é a resposta nem o objetivo. (MURDOCK, 1990, p. 165).

Cabe lembrar que Dora está passando pela puberdade, ou seja, o período em que as características de fêmea começam a aflorar em corpo, “os seios já haviam começado a surgir sob o vestido.” (AMADO, 2008, p.162). E, então, ao mesmo tempo em que tem que conviver com o despertar das características e sensações, tanto as que ela sente, como as sensações que provoca nos meninos.

Boa-Vida riu um riso largo. Empinou o corpo:

– É um peixão...

Sem-Pernas riu seu riso burlão, apontou os outros:

– Tá tudo como urubu em cima da carniça...

Dora se chegou para junto de Zé Fuinha, que acordara e tremia de medo. Uma voz disse entre os meninos:

– Professor, tu tá pensando que a comida é só pra tu e pra João Grande? Deixa pra nós também...

Outro gritou:

– Já tou com o ferro em brasa...

Muitos riram. Um se adiantou, mostrou o sexo a João Grande – Vê como a bichinha está, Grande. Doidinha... (AMADO, 2008, p. 164).

Dora precisa anulá-las ou ao menos, esquecê-las, para que alcance seu lugar como um capitão da areia. Melhor, Dora precisa fazer com os meninos ‘esqueçam’ que ela é uma menina, se transfor-

mando em mulher, para que ela possa conquistar o lugar almejado no bando.

No começo, enfrentou resistência dos meninos, dizendo que ela havia endoidado. Além da imposição do papel de mãe, já instaurado e bastante cômodo para os meninos, ao dizer que ela não deveria ir praticar roubos como eles, eles também tinham medo de que ela, caso apreendida pela polícia, fosse parar num orfanato. Enfim, após os sucessos nos primeiros furtos, Dora conquista a confiança dos meninos: “É valente como um homem...” (AMADO, 2008, p. 189). E passa a ser vista como irmã dos garotos.

Rojas (2017) a partir de Gómez (1998) e Rossi (2004) traz reflexões fundamentais sobre esse travestimento de Dora, o quanto ele acaba por esconder sua sexualidade feminina e corroborar a invisibilização feminina para a ascendência de uma visibilidade masculinizada na jornada da heroína.

“Dora integra-se definitivamente ao grupo quando troca ou vestido por uma calça e passa para participar de atividades dos meninos, roubando e brigando” (GÓMEZ, 1998, p. 32), também “é interessante notar como essa decisão de Dora é marcada pela inversão de seu vestuário” (ROSSI, 2004, p. 192). Ambas as citações referem-se à mesma cena e leem com otimismo o momento em que Dora muda de roupa para fazer parte do grupo. Essa leitura parece incompleta para mim, porque a integração em troca esconder algumas das suas diferenças, neste caso, os trajes, seriam uma meia incorporação e até uma forma de invisibilidade. É pelo menos uma situação curiosa, porque essa Dora travesti para ser capaz de integrar é, em certa medida, uma maneira de negar suas diferenças como uma menina. Este gesto de silenciar o feminino tem uma justificativa prática, porque ela para de aparecer uma mulher sexualmente desejável. Lembre-se que após a sua chegada ao grupo, sua presença

foi apresentada como um ponto de conflito entre os meninos que queriam possuí-la. Em resumo, as crianças não resolvem nessa ocasião o tabu do corpo feminino sexualizado, eles só escondem e integram Dora. (ROJAS, 2017, p. 164).

Sendo assim, podemos evidenciar mais uma identidade de Dora, aqui abordando o conceito de identidade trazido por Stuart Hall (2006):

a identidade do sujeito pós-moderno, que não tem uma identidade fixa, essencial ou permanente, mas formada e transformada continuamente, sofrendo a influência das formas como é representado ou interpretado nos e pelos diferentes sistemas culturais de que toma parte. A visão de sujeito assume contornos históricos e não biológicos, e o sujeito adere a identidades diversas em diferentes contextos, que são, via de regra, contraditórias, impulsionando suas ações em inúmeras direções, de modo que suas identificações são continuamente deslocadas. Frente a multiplicidade de significações e representações sobre o que é o homem na pós-modernidade, o sujeito se confronta com inúmeras e cambiantes identidades, possíveis de se identificar, mas sempre de forma temporária. Logo, o sujeito pós-moderno se caracteriza pela mudança, pela diferença, pela instância, e as identidades permanecem abertas. Apesar desta visão de sujeito soar como perturbadora, visto seu caráter de incerteza e imprevisibilidade resultante do deslocamento constante, segundo Hall (2006), ela tem características positivas, pois se, de um lado, desestabiliza identidades estáveis do passado, de outro, abre-se a possibilidade de desenvolvimento de novos sujeitos. (FARIA e SOUZA, 2006, p. 38).

Ou, seria uma performance, de acordo com Butler (2003), que Dora precisa executar escondendo seu gênero feminino para realmente fazer parte dos capitães da areia? Butler afirma que o gênero é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras

da coerência de gênero” (BUTLER, 2003, p. 48), ou seja, a identidade de gênero é performativamente constituída.

Se a verdade interna do gênero é uma fabricação, e se o gênero verdadeiro é uma fantasia instituída e inscrita sobre a superfície dos corpos, então parece que os gêneros não podem ser nem verdadeiros nem falsos, mas somente produzidos como efeitos de verdade de um discurso sobre a identidade primária e estável. [...] o gênero não deve ser construído como uma identidade estável ou um locus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanentemente marcado pelo gênero. (BUTLER, 2003, p. 195-200).

Corroborando Hall e Butler, podemos dizer que se trata de uma identidade que contém a performance com os elementos masculinizados utilizados por Dora para ocultar tantas suas características biologicamente femininas como a sua performatividade feminina. No entanto, essas mesmas características femininas que Dora esconde ao se camuflar entre os meninos do bando são destacadas e exaltadas em outros momentos da obra. Como no momento de sua descrição, deixa-se bem óbvio que Dora é branca, de olhos claros, ou seja, destaca-se entre a maior parte da população de Salvador. Assim como Dora seria uma menina mais recatada, ‘diferente’ das demais meninas que convivem com o bando dos capitães. “O rapaz não despregava os olhos dos seios de Dora. Era bonita a menina, de olhos grandes, cabelo muito loiro, neta de italiano com mulata. [...] não ria como as negrinhas do areal, um riso insolente de convite [...]” (AMADO, 2008, p. 166 e 184).

Proença Filho (2004), em seu texto *A trajetória do negro na literatura brasileira*, traz alguns exemplos desse erotismo destinado aos negros, destacando o papel de Jorge Amado nas representações do negro na literatura brasileira.

O negro ou o mestiço de negro erotizado, sensualíssimo, objeto sexual, é uma presença que vem desde a Rita Baiana, do citado *O cortiço*, e mesmo do mulato Firmo, do mesmo romance, passa pelos poemas de Jorge de Lima, como “Nega Fulô”, suaviza-se nos Poemas da negra (1929), de Mário de Andrade e ganha especial destaque na configuração das mulatas de Jorge Amado. A propósito, a ficção do excepcional romancista baiano contribui fortemente para a visão simpática e valorizadora de inúmeros traços da presença das manifestações ligadas ao negro na cultura brasileira, embora não consiga escapar das armadilhas do estereótipo. Basta recordar o caso do ingênuo e simples Jubiabá, do romance do mesmo nome, lançado em 1955, e da infantilizada e instintiva Gabriela, de Gabriela, cravo e canela (1958), para só citar dois exemplos. A seu favor, o fato de que, na esteira da tradição do romance realista do século passado no país, a maioria de suas estórias inserem-se no espaço da literatura-espelho e, no caso, refletem muito do comportamento brasileiro em relação às mulheres que privilegia. (PROENÇA FILHO, 2004, p. 166)

Estereótipo bastante fundamentado também na obra *Casa-grande e senzala* (2003), de Gilberto Freyre que cunhou esse e outros mitos da suposta democracia racial brasileira. Mulheres que, na condição de servas, ficaram associadas à sexualidade exacerbada e acabavam sendo usadas pelos homens ricos também como escravas sexuais.

Da escrava ou sinhama que nos embalou. Que nos deu de mamar. Que nos deu de comer, ela própria amolengando na mão o bolão de comida. Da negra velha que nos contou as primeiras histórias de bicho e de mal-assombrado. Da

mulata que nos tirou o primeiro bicho-de-pé de uma coceira tão boba. Da que nos iniciou no amor físico e nos transmitiu, ao ranger da cama-de-vento, a primeira sensação completa de homem. (FREYRE, 2003, p. 238).

Bell Hooks (1995) alerta para o uso de justificativas colonialistas de controle do corpo da mulher negra. Justificativas, muito vezes, mais uma vez ligadas à influência judaico-cristã que também tendia a associar o bem, a moral à cor branca, cor da pele da maioria dos europeus, e à pele escura associar ao mal, à depravação, cor da pele vinculada a africanos e também a povos árabes. Barreto (2008) acrescenta outro fator que corroborou para a perpetuação dessas associações são as teorias racistas que surgem no século XIX que atribuem comportamentos e características morais a determinadas etnias.

A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as “mulheres desregradas” deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve de produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado. Essas representações incutiram na consciência de todos a ideia de que as negras eram só corpo, sem mente. (Hooks, 1995, p. 469).

Werneck (2007) corrobora Bell Hooks ao afirmar que essas mulheres que são só corpos possuem estereotipações em todas as partes do mundo e não são consideradas sujeitos políticos.

Ao estudarmos as mulheres negras (...) é importante considerar que se trata de um contingente invisibilizado ou cercado por estereótipos em todas as regiões do mundo, e não apenas no Brasil. Esta representação insuficiente ou desfavorável se dá a partir dos interesses e necessidades

envolvidos nas disputas de poder entre diferentes segmentos sociais, onde têm primazia a população branca e o sexo masculino (WERNECK, 2007, p. 2).

Lima (2013) afirma que o estereótipo utilizado por Amado (2008) para diferenciar Dora das demais negrinhas do areal é o mais aclamado, não só na televisão como na música e em outras expressões artísticas brasileiras: o da negra sensual e com outros atributos ligados ao corpo.

Em *Capitães da areia*, Pedro Bala, par romântico de Dora, passa a vê-la de outra maneira, diferente das meninas de pele escura com quem se relacionava, somente sexualmente. Para Pedro Bala, Dora reserva respeito e carinho, o que contrasta com a maneira em que Pedro Bala estava acostumado a tratar meninas.

Noiva. Antes de aparecer, nunca pensaria nessa palavra: noiva. Gostava de demolir negrinhas sem areal. De encostar peito com peito, cabeça com cabeça, pernas com pernas, sexo com sexo. Mas eu nunca vou pensar em deitar na areia ao lado de uma menina, menina como ele e conversa de coisas tolas e fugir como outros meninos, sem derrubar para fazer ou amar. Ele nunca tivera uma ideia perfeita do amor. Que era ele, senão uma criança abandonada nas ruas, que pela força e agilidade e coragem conseguira chefiar o grupo mais valente de meninos abandonados, os Capitães da Areia? Que podia saber de amor? Sempre pensara que o amor fosse o momento gostoso em que uma negrinha ou uma mulata gemia sob seu corpo no areal do cais. Isto cedo aprendeu, quando não tinha ainda 13 anos. Isto sabiam todos os Capitães da Areia, mesmo os mais pequenos, aqueles que ainda não tinham forças para derrubar uma cabrocha. Mas já o sabiam, e pensavam com alegria no dia em que o fariam. Os membros e a cabeça de Pedro Bala doem. Tem sede, ainda não bebeu nem comeu neste dia. Com Dora

foi diferente. Logo que ela chegou, tanto ele como todos os que estavam no trapiche pensaram em a derrubar, em a possuir, em praticar com ela, que era bonita, o único amor de que tinham notícia. Mas como era apenas uma menina, eles a tinham respeitado. Depois ela foi como uma mãe para todos. E como uma irmã também, João Grande dizia certo. Mas para ele desde o primeiro momento fora diferente. Fora também uma companheira de brincudedos como para os demais, irmã querida. Mas fora também uma alegria diversa da que dá uma irmã. Noiva. Gostaria, sim. Mesmo quando quer negar a si próprio não pode. É verdade que nada faz para isso, que se contenta de conversar com ela, de ouvir a sua voz, pegar timidamente na sua mão. Mas gostaria de possuí-la também, de vê-la gemer de amor. Não, porém, por uma noite. Por todas as noites de toda uma vida. Como outros têm esposa, esposa que é mãe, irmã e amiga. Ela era mãe, irmã e amigos Capitães da Areia. Para Pedro Bala é noiva, um dia será esposa. (AMADO, 2008, p. 203).

Neste capítulo do livro, Dora é intitulada ‘esposa’. Ana Cláudia Pacheco, em sua tese *“Branca para casar, mulata para f..., negra para trabalhar”*: escolhas afetivas e significados de solidão entre mulheres negras em Salvador, Bahia, defendida em 2008, na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), traz um retrato formado por entrevistas de mulheres negras que sentiram a realidade e as diferenças vivenciadas pela “negrinhas do areal” versus “Dora”. Um dos relatos mais chocantes, de uma mulher negra atuante no Movimento Negro de Salvador, traz que mesmo dentro do movimento, onde as pessoas estudam, entendem e lutam contra as amarras do machismo, é difícil desvencilhar desses paradigmas:

Eles falam da violência contra a mulher, do padrão de beleza branco, mas no fundo, eles fazem a mesma coisa, vão atrás... No movimento social há homens negros que namoram com negras, mas são poucos, mas quando o assunto é

casar... Porque para transar é com as mulheres negras, mas quando é pra ter um envolvimento mais sério, pra casar, pra conviver no mesmo teto é sempre com a mulher branca. (PACHECO, 2008, p. 106).

Outros aspectos que colaboraram para essa realidade é a representação nas mídias desses estereótipos. Silva e Rosemberg (2008) afirmam que os negros são associados à criminalidade e a ‘funções menos valorizadas na sociedade’ nos jornais, na literatura, no cinema, na televisão, na literatura e nos livros didáticos. Há ainda a exploração de figuras como “mulata”, “sambista”, “malandro” e “jogador de futebol” pela mídia. (SILVA e ROSEMBERG, 2008, p. 82).

Este trabalho, além de evidenciar essas representações, quer entendê-las e discutir que compreendemos que Jorge Amado reproduzia códigos da época, não só em *Capitães da areia*, mas em toda a sua obra. Mas nem por isso, podemos somente aclamá-las. A história dos meninos abandonados possui muitíssimos méritos, mas a reprodução do padrão branca recatada *versus* negra sensual não é um deles.

Teresa de Lauretis (1994) chama a esse recurso de tecnologia de gênero, em que o gênero pode ser também representado por “aparatos tecnológico-discursivos”, como na literatura, no cinema, na publicidade, nos videogames, sendo assim, modificado, reapropriado pelos indivíduos que compartilham de uma mesma cultura. A representação da mulher negra sensual foi firmada como uma das identidades brasileiras, graças também a esse aparato tecnológico que durante muito tempo ‘vendeu’ essa imagem da mulher brasileira, sobretudo para o exterior.

Em seguida, temos um fato que mudará todo o destino dos Capitães da Areia. Pedro Bala, Dora, João Grande, Sem Pernas e Gato são capturados pela polícia. Estampam as capas dos jornais. ‘Uma menina no bando’ vira manchete (AMADO, 2008, p. 196), evidência da transgressão de Dora. Quando a mulher comete crimes recebe

um julgamento moral muito mais cruel do que o homem, e com Dora, isso não é diferente por ser uma menina. Calixto (2016) traz em sua pesquisa esse fator, como mais uma das heranças da cultura judaico-cristã em que a mulher, mesmo que represente o pecado, pois, no Gênesis, capítulo que relata o início do mundo na Bíblia e na Torá, é Eva que come a maçã e leva o homem para a transgressão, precisa lutar contra esses instintos malignos e ser sinônimo de pureza e submissão a Deus e aos entes masculinos que detivessem sua tutela (pai, marido).

A mulher brasileira entra para a criminalidade em sua grande parte para ajudar o marido. Aliás, outro aspecto importante é o quanto essa mulher fica sozinha depois que vai presa. Ela praticamente é abandonada pela família e o casamento tende a acabar. Resultado desse forte do julgamento da sociedade que espera índole perfeita das mulheres, sobretudo quando elas têm família.

Essas mulheres, por violarem a norma penal e a norma social – através do rompimento com o normativo de gênero – são punidas duas vezes, sobretudo em razão de um evidente despreparo do sistema penal (que abrange Delegacias de Polícia, Ministério Público, Poder Judiciário e Sistema Penitenciário) para receber mulheres, já que esse sistema não foi pensado para elas, que sempre foram controladas na esfera privada, sob o domínio patriarcal. (CHESKYS, 2014, p. 14).

No entanto, o caso de Dora é diferente. Assim, como ela não foi induzida a praticar os crimes pelos meninos, também não é abandonada por eles. Dora é resgatada pelos garotos do orfanato onde passa a ser prisioneira. Mas, ela está muito doente e as freiras tentam impedir a fuga, sem sucesso. Após a fuga, Dora entrega-se a Pedro Bala, considerando-se, assim, sexualmente como sua esposa, sacrificando-se por esse papel, pois, logo acaba falecendo.

A morte de um ente amado é um recurso, infelizmente, muito utilizado para a autoafirmação de um elemento masculino, que passa a ver o mundo com outros olhos e se torna uma pessoa melhor. Diniz (2009) afirma que a presença de meninas que morrem como a reafirmação de que sua presença foi fundamental na preparação do herói. Neste caso é Pedro Bala quem se prepara para a formação de uma identidade revolucionária. Este é um recurso comum utilizado em muitas outras histórias de heróis, como: Gwen Stacey¹, par romântico de Homem-aranha é assassinada por um de seus inimigos; Flash, ainda criança vê sua mãe ser morta; Wolverine² mata acidentalmente Rose O'Hara, um de seus pares românticos; o Justiceiro³, vê sua esposa ser assassinada e isso desperta-lhe a vingança que depois originará seus atos heroicos. Enfim, são vários os exemplos em que para que a transformação do personagem masculino ocorra, é preciso que a personagem feminina perca a vida de maneira trágica.

Corroborando essas narrativas em que a morte da mulher é fundamental para o amadurecimento e crescimento do elemento masculino, Rojas (2017) e Diniz (2009) afirmam que:

A morte de Dora faz sentido no crescimento de Pedro Bala como um assunto político. Graças a ela, ela foi capaz de viver uma infância de experimentação inocente, o que ele tinha sido negado por ser abandonado com outras crianças, deve incorporar práticas de roubo cedo para sobreviver a sua meio ambiente O amor inocente que vive com Dora e

¹ *The Night Gwen Stacy Died*, publicada em 1973, traz a morte do par romântico do Homem-aranha e marca o início de um projeto de vingança do protagonista.

² Origem, publicada em 2002, conta o processo de surgimento de Wolverine, e em um dos momentos principais, ele mata acidentalmente sua amiga de infância e par romântico Rose O'Hara.

³ Punisher (1974) é o personagem do Universo Marvel que após a morte de toda a sua família, se torna uma espécie de vingador, utilizando muitas vezes métodos como tortura, extorsão, ameaças e sequestros para alcançar seus objetivos.

que permite que ele cresça junto para ela tornarem-se cônjuges apenas na noite em que ela morre. Dora remediou a falta de família dessas crianças e no momento da morte deixa Pedro Bala e os outros Capitães da Areia novamente em desamparo. A solução é precisamente o projeto utópico, no qual a luta social fornece uma família. (ROJAS, 2017, p. 168).

Certificamos que sua função estaria ligada, principalmente, ao crescimento intelectual e amadurecimento pessoal do herói. Ou seja, ela colabora para que Pedro Bala pudesse descobrir o amor como um verdadeiro sentimento; como se entregar ao outro com o afeto, e não apenas como ou ato sexual cheio de furor. Pedro Bala passa a entender, muito além da violência, existem outras maneiras de demonstrar sua insatisfação como sociedade, de ajudar os seus amigos e companheiros. Assim inicia sua participação, de forma ativa, nos movimentos sindicais, também como forma de dar continuidade à luta iniciada por seu pai, como podemos ver na terceira parte fazer romance. (DINIZ, 2009, p. 10).

O próprio nome de Dora é carregado de significado nesse sentido: Dora, do grego *dôron*, que significa: “dom”, “presente” ou “dádiva”. Dora, em *Capitães da areia* foi um presente, que conquistou seu espaço na história e lutou como um dos meninos e, ao partir, mostrou a cada um deles o caminho a seguir, permitindo que resolvessem sua marginalidade e seu abandono e pudessem buscar novos destinos. Agora, o líder dos meninos, Pedro Bala está livre para encontrar outra família: a proletária. (ROSSI, 2004, p. 194). Agora ele lutará para transformar o sistema que possibilita a existência de marginalidade.

Ao mesmo tempo, podemos associar esse destino de Dora como comum a muitas personagens femininas da literatura brasileira. Lúcia de José de Alencar, em *Lucíola*, Luísa de Eça de Queirós, em *O Primo Basílio*, Ana Clara de Lygia Fagundes Telles, em *As Meninas* são alguns exemplos. Personagens de diferentes estéticas literárias que foram

transgressoras e tiveram que pagar um preço com a própria vida. O escritor Hermínio Sargentim (2008) avisa “De imediato, pode-se pensar na morte de um personagem como um ato de punição. [...] Morrer significa a ausência ou como diz Fernando Pessoa: Morrer é apenas não ser visto.” (SARGENTIM, 2008).

Assim como as mulheres acusadas de bruxaria durante a Inquisição que ‘mereceram’ a morte por transgredir, despertar a desconfiança, não fazer parte dos ideais da sociedade da época, buscar o conhecimento da natureza e de seus corpos (ZORDAN, 2005), Dora, apesar de estar mais próximas de uma jovem donzela do que de uma bruxa, também recebe o mesmo destino, por adentrar num universo masculino e lutar por seus ideais.

Quase como um castigo. Dora sofre um castigo. Mesmo criança, ainda carrega esse estigma da personagem feminina e morre, deixando assim o enredo e a história dos *Capitães da Areia*. No entanto, Dora, mesmo depois que falece, muda o rumo da história dos meninos do trapiche. E mesmo trazendo traços que podemos considerar um padrão ou até mesmos clichês nas representações femininas, Dora representa mudanças de paradigmas. Por ser uma menina num bando masculino, transgressora e valente, que subverte a performance do feminino para lutar lado a lado com seus amigos.

Rojas (2017) questiona que papel teria Dora se crescesse e se continuaria o relacionamento com Pedro Bala. Casariam, teriam filhos e formariam uma família burguesa? Assim, segundo ele, *Capitães da areia* perderia um de seus maiores trunfos que é a luta pelas conquistas sociais, apresentada no final do romance por Pedro Bala e Professor, justificando, assim, a morte de Dora. Mas, como pesquisadora e leitora, creio que Dora não precisaria morrer. Nem se casar. Ela e Pedro Bala poderiam lutar juntos, sem compromisso matrimonial, pois Dora, já havia subvertido a norma e não casar seria algo até esperado dela, uma garota que, travestida de menino, lutou

pela igualdade pelas ruas de Salvador, com o bando de Pedro Bala. Dora, adulta, poderia também ter feito parte dessa busca por uma sociedade mais justa.

Referências

- AMADO, Jorge. *Capitães da Areia*. 6.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BARRETO, Paula Cristina da Silva. *Múltiplas vozes*. Racismo e anti-racismo na perspectiva de universitários de São Paulo. Salvador: Editora da UFBA, 2008.
- BARROS, João Roberto. "O racismo de estado em Michel Foucault". *Revista Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v.15, n.1, p.01-16., jan./abr. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/1807-1384.2018v-15n1p1/35796>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo, Editora Cultrix, 1996.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CALIXTO, Isabel. *A Mulher no Crime: Submissa ou Subtil?*. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna da Universidade Lusófona do Porto. Porto, 2016.
- CANDIDO, Antônio. *Literatura e Sociedade*. 9. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CHESKYS, Débora. *Mulheres invisíveis: uma análise da influência dos estereótipos de gênero na vida de mulheres encarceradas*. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- DEL PRIORE, Mary Lucy Murray. *Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia*. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009.
- DEL PRIORE, Mary Lucy Murray (org.). *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto/Unesp, 1997.
- DINIZ, Luiz. A criança oprimida na literatura: A presença feminina nos bandos infantis em *Oliver Twist* de Charles Dickens e *Capitães da Areia* de Jorge Amado. In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE GÊNERO E PRÁTICAS CULTURAIS, 2., João Pessoa. *Anais* [...]. João Pessoa, 2009.
- FARIA, Ederson de; SOUZA, Vera Lúcia Trevisan de. Sobre o conceito de identidade: apropriações em estudos sobre formação de professores. *Psicologia Escolar e Educacional*, São Paulo, v. 15, n.1, p.35-42, 2011.
- FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: DEL PRIORE, M.L.M.(org.). *História das mulheres no Brasil*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 1997.

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINHOW, P; DREYFUS, H. *Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Rio de Janeiro, Forense universitária, 1995.

FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GÓMEZ, Álvaro Cardoso. *Capitães da Areia de Jorge Amado*. São. Paulo: Ática, 1998.

GONZAGA, Sergius. *Manual de Literatura Brasileira*. 14. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte/Brasília: Editora UFMG/Unesco, 2006.

HOOKS, Bell. “Intelectuais negras”. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16465/15035>. Acesso em: 30 de novembro de 2018.

LAFETÁ, João Luiz. *1930: A crítica e o modernismo*. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAURETIS, Teresa de. A tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, H. (org.). *Tendências e Impasses*. O feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LIMA, Ana Nery Corrêa. Mulheres militantes negras: a interseccionalidade de gênero e raça na produção das identidades contemporâneas. In: II CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM SOCIAIS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte, *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2013.

MACDONALD, Sue Ann. Managing risk: self-regulation among homeless youth. *Child Adolesc Soc Work J.*, Berlim, v. 31, p. 497-520, 2014.

MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

MURDOCK, Maureen. *The Heroine's Journey: woman's quest for wholeness*. Boston: Shambhala Pub, 1990.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. *Branca para casar, mulata para f... e preta para trabalhar: Escolhas Afetivas e significados de Solidão entre mulheres Negras em Salvador-Bahia*. 2008. Tese. (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

PEARSON, Carol. *O herói interior: seis arquétipos que orientam a nossa vida*. São Paulo: Cultrix, 1992.

PELLIZZARO, Nilmar. Michel Foucault: um estudo do biopoder a partir do conceito de governo. *Revista Peri*, Florianópolis, v. 05, n. 01, p. 155 – 168, 2013. Disponível em: <http://www.nexos.ufsc.br/index.php/peri/article/view/888/391>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.

- PROENÇA FILHO, Domicio. A trajetória do negro na literatura brasileira. *Revista de Estudos Avançados*, São Paulo, n. 18. v. 50, p.161-193, 2004. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/download/9980/11552>. Acesso em: 24 de fevereiro de 2019.
- ROSSI, Luiz Gustavo Freitas. A militância política na obra de Jorge Amado. In: SCHWARCZ, L.M.; GOLDSTEIN, I.S. *O Universo de Jorge Amado*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- ROJAS, Helder Andréa. Los espacios que habitan las mujeres em Capitães da areia de Jorge Amado. *Revista de Humanidades de Valparaíso*, Valparaíso, n. 9, p. 143-177, 2017.
- SARGENTIM, Hermínio. *A mulher traidora e a literatura*. Site Sargentim. Disponível em: <http://www.sargentim.com.br/artigos/A%20mulher%20traidora%20e%20a%20literatura.pdf> Acesso em: 30 de novembro de 2018.
- SILVA, Jessyca Almeida; PEDROSA, Jussara. Melo. A presença constante de Capitães da areia no cenário social brasileiro de ontem e sempre. In: CIDIL – JUSTIÇA, PODER E CORRUPÇÃO, 5.. Belo Horizonte. *Anais [...]*. Belo Horizonte, 2017.
- SILVA, Paulo Vinícius Baptista; ROSEMBERG, Fúlvia. Brasil: lugares de negros e brancos na mídia” In: DIJK, Teun A. Van (Org.). *Racismo e Discurso na América Latina*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 73-118.
- SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.
- SOUSA, Jorge Prata de. A cólera, a tuberculose e a varíola: as doenças e seus corpos. In: PRIORE, Mary Del. AMANTINO, Márcia (orgs). *História do corpo no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- WERNECK, Jurema. *O Samba Segundo as Lalodês: mulheres negras e a cultura midiática*. 2007. Tese. (Doutorado em Comunicação e Cultura) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.
- WESCHENFELDER, Gelson; FRADKIN, Chris.; YUNES, Maria. Angela. Super-heróis como Recursos para Promoção de Resiliência em Crianças e Adolescentes. *Psicologia: teoria e pesquisa*, Brasília: v. 33, n. 1, 2017. p. 1-8.
- ZORDAN, Paola Basso. Bruxas: figuras de poder. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 13, v. 256, 2005.

A representação* da mulata no conto “Um Especialista” (1904), de Lima Barreto

André Rocha Haudenschild e Cristiano Mello de Oliveira*

Resumo: O presente artigo visa abordar a representação da “mulata” no conto “Um especialista”, do escritor carioca Lima Barreto. Notamos no desenrolar desse conto publicado em 1904, um forte movimento de representação da “mulata” arquetípica: desejável corporalmente e indesejável socialmente. Deste modo, recorreremos à mediação de alguns conceitos pertinentes da teoria contemporânea pós-colonial. As contribuições dessa breve pesquisa visam resgatar o manancial sociológico e histórico da condição da mulata na literatura barreteana para efeitos de conscientização da miscigenação no Brasil.

Palavras-chave: raça, mulata, consciência mestiça, Lima Barreto.

1. Introdução

“- Esses portugueses são os demônios para descobrir boas mulatas. É faro.”
(Lima Barreto, em “Um especialista”)

Gostar e apreciar uma “mulata”¹ ou um “mulatão” e ao mesmo tempo perpetuar seus valores buscando explorar seu corpo, harmonia, gingado, maledicência, enfim levando à tona uma série de

* A segunda força da literatura, é sua força de representação. Desde os tempos antigos até as tentativas da vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O que? Direi brutalmente: o real. O real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representa-lo por palavras que há uma história da literatura. (BARTHES, 2003, p. 22).

** Alunos da Pós-Graduação em Literatura na UFSC, realizando a disciplina “Figurações de gênero e raça nos discursos culturais brasileiros”, ministrada pela Profa. Dra. Simone Pereira Schmidt.

¹O termo “mulata” é utilizado, no Brasil, desde meados do século XVI para designar descendentes da miscigenação entre brancos e negros. Conhecida a problemática

questões sensuais e exóticas. Contemplar seu adorno, sua forma e conteúdo sem cair no jogo especulativo do vulgar e do banal, comprometendo assim sua vaidade e virilidade. Mesmo que caindo, buscar valorizar os sentimentos ou levantar seu perfil psicológico, respaldando assim suas diferenças. Seja para o homem brasileiro, seja para o português, o importante seria gracejar aquela situação tão conveniente e atraente numa exposição narrativa bem inusitada que ocorrera com um destes sortidos homens. O primeiro enquanto coronel de profissão buscando conciliar sua patente de ordem com a desordem – constratando paradoxalmente com a sensualidade da mulata chamada Alice. Já o segundo como Comendador de profissão desejava apenas idolatrar o estado de hipnose que esta mulher tão exótica teria deixado na sua memória em tempos passados.

Diante deste preâmbulo, a relevância do presente estudo é aprofundar as interpretações dos conceitos de gênero e raça, em especial, no conto “O especialista”, de Lima Barreto, e possivelmente abarcar algumas discussões das diferentes situações as quais poderão sugerir novos horizontes fecundos para o estudo de tal temática. Algumas questões orquestram nossa problemática: como se entrelaça o *corpus* da representação da mulata na literatura brasileira? Como o romancista carioca buscou representar e outorgar seus dizeres? Será que o nosso escritor teve acesso às leituras dos principais teóricos sobre a

do termo, é preciso explicar sua gênese. “De acordo com Young (2005, p.13 *apud* ARAÚJO, 2014), “as várias teorias dão conta de que a palavra mulata vem de “mula”, que provém do cruzamento do cavalo e da jumenta ou da égua e do jumento que resulta num ser híbrido e estéril, a mula ou o mulo. O que se acredita é que esta esterilidade se dá por um controle natural, por estes animais serem distintos entre a espécie. Tais crenças foram estendidas para os estudos da espécie humana, deste modo, estudiosos acreditavam que negros e brancos pertenciam a espécies diferentes, e, conseqüentemente, o cruzamento entre as duas raças resultaria num ser estéril ou deficiente, o mulato.” Neste sentido, a palavra “mulata” é atravessada culturalmente por um teor pejorativo, pois sugere impureza dos descendentes da miscigenação. Este pensamento se mantém na contemporaneidade e atravessa as relações sociais através de preconceitos e estereótipos.

raça na época? Quais são os principais excertos do conto “Um Especialista” que evocam palavras e expressões alusivas sobre a condição do negro no Brasil? Qual seria o tipo de alegoria ou metáfora que Lima Barreto desejava transparecer com a temática da mulata brasileira, em plena aurora do século XX? Certamente, as possíveis respostas bifurcam-se por vários caminhos desencontrados. Na tentativa de formular uma hipótese cabível, vejamos se conseguimos explorar este tema no decorrer deste estudo.

2. Lima Barreto – a negritude e seu tempo

Focalizando o meio familiar do escritor carioca, têm-se, pelas confissões e depoimentos de remanescentes de época, comprovações sobre a condição da negritude do seu tempo: trechos de cartas enviadas aos familiares revelam como o escritor encarou a questão da abolição da escravatura no espaço urbano da Quinta da Boa Vista no Rio de Janeiro. Não foi à toa que na crônica “Maio”², o escritor carioca discorre em tom realístico sobre um dos maiores impasses políticos da História Brasileira, descrevendo os liames e os detalhes de tudo que assistiu com o seu grandioso pai. Lima escreveu uma série de crônicas que relatam e manuseiam muito bem os fatos históricos em torno das temáticas da abolição da escravatura³. Apenas enfocando o nosso olhar para a chave de leitura “13 de maio” encontraremos um conjunto de comentários alusivos ao contexto histórico da própria época que Lima Barreto soube como nenhum escritor articular e manusear.

² Em crônica intitulada “Maio”, Lima Barreto escreve: “Agora estou mesmo a lembrar-me que, em 1888, dias antes da data áurea, meu pai chegou em casa e disse-me: a lei da abolição vai passar no dia dos teus anos. E de fato passou: nós fomos esperar a assinatura no Largo do Paço.” (BARRETO, 2005, p. 270)

³ Em crônica datada de 09/10/1917, publicada na Revista em Debate, denominada “São Paulo e os estrangeiros”, o escritor Lima relata: “Embora fosse tenra a idade em que estava, dessa época e de umas anteriores eu tinha algumas recordações. Das festas por ocasião da passagem da Lei de 13 de Maio ainda tenho vivas recordações

Diante de muitas leituras é cabível afirmarmos que o escritor Lima Barreto tenha sofrido na pele um exagerado grau de racismo das elites intelectuais de época. Racismo e pobreza foram os dois principais vocábulos que cercaram o seu árduo cotidiano no mundo das letras, assim como a sua fiel missão de "queimar os seus navios"⁴. Desse modo, lutar na condição de mulato desamparado e, conseqüentemente, residir no subúrbio da cidade do Rio de Janeiro foi um dos fatores discriminatórios que provocaram a falta de credibilidade nos seus escritos.

Na condição de escritor pobre e mulato, Lima Barreto sentirá na sua pele e em sua "consciência mestiça" as exageradas dificuldades de praticar o seu ofício, enquanto sujeito intelectual afastado dos meios literários que estavam em voga no início do século passado, pois, segundo Silviano Santiago, a "posição isolada e intrigante de Lima Barreto explica-se pelo fato de ter ele assumido uma estética popular numa literatura como a brasileira, em que critérios de legitimação do produto ficcional foram sempre os dados pela leitura erudita" (SANTIAGO, 1982, p. 166). Afinal,

Afonso Henriques de Lima Barreto nasceu a 13 de maio de 1881. Quando tinha sete anos, a Princesa Isabel assinou

[...]" (BARRETO, 2005 p. 288) Em outra crônica datada de 08/01/1921, publicada na revista *Careta*, denominada "Mansão Olímpica" e os "apelidos" o escritor Lima Barreto: "Documentarei – no que não imitarei os místicos militares que fazem do Exército o deus ex-machina do progresso político e social do Brasil; _documentarei a asserção de que a Maioridade, a Lei do Ventre Livre, Treze de Maio, o Quinze de Novembro, até o Sete de Setembro, apesar de ainda não existir o Jornal, tudo isto e mais alguma coisa foram obras dos "apelidos". (BARRETO, 2005, p. 20) Em outra crônica datada de 10/06/1911, publicada no suplemento *A Estação Teatral*, denominada "Pintores, desenhistas, etc", o escritor Lima Barreto: "Outra coisa que falta em Julião é acentuação fisionômica da figura. Raramente ele obtém de acordo com a legenda. No desenho de 13 de maio, uma alegoria à Lei Áurea, a figura da negra está boa, mas a replaçante está assim suspensa, com um sorriso imbecil, que não se casa com a legenda. (BARRETO, 2005, p. 86).

⁴ BARRETO, Lima. *Conferência na cidade de Mirassol "O destino da literatura"*. 1921.

a Abolição da Escravatura. Mas se esqueceu de libertar o branco também... Vai daí, a discriminação racial, como erva daninha, medrou no país. Não tivemos uma Guerra de Secessão, é claro, mas tivemos e temos batalhas no escuro. A carapinha, o nariz achatado e a pele de ébano, - deixemos de eufemismo! - o crioulo não tem vez, exceto se sua alma é branca. Racismo é a mancha dos louros americanos, sabemos disso. E até repetimos. Mas o moreno brasileiro, por mais que oculte, também tem essa mancha, talvez atrás da orelha atávica às vezes, confirmando o racismo existente. O fato é que, após a Lei da Abolição, os brancos são claros e os negros escuros. (SILVA, 1981, p. 23)

Citação longa, porém coberta de informações e dizeres sobre os principais períodos e acontecimentos históricos nacionais os quais circunstanciam o universo literário de Lima Barreto durante sua trajetória de vida. Postulemos que o verbo “libertar” utilizado na citação é cheio de referências dicotômicas, uma delas é a construção de novas interpretações: branco/negro, rico/pobre, letrado/ iletrado, ora talvez, facilmente, pode resumir a maneira à qual o romancista carioca tenha perpetuado nos seus tristes e duvidosos momentos de escritor sem o devido crédito no meio intelectual. Além disso, a sua fisionomia inconfundível de mulato, o fazia ressentir o tanto que a vida lhe fechou as portas, fazendo sua rotina ficar oprimida. Em suma, a “mancha do racismo” pregada pelo jogo de desilusões da sociedade letrada de época, assim como o afastamento dos grupos seletos de intelectuais, fez de Lima um escritor pouco avesso aos moldes convencionais.

Por outro viés, podemos reparar que coincidentemente o dia de nascimento do escritor carioca corresponde ao dia da assinatura da lei áurea. O efeito comparativo da Abolição da Escravatura (1888) acontecida em terras brasileiras com a Guerra da Secessão (1861-1865), ocorrida nos Estados Unidos, demonstra ao historiador mais atento o

grau de morosidade aos fatos ocorridos no Brasil. ⁵O lapso temporal de 23 anos deixou fortes resquícios em nosso legado histórico e sociológico, provocando uma espécie de perpetuação aos moldes dos dizeres tradicionais de Joaquim Nabuco “A escravidão no Brasil irá perpetuar durante anos.” Ou seja, mesmo após assinada a Lei Áurea pela princesa Isabel, a nação brasileira iria vagar por muitos anos e décadas tendo que deixar esse traumático legado histórico para o resto das gerações.

3. Algumas reflexões sobre a mulata brasileira

a antropóloga Mariza Corrêa, no artigo “Sobre a invenção da mulata”, afirma que parece não haver nenhuma descontinuidade entre a mulata baiana das lavagens das escadarias da Igreja do Bonfim dos tempos de Nina Rodrigues, e a “mulata midiática globeleza” dos dias de hoje. Além disso, Mariza raciocina sobre o efeito da condição da mulata sobre vários meios culturais, perfazendo a trajetória demasiadamente cruel, evidenciando anseios tão condizentes ao trato tão polêmico e discriminatório ofertado pela sociedade. Deste modo, ela nos faz refletir sobre como se constituiu historicamente a figura da mulata brasileira, alcançando um ambivalente símbolo cultural entre o “desejável” e o “indesejável:

Seria preciso o talento de Lévi-Strauss para fazer o inventário da rica coleção de ervas e especiarias utilizadas nas metáforas dos cheiros, gostos e cores evocados nas frases nas quais a mulata é sujeito: manjericão, cravo e baunilha

⁵ Segundo Octavio Ianni: “Os tempos de Lima Barreto são diferentes. Ele vive momentos decisivos da revolução burguesa em curso no Brasil. Está verificando, vivenciando e sofrendo os impactos de uma revolução pelo alto, autoritária. Essa revolução se iniciara principalmente com a Abolição da Escravatura e a Proclamação da República. Mas tinha continuidade no massacre do Contestado e em muitas outras manifestações da repressão contra os movimentos populares do campo e da cidade, compreendendo negros e brancos.” (IANNI, 1988, p. 97)

nas de Aluísio Azevedo (*O cortiço*, 1890); cravo, canela e alecrim nas de Jorge Amado (*Gabriela, cravo e canela*, 1958; *Tenda dos milagres*, 1969); mandioca doce nas de João Felício dos Santos (*João Abade*, 1958). A lista poderia continuar, mas podemos resumi-la no verso de Lamartine Babo (*O teu cabelo não nega*, 1932): “Tens um sabor / bem do Brasil”. Além de cheirosa e gostosa a mulata é muitas outras coisas nesses e em outros textos: é bonita e graciosa, dengosa e sensual; em suma, desejável (CORRÊA, 1996, p. 39).

No discurso de alguns críticos literários (José Veríssimo, Silvio Romero), no de alguns historiadores (Capistrano de Abreu), no discurso médico (Raimundo Nina Rodrigues e muitos outros) e no literário (de Gregório de Matos a Jorge Amado) que serviram de lastro para a construção dessa figura mítica, a mulata é “puro corpo ou sexo”, não “engendrada” socialmente. Com seu corpo sedutor, ela, “no máximo, provoca descenso social, e, no mínimo, desordem na ordem constituída do cotidiano”, como as personagens Rita Baiana, em *O cortiço*, de Aluísio Azevedo, e Vidinha, em *Memórias de um sargento de milícias*, de Manuel Antonio de Almeida (CORRÊA, *Op. cit.*, p.40-41)⁶.

Esse imaginário literário exposto pela autora não reproduz apenas uma representação estética da mulata brasileira, mas também implica uma representação moral e sexual da mulata. A esse respeito Gilberto Freyre já dizia, em 1936: “o bom senso popular e a sabedoria folclórica

⁶ Vidinha é assim descrita por Manuel Antonio de Almeida: “Vidinha era uma mulatinha de 18 a 20 anos, de altura regular, ombros largos, peito alteado, cintura fina e pés pequeninos; tinha os olhos muito pretos e muito vivos, os lábios grossos e úmidos, os dentes alvíssimos, a fala era um pouco descansada, doce e afinada.” Ao comentar sobre esse romance, Antonio Candido observa que: “Luisinha e Vidinha constituem um par admiravelmente simétrico. A primeira, no plano da ordem, é a mocinha burguesa com quem não há relação viável fora do casamento, pois ela traz consigo herança, parentela, posição e deveres. Vidinha, no plano da desordem, é a mulher que se pode apenas amar, sem casamento nem deveres, porque nada conduz além da sua graça e da sua curiosa família sem obrigação nem sanção, onde todos se arrumam mais ou menos conforme os pendores do instinto e do prazer”

continuam a acreditar na mulata diabólica, superexcitada por natureza [...] Por essa superexcitação, verdadeira ou não, de sexo, a mulata é procurada pelos que desejam colher do amor físico os extremos de gozo, e não apenas o comum" (*apud* GIACOMINI, 2006, p. 90).

Mas devemos ir além da mera representação da mulata como objeto de prazer e pensarmos nas diversas implicações constitutivas deste arquetípico sedutor. Segundo Simone Schmidt, em "Navegando no Atlântico Pardo ou a Lusofonia reinventada", "a tarefa pós-colonial, no caso brasileiro, seria a de interpretar a questão da mestiçagem e suas implicações em termos de desigualdades sociais, raciais e de gênero, que perduram até os dias de hoje". Deste modo, ela nos remete ao pensamento sociológico de Boaventura de Sousa Santos que nos propõe que "o pós-colonialismo português exige uma articulação densa com a questão da discriminação sexual e o feminismo", no empenho de elucidar "as regras sexistas da sexualidade que quase sempre deitam na cama o homem branco e a mulher negra, e não a mulher branca e o homem negro" (*apud* SCHMIDT, 2006, s.p.). Ainda segundo esse mesmo autor, o corpo mestiço neste contexto foi constituído como um *locus* de significado fluido e cambiante, conforme o momento histórico e suas interpretações. Por vezes, o corpo do mulato (e especialmente da mulata, guardado as devidas ressalvas) foi visto como degradação, exposição concreta dos aspectos nefastos da mestiçagem.

Em outros momentos, ao contrário, foi depositário das expectativas mais ufanistas em torno de um projeto inter-racial com base na índole branda e cordial dos portugueses (*apud* SCHMIDT, 2006, s.p.).

Por outro lado, a equação - mulata + sensualidade + olhar masculino = desejo - vinculou o intelectual/escritor brasileiro a uma pretensa busca das classes mais humildes e sofridas, assim como,

(em "Dialética da malandragem", 1993).

cristalizou no imaginário literário desde meados do século XIX, a imagem da mulata subalterna e oprimida socialmente. Esse sintoma desaguardaria nas futuras colaborações de Lima Barreto nas primeiras duas décadas do século XX, quando resguardaria suas energias para trabalhar alguns projetos, ou ao menos apostá-los numa condição melhor: a sistemática de lutar contra as contradições sociais como homem comprometido com as questões de sua época.

Curioso notar que as mulatas de nacionalidade brasileira são voluptuosas e evidenciam a proclamação do desejo carnal dos homens. Como já afirmamos, desde Gilberto Freyre, passando por outros teóricos contemporâneos já citados, a mulata sempre foi um alvo polêmico para discussões e novas formulações. Talvez, seja por esse motivo que a exaltação da beleza dela clarifique o real preconceito ao qual esta é vítima (ou também a mulher negra ou mestiça). Conforme a crítica aponta, a utilização do estereótipo da mulata tem origens no período colonial, atravessando o reflexo do controle social de uma época. O machismo do homem branco em torno da mulata exemplifica as relações de dominação-subordinação herdada por um sistema escravocrata: mostra como a mulher branca é voltada para o papel de esposa, por oposição a mulher negra, caracterizada pelo forte estigma sexual, cujo corpo serve de objeto de prazer masculino.

Para João Carlos Rodrigues, em *O negro brasileiro e o cinema*, é possível fazer uma tipologia de diversos esteriótipos em relação à representação do negro brasileiro: o “preto velho”, a “mãe preta”, o “mártir”, o “preto de alma branca”, o “bom selvagem”, o “negro rebelde”, o “negrão” de força bruta, o “malandro”, o “favelado”, o “crioulo doido” cômico (cujo equivalente feminino é a “nega maluca”) e a mulata erotizada (“adorada durante o carnaval e explorada como empregada ou prostituta no resto do ano”). Como também constata a antropóloga Sonia Maria Giacomini, no artigo “Mulatas profissionais: raça e gênero e ocupação”, em sua investigação baseada em um

curso de formação para mulatas profissionais no SENAC, do Rio de Janeiro: “como representante e mediadora de uma brasilidade que se faz feminina, sensual e mestiça, a mulata profissional se debate, necessária e permanentemente, entre dois pólos, simultaneamente profissionais e morais: de um lado, o pólo positivo, da dançarina; de outro lado, o pólo negativo e ameaçador, da prostituta” (GIACOMINI, 2006, p. 85).

4. A mulata Alice de Lima Barreto - entre a gula e a superexcitação dos especialistas

Gostava das mulheres de cor e as procurava com o afincado e o ardor de um amador de raridades (BARRETO, “Um especialista”, p. 17).

Inicialmente para explorar o real objeto de análise, é preciso mencionar pelo menos três pontos importantes no desenvolvimento do conto que se articulam como vasos comunicantes:

a) O preâmbulo do conto é aberto por uma narrativa discricionária a respeito do cotidiano de dois amigos: ambos resolvem encerrar o expediente de serviço contando casos amorosos um para o outro. A caracterização do espaço da casa externaliza a descrição do Largo da Carioca na cidade do Rio de Janeiro. O narrador também se preocupa na descrição do local, este vende bebidas quentes e frias. Nesta parte também é apresentado à descrição detalhística dos gostos e afazeres dos protagonistas do conto. Calculamos que o leitor curioso será movido pelo despertar do caso contado pelo Comendador ao seu fiel amigo Coronel.

b) A segunda parte é direcionada para a narração do episódio em detalhes e o suposto aprofundamento. É normal que os protagonistas se empolguem e busquem ilustrar a contação

do episódio através de palavras poéticas, e ao mesmo tempo carregadas de ar verossímil. Neste trecho também é notório o jogo de entra e sai de pessoas do espaço do próprio Café. Após a conversa fluir muito bem, entre o coronel e o comendador, ambos agendarão um novo “happy hour” nas imediações de um cassino no bairro boêmio da Lapa. Ao adentrar, no espaço do cassino, o narrador descreverá detalhadamente o jogo de entra e sai de várias autoridades, implicando uma espécie de *voyeur* da rotina daqueles que abandonavam à própria família por um bom negócio com as mulheres. Linhas adiante o espetáculo no cassino se inicia e toda a plateia estará ansiosa para saber as origens das mulheres presentes;

c) A terceira parte, se assim podemos enumerar, é dedicada ao encontro dos dois amigos no cassino, e o suposto apreço das primeiras mulheres que se aproximam deles. É notável em segunda ordem, que todos os presentes conquistarão seus respectivos lugares com as mulheres mais cobiçadas, e ao mesmo tempo bem remuneradas pelo “sagrado sacerdócio”. Quase de forma simultânea, a mulata Alice entra em cena e senta junto do lado do coronel e seu amigo comendador; eles discutirão o próprio “aliciamento” da bela mulata e seus belos adornos físicos. Dando sequência, Alice começa a descrever suas principais dificuldades, relatando aos supostos pretendentes que não está naquele espaço para brincadeira, mas sim porque precisa financeiramente.

Reticências à parte a hipótese esquemática do conto, a especulação sexual dos pretendentes continua. Desse modo, a estratégia é atestar que naquela busca frenética, o Comendador encontraria a mulher que tanto buscava: sua “mulata ideal”. Certo e silencioso, pois ao encontrar ele realiza o desejo sábio de prognosticar a mulher desejada. Conjecturamos que a expressão “amador de raridades” (ex-

traída do conto) - funciona como uma espécie de senha que informa sobre quem a usa: é um “pesquisador de mulheres prontas para o sexo”. Conforme se observa no conto, a utopia da mulata ideal sempre permeou a mentalidade desses homens obstinados a vasculhar local por local sem medir dificuldades e tentativas. Ganhar a aposta ou ao menos angariar a mulata desejada é tarefa incomensurável para esses homens insistentes, algo relacionado ao poder econômico. Não à toa, o jogo de vocábulos utilizado pelo Comendador enseja formas poéticas descritivas ao corpo e ao sexo da mulher desejada. Dessa forma, é necessário escolher as palavras que apimentasse melhor o caráter sedutório, ou persuadir a curiosidade do leitor:

– A mulata, dizia ele, é a canela, é cravo, é a pimenta; é, enfim, a especiaria do requeime acre e capitoso que nós, os portugueses, desde Vasco da Gama, andamos a buscar, a procurar (BARRETO, 2005, p. 17).

Como é possível atestarmos a mulata é tratada como uma especiaria ou um produto valioso que se carrega ou se transporta nos navios de carga. Como sabemos, o nome Vasco da Gama foi um conquistador português que sempre desejou procurar/buscar especiarias para abastecer a metrópole de Portugal. Obedecendo ao mote das grandes navegações, o Comendador sublinha a experiência dos portugueses em navegar em mares desconhecidos - seguindo a risca do modelo colonizador-colonizado, binômio praticado sempre quando as regras de poderio restringem a capacidade de autonomia do indivíduo. A mulata Alice é tratada enquanto produto de matéria exportadora, e é comum que o leitor, diante dessa passagem, possa questionar até o grau de submissão ao qual foi colocada a matéria-prima da mulata em contradição aos moldes do imperialismo colonial português na sua maior parte.

Diante de outra passagem, o leitor encontra um sublime acontecimento que ocorre como se fosse uma espécie de tesouro encontrado. Enquanto o diálogo corria solto entre os dois protagonistas, uma

“longa ausência” marcará o clima de pensamento e jogo vocabular, revelando, dessa forma, o conteúdo sexual preliminar supostamente estabelecido. Conforme já foi mencionado, o micro espaço de um majestoso Café situado nas proximidades do Largo da Carioca será o cenário ideal para ambos trocarem dizeres prazerosamente, com a finalidade de saciarem suas vontades relacionadas ao gosto masculino em relação às mulheres. A frase enigmática, causadora de inquietação e surpresa, inquieta o ar de mistério junto ao personagem Coronel Chico. Vejamos alguns desses detalhes tão espontâneos ao entendimento masculino:

– Oh! Não te conto! Foi um “achado”, a coisa, disse o comendador, depois de chupar fortemente o charuto e soltar uma volumosa baforadas; um petisco que encontrei... Uma mulata deliciosa, Chico! Só vendo o que é, disse a rematar, estalando os beijos (BARRETO, 2005, p. 17).

Ora, situação um tanto curiosa expandida suspensivamente pelo Coronel. Ao tomarmos a expressão adjetivada “mulata deliciosa”, é possível atestar linguisticamente que o grau de exuberância ao molde do corpo feminino já era bem adiantado. É óbvio que a metáfora serve para comprovar a “delícia” que era aquela mulata exótica que aparecera diante do olhar do seu amigo Comendador. É possível denotar também um alto grau de ilustração imagética descrita pela harmonia das palavras, do jogo perfeito das frases e expressões. A narração do Comendador se desenrola progressivamente para fins de contemplação junto ao seu amigo Coronel Chico. A frase “Finge que eu acredito e você pode me contar tudo em detalhes”, encaixa-se com o episódio singular e único para seu amigo. A explicação tende a ser mais detalhada, quando o locutor deseja:

– Como te dizia: não veio o homem, mas enquanto tomava cerveja, o comissário, vi atravessar a sala uma esplêndida mulata; e tu sabes que eu... (BARRETO, 2005, p. 18).

Novamente notamos nesse excerto a capacidade de ilustração imagética para descrever a beleza sensual e poderosa da exótica mulata Alice. O uso das reticências é proposital para um despertar maior do interesse por parte do leitor mais inquieto. Não demorou muito (“- De indagação em indagação”) para o próprio interessado e insaciável, o narrador do caso, abordar de forma galanteadora o nome da majestosa mulata. Com efeito, o jogo frenético de suposições perpassa na mentalidade do Comendador, agindo como uma espécie de jogo de advinhas coberto de mistério e hipóteses ainda mal formuladas. Dando sequência, a conversa começa a esquentar cada vez mais pela categoria que os eventos vão ganhando forma no jogo do sexo e do sensual. Não é para duvidar muito que o galanteador Comendador comece a descrever em minuciosos detalhes os fatos nostálgicos num formato fantástico e sublime.

– É uma coisa extraordinária! Uma maravilha! Nunca vi mulata igual. Como esta, filho, nem a que conheci em Pernambuco há uns vinte e sete anos! Qual! Nem de longe! Calcula que ela é alta, esguia, de bom corpo; cabelos negros corridos, bem corridos: olhos pardos. É bem fornida de carnes, roliça; nariz não muito afilado, mas bom! E que boca, Chico! Uma boca breve, pequena, com uns lábios roxos, bem quentes... Só vendo mesmo! Só! Não se descreve (BARRETO, 2005, p. 19).

Conforme observamos, os detalhes da fisionomia exuberante da exótica mulata Alice ganham notoriedade e completude nos dizeres empolgantes e poéticos do Comendador insaciável. Desse modo, a descrição é ornada de elementos categóricos femininos buscando ressaltar a virilidade da jovem – situação a qual se contrasta pela bela paisagem tropical romântica à moda José de Alencar. Não por acaso, a expressão vulgar “fornida de carnes”, completa o vocabulário masculino da valorização do aspecto externo em detrimento à própria inteligência ou personalidade de Alice. O esvaziamento é

proposital – sequer algumas qualidades de caráter são mencionadas. A imaginação encantadora vai ganhando o imaginário do Coronel, que sem dúvida vai modulando por meio de fetiches todo aquele rico episódio narrado. Ao utilizar a frase exclamativa: “- Só vendo mesmo!”, percebemos que o locutor da história interage em demasia com a curiosidade do seu fiel amigo. Para reforçar a narração, o perfil fisionômico do próprio Comendador se modifica através da expressão “estranhas mutações”; estas agem como se fosse um “colonial suíno”.

Pouco a pouco, o entusiasmo de ambos os personagens desaparece na mudança de ambiente e do espaço, os quais estão confinados a assistirem um suposto espetáculo programado em um local tido como Casarão, localizado nas proximidades da Lapa carioca. O novo espaço proporciona todo o tipo de movimentação e empolgação nos protagonistas. Estamos diante de um cassino à maneira de uma casa de danças e prostituição, onde encontramos os protagonistas cristalizados e hipnotizados pela forma e beleza da admirável Alice. Como bem visto, mesmo diante da beleza fenomenal da mulata encontramos também outros tipos de mulheres (esguias, altas, morenas, entre outras) que formulam uma espécie de audiência singular na platéia daquele local. Para exatidão e conferência da beleza ilustrada pelo amigo comendador, o próprio Coronel Chico resolve atestar a qualidade do “produto”. O olhar do Coronel apesar de tímido e recatado (“de soslaio”), talvez temendo o reconhecimento de alguém naquele local, acaba, dessa forma, privando sua vida íntegra de homem de honra. O jeito foi permanecer cada vez mais acanhado e disfarçado diante de tal situação.

Dessa forma, o espetáculo desenvolvia-se no mais fervoroso entusiasmo e o coronel, no camarote, de soslaio, pusera-se a observar a mulata. Era bonita de fato e elegante também. Viera com um vestido creme de pintas pretas, que lhe assentara magnificamente. (BARRETO, 2005, p. 21).

Apesar da sua posição privilegiada no local do Cassino, o Coronel observa tudo à maneira de um *voyeur* prevenido e desconfiado. Provavelmente diante de tal situação passava pela sua cabeça aqueles mesmos episódios são narrados pelo seu fiel amigo Comendador. Pouco adiante, a descrição minuciosa interage junto a inquietação e o apetite sexual de ambos os amigos. O espetáculo e jogo de luzes provocam olhares inquietos em toda a platéia, assim como no semblante da própria mulata, que assiste também o suposto “show erótico”, afinal de contas, alguém teria que salvá-la financeiramente. Desse modo, a probabilidade dos interessados e proponentes era alta, já que seu corpo gerava um aspecto de hipnose concentrada em todos os olhares cristalizados. Vejamos os detalhes desse efeito sublime:

O seu rosto harmonioso, enquadrado num magnífico chapéu de palha preta, saía firme do pescoço roliço que a blusa decotada deixava ver. Seus olhos curiosos, inquietos, voavam de um lado a outro e a tez de bronze novo cintilava à luz dos focos. Através do vestido se lhe adivinhavam as formas; e, por vezes, ao arfar, ela toda trepidava de volúpia... (BARRETO, 2005, p. 21).

Neste fragmento o narrador barretiano reforça e esboça o quanto a tese da beleza febril feminina contagia amplamente o cérebro dos homens. Com efeito, se o corpo de Alice já estava seduzindo a todos da platéia, somente restava agora atacar uma presa fácil e disponível para gastar alguns grandes trocados. O efeito harmônico e peculiar daquela platéia já eram rotina e motivação de enjôo para a majestosa mulata Alice. Aliás, se o poder e a glória de sedução já se encontravam em suas mãos, imagina o resto dos episódios e acontecimentos que virão à tona mais adiante. Ora, talvez seja por isso que o Coronel, na qualidade de alta patente, e ao mesmo tempo autoridade simbólica, apenas teria vigilância fora daquele ambiente, mas ali ele era apenas um homem sob o total controle da sedução da mulata. A pescaria do tão sonhado homem do dinheiro já estava na pauta dos seus

principais objetivos. Se a situação já estava no seu total controle, para que precisava angariar mais confiança? Talvez seja por isso, que o Coronel foi conferir novamente de “soslaio” os depoimentos dos outros que estavam ali na mesma ou quase “hierarquicamente” na mesma condição que a dele. A conferência ocorre com êxito e a comprovação do “produto” é declarada em voz ágil e empolgada pelos outros integrantes da platéia.

[...] observações que a passagem deles ia sugerindo a cada um. Um rapazola dissera: - Que “mulatão”! Um outro refletiu: - Esses portugueses são os demônios para descobrir boas mulatas. É faro. (BARRETO, 2005, p. 22).

O grau do superlativo utilizado pela personagem para descrever a grandiosidade da mulata Alice é perceptível nesta passagem. É óbvio que tal superlativo soa conotativamente – simulando uma carga semântica como mulher esbelta e cheia de beleza e glamour. Suas palavras não deixam dúvida de que a superioridade e o desejo de objeto sexual são delegados para a própria mulata – os quais estavam apenas na condição de subalterna. A indagação aparece naturalmente: para que serve essa transferência de poder e capacidade? É óbvio que isso remonta a idéia de sedução e jogo do prazer carnal. Podemos perceber que na transferência desse poder para a própria mulata subentende-se que ela fará de tudo para apresentar seu perfil de mulher exigente – creditando poderes do seu potencial de mulher sedutora capaz de angariar os homens que tiverem comendo na sua mão. Tanto o Comendador, como o Coronel, a tomarem assento ao lado da grandiosa mulata percebem o seu poder de persuasão e formulação de juízo ao local e ao poder que estava ali usufruindo e alimentando. Tudo esse jogo simbólico traduz na certeza de que é ela seria a melhor mulher e a mais “apetitosa” daquele local.

A mulata não gostava do Rio; preferia o Recife. Lá sim! O céu era outro, as comidas tinham outro sabor, melhor e mais

quente. Quem não se recordaria sempre de uma frigideira de camarões com maturins ou de bom feijão com leite de coco? (BARRETO, 2005, p. 22).

Toda esta conjuntura de juízo na formulação de sua crítica faz com que o leitor perceba o descrédito com a cidade do Rio de Janeiro, nítido na sentença “A mulata não gostava do Rio; preferia o Recife. Lá sim!”. É, talvez, a partir daí que Alice começa a provocar novas imaginações sobre o seu potencial sensual e charme relacionado aos pobres ilustres protagonistas. O discurso indireto descrito na citação também pode ser interpretado pelo desgosto da personagem Alice. O aspecto simbólico de erotismo e complacência se dilui na mentalidade única e generalizada de ambos. Não perdendo o jogo de formulação de juízo, Alice, acaba narrando um pouco da breve e trágica história de vida. É nesse momento que ela se coloca na condição dos outros lá presentes – na tentativa de angariar sentimento de remorso nos interlocutores. Podemos perceber no excerto abaixo o relato do descaso das pessoas que buscam se aproximar dela apenas por esse interesse único e irracional. Vejamos os detalhes:

- Vinte e seis anos, fez ela. Fiquei órfã aos dezoito. Durante esses oito anos tenho rolado por esse mundo de Cristo e comido o pão que o diabo amassou. Passando de mão em mão, ora nesta, ora naquela, a minha vida tem sido um tormento. Até hoje só tenho conhecido três homens que me dessem alguma coisa; os outros Deus me livre deles! **Só querem meu corpo e o meu trabalho. Nada me davam, espaçavam-me, maltratavam-me. Uma vez, quando vivia com um sargento do Regimento da Polícia, ele chegou em casa embriagado, tendo jogado e perdido tudo, queria obrigar-me a lhe dar trinta mil-réis, fosse como fosse (grifo nosso)** (BARRETO, 2005, p. 23).

Percebemos nesta passagem que apesar do conto ter sido escrito em 1904, a sociedade e o modo de interpretá-la não se modificou

em mais de um século, pois o depoimento é atual e condizente ao tratamento humano o qual muitos homens ainda simulam quando o assunto é tratar a mulher como simples objeto de uso e desejo. Talvez seja por isso, que perpetue no corpo e na “inconsciência mestiça” da mulata o jogo de humilhações que sofrera diante de tantas atrocidades desumanas desde o Brasil colonial. O prisma dadivoso e franco da mulata Alice não foram os mesmos de outras tantas abordagens dos integrantes protagonistas. Apesar da tristeza do caso narrado em detalhes pela mulata, sua resistência foi grande em chegar ilesa e com saúde para continuar ganhando a vida de uma forma tão cruel que as mulheres precisavam ganhar o pão de cada dia. O seu depoimento transparece o abandono e o desamparo de uma jovem mulher. Após sua narração triste dos fatos marcantes de sua trágica e descomunal vida, a trama do conto ganha o seu ápice e clímax, quando a tão indesejada frase surge em um momento talvez um pouco oportuno para a surpresa dos nossos interessados e insaciáveis protagonistas.

– O quê? Quando foi isso? Indagou o pressuroso comendador. A mulata, que ainda não se havia bem apercebido do estado do comendador, respondeu ingenuamente. (BARRETO, 2005, p. 24)

5. Algumas conclusões

com o final do conto o espetáculo das raças se encerra e a representação da mulata se dilui e evapora no ar? Mas não pode ser assim (e muito pelo contrário). Percebemos que a devida leitura desse conto, por meio do recorte entre gênero e raça, pode suscitar novas especulações, postulando, dessa forma, novas maneiras de explorar outras ficções do polêmico escritor carioca. Tal análise também busca problematizar e refinar as habilidades interpretativas e a prática da imaginação criativa sobre o olhar da teoria de raça e gênero sendo aplicada no contexto literário.

Através dos estudos pós-coloniais faz-se necessário pensarmos nas relações de poder implicadas nas representações simbólicas de nossa literatura, seja a da mulata ou a do mulato brasileiro. Para Amílcar Cabral (1973), o regime colonial não poderia se sustentar sem a repressão permanente e organizada da vida cultural do nativo, assim como, a do mestiço nascido na colônia, ou seja, no caso da mulata brasileira criou-se historicamente o estereótipo eurocêntrico da mulher sexualmente depravada, cuja degradação “recoloca o colonizador num patamar de superioridade, com atribuições éticas, onipotentes e panóticas” (BONNICI, 2005, p. 42). Como notamos constantemente no linguajar e nas atitudes do Comendador e do Coronel Carvalho em relação ao requintado “aliciamento” da mulata Alice.

Porém, não podemos apenas nos seduzir pela análise essencialista dos esteriótipos culturais, afinal:

[...] a preocupação exaustiva com imagens, sejam estas positivas ou negativas, pode levar a uma espécie de essencialismo, já que o crítico reduz uma diversidade complexa de representações a um conjunto limitado de esteriótipos reificados. Os esteriótipos, vistos de forma redutora, correm o risco de reproduzir o mesmo racismo que se pretende combater. [...] Como observaram, primeiro Franz Fanon e depois Homi Bhabha, os esteriótipos também podem ser ambivalentes, ocultando uma atração culpada sob a máscara da rejeição (STAM, 2008, p. 465).

O fato inusitado de que Alice é revelada no desfecho do conto como a filha de seu aliciador - “um especialista” em mulatas - é mais do que revelador. É a exposição nua e crua da realidade atormentada da “consciência mestiça” da mulher brasileira desde os idos coloniais. Como nos fala sua voz:

Tem sido um tormento... Bem me dizia minha mãe: toma cuidado, minha filha, toma cuidado. Esses homens só que-

rem nosso corpo por segundos, depois vão-se e nos deixam um filho nos quartos, quando não nos roubam como fez teu pai comigo...

— Como?... Como foi isso? interrogou admirado o coronel.

— Não sei bem como foi, retrucou ela. Minha mãe me contava que ela era honesta; que vivia na cidade do Cabo com seus pais, de cuja companhia fora seduzida por um caixeiro português que lá aparecera e com quem veio para o Recife. Nasci deles e dous meses, ou mais depois do meu nascimento, meu pai foi ao Cabo liquidar a herança (um sítio, uma vaca, um cavalo) que coubera à minha mãe por morte de seus pais. Vindo de receber a herança, partiu dias depois para aqui e nunca mais ela soube notícias dele, nem do dinheiro, que, vendido o herdado, lhe ficara dos meus avós (BARRETO, 2005, p. 23).

Como notamos, além da tragédia anunciada por Alice (cujo pai seduziu uma mulher negra africana. na Cidade do Cabo e veio a ser roubada e abandonada pelo próprio marido nas terras brasileiras), há a irônica revelação de uma transgressão moral em andamento. Afinal, a mulata Alice é a filha paradoxalmente abandonada e aliciada por seu próprio pai português. Um tema caríssimo ao escritor carioca na época, pois tocava na ferida de um dos maiores tabus da civilização moderna: o incesto familiar. E, além disso, mostrava a gula do dominador europeu saindo literalmente pela culatra. Seria essa uma alegoria de um país fadado a não dar certo cujo pai devora sua própria prole a cada dia (no caso, o Brasil sendo “aliciado” por Portugal); ou apenas uma alusão tragicômica aos pretensos burocratas e intelectuais daquele tempo? Teria a pobre Alice a força de um Calibã (personagem negro de *A tempestade*, de Shakespeare) que, apesar de ser enganado e explorado, conseguiu se rebelar contra sua dominação escravocrata? No entanto, o poder de reviravolta de Alice nos parece praticamente nulo.

Desde o discurso biopolítico, autoritário e eugênico da Escola de Nina Rodrigues no tocante ao conceito de raça (que encontrava na miscigenação um empecilho degenerativo ao nosso desenvolvimento, pois o sangue negro "mancharia" o sangue português), à exaltação da miscigenação - corpórea e cultural - de Gilberto Freyre e Arthur Ramos (afinal, o discurso sobre a mistura das raças indígenas, negras e brancas no Brasil a partir dos anos 30, tornar-se-ia o elemento operador de nossa modernização e integração nacional), podemos pensar na constituição dos conceitos de miscigenação, racialização e sexualidade mediada pela ótica de uma histórica "elite canibal", como explica Osmundo Pinho:

Produzir a nação e a cultura nacional em diversas versões da mística miscigenante é fazer sexo. Mas o sujeito desta sexualidade, já vimos, é o homem branco heterossexual, que se representa como o civilizador erótico. O português, segundo Freyre, seria um intoxicado sexual. No ambiente da escravidão e da subordinação física e brutal de outros seres humanos, encontrou cenário perfeito para expressão dessa sua característica peculiar. A sexualidade exercida e representada em contextos de desigualdade e assimetria parece ser assim o operador da miscigenação predatória e o elo de ligação entre os diferentes extratos sociais que se reproduzem como diferentes através do exercício direto do desejo e do controle branco sobre o corpo do Outro e sua simbolização. [...] Ter um escravo ou escrava, como um objeto perfeito, pleno e legalmente caracterizado, um objeto, é bem verdade, muito especial, na medida em que é um ser humano, pareceria o paroxismo da objetivação carnal (PINHO, 2004, p. 101-102).

Deste modo, a sexualidade, a mestiçagem e a racialização parecem caminhar juntas "formando a identidade nacional como uma 'estrutura da conjuntura', marcada pelo abuso e pela reificação subordinante da alteridade, ao mesmo tempo como objeto de desejo e

de controle social” (PINHO, *Op. cit.* p. 103), eis a “posse dos corpos racializados” permeando nossa vida social e literária. No tocante a obra literária de Lima Barreto, a habitual vontade de verificar um Brasil coberto de desigualdades sociais e raciais, acaba sendo pressuposto para a arquitetura de variadas problemáticas e questões. Devemos recordar que seu despojamento no léxico, sua aversão aos meios tecnológicos, sua implicância contra os doutores, e sua condição de ser pobre e excluído, devem ser lembrados que nada disso afetou a sua estética literária e tampouco o merecimento como um dos intelectuais mais importantes do século XX.

Referências bibliográficas

- ANZALDÚA, Gloria. La conciencia da la mestiza: rumbo a uma nova consciência. In: *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 13, n. 3, set./dez., p. 704-719, 2005.
- ARAÚJO, Clarice. *Nem do cravo, nem da canela: o entre-lugar da mulher mestiça em Gabriela de Jorge Amado*. 2014. Dissertação (Mestrado em Literatura) - Universidade de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.
- BARRETO, Lima. Um especialista. In: *Contos Reunidos*. Belo Horizonte: Crisálida, 2005.
- BARTHES, Roland. *A Aula*. São Paulo: Cultrix. 2003.
- BONNICI, Thomas. *Conceitos-chave da teoria pós-colonial*. Maringá: Eduem, 2005.
- CABRAL, Amílcar. *A return to the source: selected speeches*. New York: Monthly Review Press, 1973.
- CANDIDO, Antonio. Dialética da malandragem: caracterização das *Memórias de um sargento de milícias*. In: _____. *O discurso e a cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1993.
- CORRÊA, Mariza. Sobre a invenção da mulata. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 6, n.7, p. 35-50, 1996.
- FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala*. 14. ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1969.
- GIACOMINI, Sonia Maria. Mulatas profissionais: raça, gênero e ocupação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./abr., p.85-101, 2006.
- IANNI, Octavio. Literatura e consciência. *Revista de Institutos Brasileiros*, São Paulo, n. 28, p. 91-99, 1988.

PINHO, Osmundo de Araújo. O efeito do sexo: políticas de raça, gênero e miscigenação. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 23, p. 89-119, jul./dez. 2004.

QUEIROZ JÚNIOR, Teófilo. *Preconceito de Cor e a Mulata na Literatura Brasileira*. São Paulo: Ed. Ática, 1982

RODRIGUES, João Carlos. *O negro brasileiro e o cinema*. Rio de Janeiro: Globo, 1988.

SANTIAGO, Silviano. Uma ferroada no peito do pé: dupla leitura de Policarpo Quaresma. In: _____. *Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

SCHMIDT, Simone. Navegando no Atlântico Pardo ou a Lusofonia reinventada. *Crítica Cultural*, Palhoça, v. 1, n. 2, jul./dez., 2006.

SILVA, H. Pereira. *Lima Barreto escritor maldito*. São Paulo: Civilização Brasileira. 1981.

STAM, Robert. *Multiculturalismo tropical: uma história comparativa da raça na cultura e no cinema brasileiro*. São Paulo: EDUSP, 2008.

Normas da Revista

A Revista **Rascunhos Culturais** aceita textos inéditos sob forma de artigos e, eventualmente, traduções, entrevistas, resenhas, ensaios, resumos de livros e ficção de interesse para os estudos das ciências humanas, especialmente os que abrangem as pesquisas em torno das áreas de Letras, História e Educação. Os textos são submetidos a parecer *ad hoc* do Conselho Científico e devem atender às seguintes exigências:

I. Formatação:

1. Extensão: 8 a 15 laudas, considerando dentro desse limite todas as partes do artigo;
2. Fonte: Times New Roman, tamanho 12;
3. Espaço entrelinhas: 1,5;
4. Formato da página: A4;
5. Margens: 3 cm (esquerda e superior), 2cm (direita e inferior) com recuo de 1 cm em início de parágrafo;
6. Alinhamento do parágrafo: Justificado;
7. Título centralizado, palavras em maiúsculas e em negrito (um espaço em branco depois);
8. Nome do autor(a), obedecendo maiúsculas e minúsculas conforme necessário. Colocar em nota de rodapé (na primeira página) informações sobre o autor (a), tais como: Instituição – SIGLA (Universidade a que esta filiado) do proponente, titulação e e-mail (esse último, apenas se o autor quiser que seja divulgado na revista) em fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço 1, alinhamento justificado, numeradas a partir de 1, usando-se para tal fim o recurso automático do Word para criação de notas de fim. Não precisam ser enviados em arquivo separado;

9. **Resumo:** (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito). Texto de no mínimo 80 e no máximo 200 palavras que explicita a proposta delimitada de discussão vinculada ao tema geral proposto, digitado em espaço simples, Times New Roman, tamanho 12, sem adentramentos ou parágrafos (um espaço em branco);

10. **Palavras-chave:** (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito), 3 a 5 palavras-chave digitadas em espaço simples, Times New Roman, tamanho 12, sem adentramentos, que direcionem para a área específica do artigo (um espaço em branco);

11. Resumo e palavras-chave em língua estrangeira (espanhol, inglês, francês ou italiano), seguindo as mesmas regras usadas para o resumo e palavras-chave em português;

12. Subtítulos (se houver): (escrito em maiúsculas e minúsculas conforme necessário e negrito), com recuo de 1 cm em início de parágrafo;

13. Tipo de arquivo: Word for Windows (extensão doc);

14. Nome do arquivo: Artigo_NomedoArtigo (Exemplo: Artigo_Das imagens e tintas)

15. Páginas não numeradas;

16. Uso de itálico para destacar palavras e expressões em língua estrangeira (evitar expressões sublinhadas ou em caixa alta);

I.II. Ordem das partes dos artigos:

1. Título;

2. Resumo e palavras-chave em português;

3. Resumo e palavras-chave em língua estrangeira;

4. Corpo do artigo;

5. Subtítulo;

5. Referências;

6. As notas explicativas, se houver, devem aparecer na mesma página da indicação, em fonte Times New Roman, tamanho 10, espaço 1, alinhamento justificado, numeradas a partir de 1, usando-se para tal fim o recurso automático do Word para criação de notas de fim.

7. Anexo(s), se houver.

II. Obras citadas (válido para artigos, monografias e dissertações):

1. Citações com menos de 3 linhas: dentro do corpo do texto, entre aspas duplas, sem uso de itálico;

2. Citações com mais de 3 linhas: destacadas do texto, com recuo de 2 cm com relação à margem do texto em que não há parágrafo, sem aspas, fonte Times New Roman tamanho 11, espaço 1,0, alinhamento justificado.

3. Em ambos os casos, o autor deve ser citado ao final da citação, entre parênteses pelo sobrenome, em maiúsculas, separado por vírgula da data de publicação. Ex: (SILVA, 1987). Quando for necessário, a especificação da(s) página(s) deverá seguir a data, separada por vírgula e precedida de “p.” Ex: (SILVA, 1987, p.100). Se o nome do autor estiver citado dentro do texto, pode-se apenas indicar a data e a página (se necessário), entre parênteses. Ex: “Silva (1987) assinala que etc...” As citações de diversas obras de um mesmo autor, publicadas no mesmo ano, devem ser discriminadas por letras minúsculas após a data, sem espaçamento. Ex: (SILVA, 2000a). Quando a obra tiver dois ou três autores, todos poderão ser indicados, separados por ponto e vírgula. Ex: (SILVA; SOARES; SOUZA, 2000). Quando houver mais de três autores, indica-se o primeiro seguido de “et al”. Ex: (SILVA et al., 2000).

4. As referências, limitadas aos trabalhos efetivamente citados no texto, deverão obedecer às normas mais recentes da ABNT.

A título de exemplificação, reproduz-se a seguir o padrão a ser adotado para citação de livro, capítulo de livro, artigo e obra acessada via Internet:

Livro:

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. *Título do Livro*. Tradução (Quando necessário). Local de publicação: Editora, Ano de publicação (Ano da publicação original, quando necessário).

Exemplo:

BAKHTIN, Mikhail. *Questões de literatura e de estética, a teoria do romance*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1998 (1978).

Capítulo de livro:

SOBRENOME DO AUTOR DO CAPÍTULO, Nome do autor do capítulo. “Título do Capítulo”. In: SOBRENOME DO AUTOR/EDITOR DO LIVRO, Nome do autor/editor do livro. *Título do Livro*. Local de publicação: Editora, Ano de publicação (Ano da publicação original, quando necessário). Número das páginas, precedidos de “p.”

Exemplo:

HALL, Stuart. "The Question of Cultural Identity". In: HALL, S., HELD, D. e MCGREW, T. (eds). *Modernity and its Futures*. Cambridge: Polity Press, 1992. p. 274-325.

Artigo publicado em periódico:

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. "Título do artigo". *Nome do Periódico*. Local de publicação: Editora ou entidade responsável pela publicação, volume ou número, ano de publicação (ano da publicação original, quando necessário). Números inicial e final das páginas do artigo, precedidos de "p."

Exemplo:

LANGER, Eliana Rosa. "A estrutura do livro *Esaiás*". *Revista de Estudos Orientais*. São Paulo: Humanitas/FFLCH-USP, n. 3, 1999, p. 95-106.

Obra acessada via Internet:

SOBRENOME DO AUTOR, Nome do autor. *Título do artigo* ou *Título do Livro*. Disponível em: endereço da página. Acesso em: data do último acesso (Ano da publicação original, quando necessário). Números das páginas inicial e final (se houver), precedidos de "p."

Exemplo:

OLIVEIRA, Bernardo B. C. *Leitura irônica do texto urbano*. Apontamentos sobre uma frase de Walter Benjamin, à luz de Poe e Auster. Disponível em: <<http://www.revistaipotesi.ufjf.br/volumes/14/cap06.pdf>>. Acesso em: 22 Fev 2008 (2004). p. 79-89.

Observação: 1) deve-se pular uma linha antes e depois no caso de **citações recuadas** e de **subtítulo**. 2) usar as mesmas exigências da citação em recuo para a construção da **epígrafe**. 3) Não pular linha na **página de referências**.

Originais formatados fora das normas serão automaticamente descartados.

*. Conceitos teóricos, ideias e adequação vocabular e linguística são de responsabilidade dos autores.

* Os autores dos trabalhos aceitos para publicação receberão dois exemplares do número da *Rascunhos Culturais* em que seu texto estiver publicado.

Os originais devem ser enviados em arquivo anexado à mensagem de e-mail para o endereço eletrônico revistarascunhos@gmail.com

Contato (67) 3291-0210/0202 Professora Geovana Quinalha de Oliveira

Dossiê: Desde as margens, o plural do feminismo

Feminismo em versos: mulher-negra-periférica

Lissandra Ramos e Ivia Alves

**A senhora dos ossos e os ossos da literatura: memória,
mulher e violência em *Garotas Mortas***

Pilar Lago e Lousa

**Agenda de pesquisa em gênero e em raça na linguística
aplicada: inquietações**

Denilson Lima Santos

**Entre sonhos e rompimentos: as mulheres e
a *Guerrilha do Araguaia***

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior

**O Projovem urbano e as mulheres: uma
discussão sobre gênero**

Samira de Moraes Maia Viganó e

Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin

**O protagonismo feminino na literatura:
vozes da poesia brasileira**

Andressa da Costa Farias

**Invisibilidade do feminino nos deslocamento migratórios:
relatos sobre a vida de Dona Luzia**

Elisandra Tomascheski

Dora: uma guerreira nas ruas de Salvador

Rafaela Elaine Barbosa

**A representação da mulata no conto *Um especialista*
(1904), de Lima Barreto**

André Rocha Haudenschild e Cristiano Mello de Oliveira

ISSN 2177-3424



9 772177 342009